



nº. 44, 2º sem./ 2019

revista vernáculo

Revista Vernáculo

Número 44, 2º sem/2019

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Avila Costa
Willibaldo Ruppenthal Neto

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Imagens: Foto: Prensa Latina/AFP

Em: <http://www.oexplorador.com.br/a-historia-me-absolvera-fidel-castro-polemico-lider-da-revolucao-cubana/>

<http://www.oexplorador.com.br/a-historia-me-absolvera-fidel-castro-polemico-lider-da-revolucao-cubana/>

ISSN 2317-4021

<https://revistas.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Mateus Alves Nedbajluk, Mayara Mottin, Monah Nascimento Pereira, Willibaldo Ruppenthal Neto

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lúcio Souza Lobo (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Marcelo Fronza (UFMT)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
Carlos Eduardo Suprinyak (UFMG)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)	Tiago Luis Gil (UnB)
	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)	

Sumário

Dossiê

Apresentação do Dossiê 60 anos da Revolução Cubana: As Américas contemporâneas em perspectiva. Igor Lemos Moreira	6
Consensos e dissensos latino-americanistas: comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino e uruguaio Rafael Viana da Silva	10
Representações de uma visão de mundo zapatista na Primeira Declaração da Selva Lacandona Rodrigo de Morais Guerra	44
Mitos indígenas e relações de gênero: breve análise a partir de narrativas Makurap presentes em <i>Moqueca de maridos</i> Letícia Costa Silva	66
Das páginas às telas: questões de gênero nas adaptações fílmicas de Jogos Vorazes Talita Von Gilsa	85

Artigos

Representação social da enfermeira no Brasil contemporâneo Isabela Rodrigues Poiães Mariana Borba Ribeiro	103
“Caríssimo Dr. Zé”: os intercâmbios intelectuais e afetivos nas correspondências de José Américo de Almeida e sua professora de primeiras letras Julia Verônica dos Santos Leal Luiz Mário Dantas Burity	128
Iremos, na República, desforrar o tempo perdido: trajetória intelectual de Afrânio Peixoto Michelle de Paula Pupo	162

Dossiê
60 anos da Revolução
Cubana: As Américas
contemporâneas em
perspectiva

Apresentação do Dossiê 60 anos da Revolução Cubana: As Américas contemporâneas em perspectiva.

Igor Lemos Moreira¹

Efemérides são períodos, ou datas, que convocam ao(a) historiador(a) a refletir sobre as diferentes camadas de passado que compõem o presente no qual está inserido. Perpassada pelas tensões da elaboração de memórias e esquecimentos, uma efeméride é um momento de rememoração acerca do passado a partir de um olhar do presente. Nessas (re)visitações aos passados, que produzem novas formas de representação sobre passados-presentes, são constantes os embates de memória, os conflitos por narrativa e a construção de discursos que procuram legitimar determinadas visões de mundo e projetos culturais, sociais, políticos e econômicos. Ao mesmo tempo, estes processos permitem compreender e trabalhar noções como a de consciência histórica, refletindo sobre a construção de uma determinada consciência temporal, e de lugares de memória em um contexto onde o nacional ou o tempo “estático” não são mais suficientes para explicar a contemporaneidade. Nesse sentido, uma efeméride é sempre uma produção do tempo presente, associada a uma necessidade presentista de retorno ao passado, na construção de uma orientação temporal entre o imediato e a longa duração.

¹Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. Mestre e Graduado em História (Licenciatura) pela mesma instituição. Integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC) e associado à ANPUH-SC e a IASPM-AL.

Foi a partir desta chave que se formulou a proposta de organização de um dossiê temático acerca dos 60 anos de Revolução Cubana (1959) que marcou o início de uma nova fase da história do continente americano, em especial no contexto da ascensão dos governos ditatoriais, e os movimentos de resistência a essas formas de governo. O processo revolucionário ocorrido em Cuba também iniciou a construção de uma estruturação narrativa para a América Latina, inspirando a projeção de novos projetos (nos mais diversos setores), organizações e imaginários. Deste modo, a revolução iniciada em 1959, mas que ainda é um campo aberto no presente da ilha e do continente, é a marca de uma ruptura para a temporalidade americana, inaugurando outra fase para a História das Américas.

Intitulado ***“60 anos da Revolução Cubana: as Américas contemporâneas em perspectiva.”***, este dossiê parte da convocação dessa efeméride para ir além dos eventos que gravitam em torno dos acontecimentos cubanos. A partir dos 60 anos da revolução pretendeu-se reunir trabalhos e pesquisas que se dediquem a analisar as Américas em sua pluralidade desde os oitocentos até o século XXI. Se, durante o século XIX, o continente americano testemunhou uma série de movimentos associados à independência e consolidação dos estado-nações, durante o século seguinte esse mesmo território observou o emergir de outros movimentos ligados especialmente dos ideais revolucionários e a consolidação do imperialismo estadunidense. Alguns casos como a Revolução Cubana (1959), a Revolução Chilena (1970), a Revolução Sandinista (1979) e a Guerra Civil em El Salvador

(1980) marcaram e provocaram profundas rupturas dentro do continente, muitas que permanecem até a contemporaneidade.

Neste sentido, o dossiê visou reunir trabalhos que discutam as Américas, no período contemporâneo, através dos mais variadas problemáticas e metodologias. Os textos reunidos refletem a história do continente americano através de diferentes dimensões como a política, econômica, cultural e social articulados também a temáticas como gênero, sexualidade, biografia, linguagens, fronteiras, cultura política, interseccionalidade, pós-colonialidade e decolonialidade. As análises foram ancoradas em diferentes campos como as artes, o cinema, as ciências sociais, a história comparada dentro de análises sobre diferentes países e/ou regiões entre a América do Norte, Central e do Sul.

Abrindo o dossiê, o texto **“Consensos e dissensos latino-americanistas: comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino e uruguaio”**, debate, de maneira comparada, a influência da revolução cubana no anarquismo na Argentina e no Uruguai entre 1959 e 1964, refletindo sobre as repercussões do acontecimento cubano nas organizações dos dois países, sendo contribuição direta para os novos estudos acerca da revolução cubana e suas diferentes recepções na América Latina. A temática da história indígena nas Américas contemporâneas é tema dos dois textos seguintes. O artigo **“Representações de uma visão de mundo zapatista na Primeira Declaração da Selva Lacandona”**, O artigo procura abordar a noção de representação construída

discursivamente primeira declaração Selva Lacandona apontando para as diferentes imagens e signos desenvolvidos nas narrativas zapatistas em seus primeiros momentos de movimento em 1994 contribuindo diretamente para as análises no campo de história da América, história do tempo presente e história indígena. Já em **“Mitos indígenas e relações de gênero: breve análise a partir de narrativas *Makurap* presentes em Moqueca de maridos”**, aborda-se a cosmovisão da etnia *Makurap* a partir de cinco contos reunidos na obra “Maridos: mitos eróticos indígenas”, compreendendo os mitos reunidos na obra como narrativas que acerca das vidas e costumes desse grupo, com destaque as relações de gênero.

Por último, o artigo **“Das páginas dos livros às telas de cinema: tecnologias do gênero nas adaptações fílmicas de *Jogos Vorazes*”**, da continuidade as discussões sobre as relações de gênero, em especial das mulheres, nas Américas a partir do cinema e da literatura estadunidenses. Partindo da trilogia *Jogos Vorazes*, e suas adaptações para o cinema, discute-se os processos em torno da construção de representações acerca do feminino e do feminismo na visão dos Estados Unidos a partir da categoria de “tecnologia do gênero”, visando identificar em tais produções possíveis rupturas e continuidades de estereótipos de gênero.

Consensos e dissensos latino-americanistas: comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo argentino e uruguaio

Rafael Viana da Silva¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar comparativamente a influência Revolução Cubana e suas polêmicas no anarquismo argentino e uruguaio, entre o período de 1959 e 1964 e suas repercussões neste campo político. A partir dos aportes da História Política e Comparada, o artigo objetiva analisar os consensos, dissensos e as fraturas ocasionadas pela incorporação dos debates inaugurados por este evento revolucionário no Rio da Prata.

Palavras-chave: anarquismo, revolução cubana, história comparada do anarquismo

Abstract: This paper aims to analyze comparatively the influence of the Cuban Revolution and its controversies on Argentinean and Uruguayan anarchism between the period of 1959 and 1964 and its repercussions in this political field. From the contributions of Political and Comparative History, the article aims to analyze the consensuses, dissent and fractures caused by the incorporation of the debates inaugurated by this revolutionary event in the River Plate.

Keywords: anarchism, Cuban revolution, comparative history of anarchism

O debate da revolução cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas, trotskistas e nacionais-populares, mas o anarquismo também se defrontará com esta temática, cujos efeitos serão o de polêmicas e profundas dissensões. Cabe dizer que há alguns anos, a historiografia superou o mito historiográfico que identificava o “fim do anarquismo” nas décadas de 1930 (SILVA, 2014). Pesquisas diversas demonstram a presença e participação anarquista no contexto posterior ao da segunda guerra em

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com período de bolsa sanduíche na Universidad de la República (Uruguai).

diferentes países e sua relação com os novos contextos políticos que se apresentavam (SILVA, 2014).

No marxismo a Revolução Cubana inaugurou um período revolucionário e reacendeu a chama do internacionalismo, já no anarquismo também provocou importantes reflexões internas ou modificações em sua política. Cabe afirmar que o anarquismo em ambos os países citados, vinha se reorganizando politicamente, em consonância com um movimento político que é de fato, internacional.

A especificidade da realidade americana já tinha sido abordada por um conjunto de organizações anarquistas americanas desde a década de 50. Em 1957 foi organizada: a 1ª Conferência Anarquista Americana, em Montevideú, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril. Este foi um evento importante para impulsionar a reorganização anarquista no continente. Participaram da conferência, organizações e grupos anarquistas do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Cuba. A conferência se dedicou entre outros temas, a estudar a especificidade da realidade americana e definir minimamente um plano de ação em comum. O objetivo de fundo era a reorganização do anarquismo americano e sua reinserção nas lutas sociais do período. Esta conferência reafirmou como principal estratégia a atuação sindical e formulou uma posição anti-imperialista (SILVA, 2018, p. 52) vinculada especificamente ao ambiente americano da década de 40 e 50.

A presença do anarquismo cubano nesta conferência demonstra a preocupação de um setor relevante deste campo político em tentar compreender a agitação ocorrida durante a década de 50 em Cuba e

articular-se transnacionalmente por uma identidade adequada a realidade do continente.

Nesse sentido é impossível falar da recepção da Revolução Cubana no anarquismo americano sem mencionar as correntes transnacionais, que envolvem a presença do anarquismo em Cuba e a recepção da Revolução Cubana à partir de seus militantes. O anarquismo cubano, apesar de duramente atingido pela ditadura de Gerardo Machado e suas leis antianarquistas na década de 30, prosseguiu com certa presença, durante as décadas de 1940 e 1950 com a chegada de novos imigrantes na ilha (FERNÁNDEZ, 2000, p. 56). Apesar de numericamente reduzidos, os anarquistas cubanos mantinham uma razoável influência em alguns setores de trabalhadores. Diversos anarquistas irão se integrar ao nascente Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR26-J), que fez inclusive algumas reuniões na sede da *Asociación Libertária de Cuba* (ALC). A perseguição do regime de Batista aos revolucionários cubanos também atingiu os anarquistas. Por exemplo, Gilberto Lima e Isidro Moscú, anarquistas vinculados ao MR26-J são presos e torturados, o que causaria a “queda” de diversos anarquistas que preparavam uma ação armada na província de Pinar del Río e tiveram de rumar ao exílio (FERNÁNDEZ, 2000, p. 85). Apesar da historiografia tradicionalmente ignorar ou apagar tal presença, os anarquistas participaram tanto da luta urbana, quanto da guerrilha oriental em Escambray aliados taticamente aos outros setores de oposição a ditadura de Batista. Passaram a sofrer crescente oposição por parte do MR26, especificamente do Partido

Comunista Cubano (PCC) que atuava dentro dessa organização (FERNÁNDEZ, 2000, p. 89).

Com a caída da ditadura de Fulgêncio Batista e a formação do novo Estado Cubano, os anarquistas irão empreender algumas críticas ao processo em curso. Chegam a participar do *X Congreso Nacional da Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionária* e em 1960 a ALC polemizava com o PCC, criticando o centralismo democrático, a estatização, defendendo o federalismo, o trabalho coletivo e os sindicatos como pedra angular da construção da nova sociedade cubana. Afirmavam que a Revolução Cubana é como o mar “de todos” e criticavam a ação do PCC, afirmando que “toda sua atividade está dirigida a uma só causa: o monopólio do Poder político, o estabelecimento de sua própria ditadura, a mal fadada ‘ditadura do proletariado’” (BERKMAN, 1960) Cabe ressaltar um acontecimento relevante para a chegada de informações sobre o processo cubano no anarquismo uruguaio e argentino, que foi a visita de dois anarquistas na década de 1960 à ilha.

O primeiro foi Luís Danussi, em 1960, secretário-geral da *Federación Argentina de Trabajadores de Imprenta* (FATI), que retorna a Argentina com diversas críticas ao regime cubano, ressaltando o rígido controle do Estado cubano aos sindicatos. O segundo Abraham Guillén, em 1962, um argentino veterano da guerra civil espanhola e autor de diversos livros sobre a luta armada que viajou junto de uma delegação heterogênea de militantes socialistas. Guillén aproveita o encontro em Cuba para polemizar com Ernesto “Che” Guevara acerca

da conveniência em se iniciar a luta armada urbana ou rural. Guevara como sabido defendia a adoção de um foco guerrilheiro rural como eixo central da estratégia de luta revolucionária, já Guillén inclinava-se pela segunda opção, a de adoção de uma estratégia de luta armada, urbana cujo eixo reflexivo, originava-se da experiência das esquerdas na Guerra Civil Espanhola (SILVA, 2018). Sobre este encontro, Guillén falaria alguns anos mais tardes, sobre suas impressões.

Conheci o “Che” Guevara em 1962, em plena “crise do Caribe”, uma noite longa conversando os dois em presença de Alicia Eguren, esposa do líder peronista, exilado em Cuba, John William Cooke. Os barcos de guerra e aviões norte-americanos estavam rodeando as praias de Cuba. [...] Não nos entendemos nunca bem o “Che” Guevara e eu. Era um homem bem mais dogmático. O dissuadi de fazer empreitadas guerrilheiras de montanha com poucos homens (grupos de 25 guerrilheiros), por entender que, no caso dos “Uturuncos” – algo que eu havia experimentado –, a contraguerrilha operava com seções de mais de 30 homens dotadas de alguns morteiros. Portanto, o combate frente a frente tinha assim uma correlação de forças desfavoráveis para a guerrilha. Mas o “Che” seguia o regulamento cubano como um dogma. Eu era partidário de 4 a 5 grupos de 25, vivendo separados no bosque e montanha, mas combatendo juntos contra as seções de mais de 30 contraguerrilheiros. (GUILLÉN, 1978, p. 4)

Desde o final de 1960, o anarquismo sofria forte oposição do PCC, e em 1961 já não há nenhum indício de presença política anarquista em Cuba. A maioria da militância caminha ao exílio ou é presa na ilha (FERNÁNDEZ, 2000). É a partir de 1961, portanto, que a polêmica ganha contornos transnacionais e se espalha para o restante do continente americano com os efeitos que iremos analisar.

No verão de 1961 se constituiu em Nova York o *Movimiento Libertário Cubano en el Exilio* (MLCE), “por um grupo não muito numeroso de anarquistas exilados nessa cidade” (Ibid, p. 104). Rapidamente estabelecerão relações com os exilados espanhóis agrupados em torno do periódico *Cultura Proletária*; mas sua principal interlocutora, será a organização Liga Libertária, fundada em 1954. Numa entrevista dada pelos anarquistas cubanos recém-chegados a Nova York a revista *View and Comments* (em 1961), a questão da perseguição aos anarquistas cubanos ganha projeção internacional no anarquismo e passa a ser objeto de debate permanente. Para nosso objeto em questão, temos então, três eixos de difusão da polêmica da Revolução Cubana: um eixo de anarquistas cubanos vivendo nos EUA, outro de exilados em solo Argentino e um próprio, de debates e polêmicas no “Rio da Prata” (Argentina e Uruguai). Estas discussões foram majoritariamente realizadas em jornais anarquistas e informes que eram trocados durante o período em questão. Algumas vezes, envolviam anarquistas destacados na imprensa libertária internacional.

A polêmica da revolução cubana no anarquismo argentino

O anarquismo argentino apesar de ter passado por dificuldades, manteve-se com presença em algumas categorias sindicais e com fisionomia política própria. Discorrendo sobre o suposto desaparecimento do anarquismo argentino, o pesquisador Augustin Nieto afirma que: “Num território que teria que estar deserto de anarquistas, encontramos uma ilha ácrata (uma estranha sobrevivente

jurássica?), depois outra, e outra mais...” Assim estas “ilhas” vão configurando um denso “arquipélago libertário” na década de 1940 (NIETO, 2013, p. 198). Em tabela construída pelo pesquisador, pode-se identificar a presença anarquista em mais de 20 cidades. Nieto também demonstra a inserção desses núcleos em atividades econômicas diversas, demonstrando que a militância anarquista do período (1939 – 49) atuou em setores da Alimentação, construção, transporte, gráfica, madeira, têxtil, estatal, metalurgia, comércio, serviços e rural.

Tabela 1: Existência de grupos de ativistas libertários na Argentina (1939-1949)

Província / Território nacional	No de Localidades (com um ou mais núcleos de ativistas)
Buenos Aires	74
Santa Fé	22
Córdoba	1
Entre Ríos	11
Mendoza	7
Formosa	3
Chaco	3
Tucumán	2
Santiago del Estero	2
San Luis	2
San Juan	1
Chubut	1
Santa Cruz	1
Corrientes	1
Jujuy	1
Misiones	1
Salta	1
La Pampa	1
Catamarca	1
La Rioja	1
Total	151

Fonte: Tabela construída por Agustín Nieto. (NIETO, 2012, p. 199, tradução nossa)

O anarquismo também possuía uma organização política constituída, intitulada *Federación Anarco-Comunista Argentina* (FACA).² Segundo Nieto (2013) durante os anos 40 militantes anarquistas da FACA conseguiram avançar em sindicatos dirigidos por outras correntes, organizaram sindicatos “paralelos”, conseguiram impor sua linha política em assembleias de organizações operárias hegemônicas pelos comunistas e deslocaram esses da direção de importantes sindicatos e federações (Ibid, p. 213). Ainda que a conjuntura passasse por momentos distintos, com repressão de Perón a determinadas associações sindicais, incluindo onde os anarquistas estavam,³ o anarquismo seguiu atuante nos anos seguintes, sobrevivendo e tentando ocupar espaços após o golpe militar que exilou Perón e perseguiu os sindicalistas peronistas.⁴

Os anarquistas também terão um papel central na histórica greve (a mais longa da história da Argentina) da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), realizada em 1956, mas já num contexto diferente da década anterior (SILVA, 2018).

No período que precede o desenrolar da Revolução Cubana, o anarquismo, portanto, longe de ter desaparecido, seguia de modo modesto, tentando influir minimamente em espaços sindicais

² Anarco-comunismo é um termo muito utilizado pelo anarquismo durante as décadas de 10 e 20. Se referia a posição anarquista e a defesa do comunismo (abolição das classes sociais) enquanto perspectiva final.

³ Um exemplo foi a prisão de encanadores vinculados a FORA em 1951 depois de uma greve. INFORMES del comite de huelga. Cf. SILVA, 2018, p. 48.

⁴ Há uma polêmica forte no interior do anarquismo em torno de alas que se alinharam ao oficialismo e outras que repudiaram tal atitude. Por questão de espaço não conseguiremos abordar tal assunto adequadamente. Ibid, p. 50.

argentinos, hegemonizado pelo debate do peronismo e do anti-peronismo. Duas organizações anarquistas merecem ser mencionadas no período da década de 50. A primeira é a outrora mencionada, FACA, que em 1955 muda de nome para *Federación Libertária Argentina* (FLA), que mantinha a direção da *Federación Gráfica Bonaerense*, inserção na categoria dos portuários e trabalhadores navais da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN), que agrupava 7.000 trabalhadores. Outra organização era a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), uma organização anarco-sindicalista que até os anos 60 se limitou a ter influência na categoria dos encanadores, motoristas e nos trabalhadores navais, em grande medida, com maior presença em Buenos Aires. Estavam aderidos a FORA, a *Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos*, *Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto del Capital*, *Sociedad de Resistência Ofícios Vários de Moron y Matanza*, *Sociedad de Resistencia Obreros Mozoz y Anexos de la Capital* (SILVA, 2018). Essas entidades eram pequenas agrupações sindicais, espalhadas por determinadas categorias de trabalhadores. Apesar de modestas, possuíam um trabalho sindical e articulação política, e possuíam bom trânsito no anarquismo internacional (principalmente a FLA). Uma das principais revistas do universo intelectual anarquista argentino era a revista *Reconstruir*, ligadas aos militantes da FLA, revista que circulava no eixo do Rio da Prata. Além dos jornais especificamente sindicais organizados pela FORA, o jornal anarquista mais importante era *La*

Protesta, onde a polêmica da Revolução Cubana encontrou grande espaço (SILVA, 2018, pp. 141).

A primeira organização anarquista argentina a debater publicamente o tema cubano foi a FORA, no início de 1960. Opinando sobre Cuba, ressaltaria que “em lugar de simpatias e eufóricas adesões” criticava o que chamava de concepção de “Estado-capitalista ou totalitário” e fustigava os setores anarquistas que em sua opinião usava “artifícios dialéticos” para justificar seu apoio irrestrito (FORA, 1960, p. 1). No mesmo ano criticarão o modelo sindical de Cuba e as detenções de militantes na ilha (Ibid, p. 2).

Foi especificamente o movimento de exilados do ano de 1961 que marcou decisivamente este setor do anarquismo argentino. A invasão planejada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) pela praia de Girón na Baía de Cochinos (ou Baía dos Porcos), em abril de 1961 aprofundou a crescente sovietação do regime cubano (FERNANDEZ, 2000). O pesquisador Moniz Bandeira afirmará que as pressões para o fim do regime de castro acabaram por promover a aliança entre Cuba e URSS (BANDEIRA, 1998). Tal evento provocou não apenas nos comunistas ligados a Castro, tal reação, mas havia confusão no interior das próprias fileiras anarquistas sobre o fato, em alguns casos – no caso de certos setores europeus – extrapolando para certo anticomunismo. Mas essa posição não era uníssona. Havia diversidade no interior do anarquismo europeu e americano.

No mês seguinte, especificamente na comemoração do Primeiro de Maio (Dia do Trabalhador) em 1961, Fidel Castro afirmou que Cuba

é um país socialista, de tendência marxista-leninista, o que provocou uma ampla e imediata reação negativa dos periódicos anarquistas em solo argentino que já desconfiavam da aproximação de Castro com o comunismo (BELLÉ, 2009, p. 12).

No editorial da Revista *Reconstruir*, as críticas foram sistematizadas de maneira profunda, gerando certas polêmicas internas sobre o tema. Podemos destacar dois modelos gerais de recepção da polêmica. De um lado, ainda que limitados pelo contexto e discussão política, uma tentativa de alguns militantes de arejarem o anarquismo com conceitos e elementos para analisar a realidade, inspirados por um latino-americanismo difuso que tinha em Cuba e em outras experiências um exemplo, de outro, uma postura que considerou o uso compartilhado de determinados conceitos (tais como anti-imperialismo) como praticamente um sinônimo de desvio doutrinal, evidenciando um forte ar eurocêntrico em relação ao anarquismo. Tal oposição, já encastelada em germe, – e que tem como centro o debate cubano – em 1961 se radicalizou ainda mais nos anos seguintes, provocando rupturas reais.

A FLA será a organização anarquista mais crítica a Revolução Cubana em 1961 enquanto celebra a revolução como uma “festa da liberdade”, criticará os caminhos sindicais na ilha. A crescente aproximação de Cuba ao socialismo soviético e a perseguição aos anarquistas, faz com que a crítica endereçada de *Reconstruir* passe a alertar para o risco do regime cubano, adotar um regime “totalitário”, categoria, aliás, utilizada de maneira compartilhada com o anarquismo brasileiro. Apesar de mencionarem as conquistas socialistas, da

“reforma agrária, desarticulação de um exército mercenário, eliminação das empresas colonialistas” temiam o “perigo que [...] representa o desvio até o totalitarismo russo” (VIADÍU, 1961, pp. 28-32).

Com a divulgação em 1962 pelos militantes cubanos do *Boletín de Información Libertaria* sobre as frequentes perseguições aos anarquistas, o tema caminharia para uma definição mais clara. Apesar dos anarquistas cubanos terem recebido solidariedade de norte-americanos e argentinos, a confusão existente parecia manter alguns focos ainda favoráveis a Cuba no anarquismo mundial. Em fevereiro de 1962 a questão tinha sido pautada nas fileiras da FORA, indicando que havia elementos suficientes para dar fim ao debate. Em janeiro a FORA afirmaria que “condena a tirania sangrenta desencadeada em Cuba e exercida por Fidel Castro [...] com a intervenção dos agentes e instrumentos do bolchevismo.” A FORA também afirmaria que “repudia o despotismo do capitalismo internacional e em particular o norte-americano que constitui o perigo direto na América Latina” (FORA, 1962).

O fim da diversidade organizativa no campo da esquerda era o ponto mais relevante para a crítica anarquista em solo argentino. No dia 26 de março de 1962 (em Cuba) foi criado o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC), que nasceu da fusão do M26-J, o PSP, o Diretório Revolucionário 13 de Março e as Organizações Revolucionárias Integradas. Em artigo publicado em *Reconstruir*, o anarquismo argentino ecoava as palavras do anarquista francês e ex-combatente na Espanha que afirma que “tão logo um partido chamado

revolucionário em princípio, elimina os outros revolucionários, estamos na presença de um princípio de ditadura” (LEVAL, 1962, p. 25).

Na Argentina, a FLA reuniu-se nos dias 16, 17 e 18 de agosto e realizou um congresso extraordinário. Para ter ideia da importância do tema cubano, este foi objeto de discussão congressual. Além de uma declaração de princípios afirmarão sua solidariedade ao *Movimiento Libertário Cubano* (MLCE) no exílio e se declaram contrários ao encadeamento de Cuba aos “regimes totalitários comunistas” (FLA, 1963, p. 3). Denunciou o encarceramento dos opositores, o paredão como estado permanente, o controle da imprensa, dos sindicatos, da educação e da distribuição dos alimentos (Idem). Apesar disso, sempre que possível, a FLA se posicionou contra o imperialismo estadunidense e rejeitava a ideia de um retorno capitalista a ilha.

A presença da questão cubana no jornal da FLA seguiu constante durante os próximos anos enquanto denúncia. Essa presença permanente pode ser explicada por vários fatores. Primeiro, a onda de organizações que adotam a Revolução Cubana como referência, em sua maioria ligada ao campo comunista e que atuam não apenas na Argentina, mas também no restante da América Latina. Segundo – reflexão que se depreende da primeira questão – e não menos importante, o método de luta adotado em Cuba e o debate sobre o uso da violência revolucionária que teve consequências fundamentais para o anarquismo do Rio da Prata, especialmente o Uruguai. Já começava a se gestar no Uruguai, como veremos adiante, a luta armada e ensaios práticos, que também envolveram anarquistas.

Terceiro pela presença de alguns exilados anarquistas cubanos na Argentina, que como dito anteriormente, se converte num “consulado” informal do MLCE na América Latina. Por fim, a divisão existente – em específico no Uruguai – sobre duas concepções de anarquismo que, se encontravam em posições completamente distintas sobre não somente a Revolução Cubana, mas também sobre o que ela representava em práticas concretas no seu próprio território nacional. No Uruguai, como veremos adiante, a posição de apoio a Revolução Cubana foi mais decisiva dentro do anarquismo. Havia uma disputa em curso sobre o tema no Uruguai, que acelerou as reações adversas a Cuba pelo anarquismo argentino. Principalmente sobre o tema da luta armada.

Em setembro de 1962, por exemplo, o jornal da FLA divulgou um panfleto da *Unión Socialista Libertária de Rosario* (aderida a FLA) com o título “Violência e Criatividade Revolucionária”, assinado pela anarquista uruguaia Lucce Fabri, esta defenderá um conceito de revolução que se propõe a “empregar e libertar a força, se opor à violência, criar espaços livres para os germens vitais e espontâneos da história do amanhã”. Contrariando grande parte da história do anarquismo (e do uso corrente da violência), Fabri afirma que a violência se opunha ao conceito de liberdade defendido pelos anarquistas (FABRI, 1962, p. 3). O panfleto de Fabri, que vivia no Uruguai, ecoava uma posição de anarquistas deste país, já rompidos com a *Federación Anarquista Uruguay*. Há de se destacar que Lucce Fabri é naquele momento, umas das anarquistas de maior destaque deste continente e com grande trânsito no anarquismo internacional.

Como consequência dos efeitos do debate da Revolução Cubana, durante toda a década de 1960, polêmicas importantes em torno não tanto de Cuba, mas da vigência da violência revolucionária e da luta armada no anarquismo tomaram as páginas de *La Protesta* e opuseram mais adiante, um novo e revigorado campo anarquista ao anarquismo clássico da FLA, da FORA e de *La Protesta*. Depois de uma polêmica dura sobre o uso da violência revolucionária, espalhada por anos nos jornais anarquistas, (a polêmica vai e volta por anos nos anos 60 e só se resolve na década de 70) um grupo de militantes se desligará de *La Protesta* em 1972 e fundará uma organização adiante, totalmente afinada com o anti-imperialismo e a luta armada.⁵

A polêmica da Revolução Cubana no anarquismo uruguaio

O anarquismo uruguaio debateu a polêmica da Revolução Cubana com muito mais efeitos colaterais. Isso se deu em grande medida pelo fato da maior parte do anarquismo deste país estar concentrado numa mesma organização, ao contrário do caso argentino, que possuía maior diversidade. Anarquistas ligados ao comitê pró-federação libertária uruguaia, já acompanhavam a luta em Sierra Maestra com simpatia (RUGAI, 2012) Recém-fundada em 1956, a *Federación Anarquista Uruguay* – segundo o depoimento de Juan Carlos Mechoso, militante da FAU à época – fez adesivos reivindicando o exemplo do assalto ao quartel de Moncada realizado em 1953 em Cuba (MECHOSO, 2017). Afirma que a alusão a esse tipo de

⁵ O nome desta organização é *Resistencia Libertária*. Mais informações sobre esta em SILVA, 2018.

ação se inscrevia na crítica a tese da coexistência pacífica, defendida pelo Partido Comunista Uruguaio. A FAU era composta à época de sua fundação, por velhos e novos militantes, que mesclavam experiências sindicais com aportes organizativos malatestianos e bakuninianos.

Assim que estourou a Revolução Cubana, a FAU trabalhou ativamente na formação de comitês de apoio a Cuba. O tema central para a FAU era o enfrentamento ao imperialismo e o resgate dos métodos de ruptura que considerava combativos, mas ainda assim, se posicionam desde o início nas balizas de um apoio *crítico*. Aqui cabe dizer que a posição da FAU no início, não é diferente da posição do restante do anarquismo latino-americano. Em 1959 a FAU publicou o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário e a Revolução Cubana permanecia como uma inspiração.

De maneira geral afirmava que a “revolução cubana pertence ao povo, em especial a juventude. Se uma intervenção armada se produzisse ali, os povos da América teriam que defendê-los, porque se os deixássemos destruir, estaríamos nos suicidando” (FAU, apud MECHOSO, 2006, p. 119). Em três de maio de 1959, Fidel Castro chega ao Uruguai apenas cinco meses depois de ter triunfado a Revolução Cubana. O país estava arrasado por fortes inundações ocorridas no mês anterior. Fidel permaneceu dois dias no país, falou com a imprensa, negou que sua revolução fosse comunista e participou de um programa de televisão.

Cabe lembrar que antes de 1962, Cuba não estava associada ao marxismo-leninismo. No país “a Revolução Cubana não foi rechaçada

de imediato, mas sim à medida que foram adotando as disposições controversas – como a aplicação da pena de morte – e que o governo de Fidel Castro foi estreitando vínculos com o bloco soviético” (BROQUETAS, 2015, p. 91).

Neste sentido o apoio da FAU à revolução cubana – ainda com todos os integrantes que mais adiante romperiam com a organização pela questão cubana – era uníssono. Para a FAU a sobrevivência da revolução em Cuba dependia “do que ocorra em Cuba, do que façamos todos os povos latino-americanos” e “para impedir que seja traída sua revolução de dentro ou por fora” (FAU, 1959, p. 1). A FAU também sublinhava Cuba como exemplo de uma revolução feita de maneira independente da lógica binária da guerra fria, o que fortalecia sua tese de uma “terceira via do socialismo”, tese, aliás, muito confortável a perspectiva anarquista.

Em 1960 os anarquistas da FAU, após um pleno, se posicionaram de maneira mais sistematizada. No texto intitulado “Porque apoiamos e defendemos a revolução Cubana” afirmarão que em “Cuba está começando uma autêntica revolução”, mas rejeitam “dirigentes incrustados nos grêmios para servir consignas partidárias”, e que longe de ser uma garantia, constituem uma trava e um perigo para a revolução (FAU apud MECHOSO, 2006, p. 12-135). Cientes dos possíveis “desvios” da Revolução, os anarquistas da FAU diziam que “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos”, mas aceitam que

esta pode ser um “avanço abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade” (Idem).

Este primeiro texto sistemático, produzido pela FAU demonstra que esta jamais apoiou acriticamente a Revolução Cubana. Desde seus primeiros pronunciamentos já indica que “sem negar ou ignorar seus aspectos negativos nem os fatores que podem lhe desvirtuar, entendemos que devemos apoiar a Revolução Cubana” (Idem).

A FAU chamou atenção para o perigo da revolução “perder seu dinamismo”, burocratizar-se ou cair na aparente efetividade das ditaduras e dos “homens fortes” (Idem). Longe de apenas emitir um apoio, delineou com precisão, propostas que poderiam ser aplicadas na realidade cubana. O apoio da Revolução Cubana pela FAU teve grandes implicações. Primeiramente, a FAU participou de forma ativa e foi pioneira no Uruguai, como vimos, na formação de comitês de apoio a Cuba que reuniram setores importantes da esquerda. Esses comitês organizados em bairros e fábricas foram fundamentais para contrapor a linha da FAU com a de outras correntes políticas e dar uma identidade própria a essa organização. A Revolução Cubana era para FAU não apenas um debate abstrato de ideias, mas também implicava na defesa de uma determinada perspectiva revolucionária “à respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares” (RUGAI, 2012). O exemplo de Cuba para FAU era a prova de que a revolução ainda era possível. Este confronto de perspectivas ajudou a conformar um campo político em comum, campo que o historiador Eduardo Rey Tristán chama de

esquerda revolucionária. Lembremos que a revolução cubana reabria para a esquerda latino-americana, temas que estavam cristalizados em seu pensamento. Reafirmava a atualidade do socialismo nos países do continente e questionava a ideia hegemônica de que a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário (SALES, 2005, p. 2).

O segundo impacto da Revolução Cubana no anarquismo se deu no interior da própria FAU. Os que seguiram organizados na FAU reivindicando a Revolução Cubana, defendiam uma organização política que atuasse de maneira programática – contrariando a ideia de unir diversos anarquistas numa mesma organização pela mera identidade filosófica – e pudesse ter real incidência na luta de classes do país. O setor que se opunha a tal caminho associava uma organização mais estruturada e com maior grau de unidade interno e disciplina, como fruto de uma suposta influência marxista, ainda que isso não seja correto do ponto de vista da própria história do anarquismo a longo prazo.⁶

Em 10 de janeiro de 1961, um ato anticastrista foi realizado por grupos de direita e contou com duas mil e quinhentas pessoas. O ato se inscrevia numa campanha de defesa da ruptura diplomática do Uruguai com Cuba e era promovida pelos setores anticomunistas. Ao final do ato parte dos manifestantes de direita marcharam em direção à sede do Partido Comunista e diante estudantes vinculados à universidade e que apoiavam Cuba, começaram um enfrentamento com pedras, armas de

⁶ Diversas organizações anarquistas de cunho programático existiram em diferentes momentos da história.

fogo que terminou com diversos feridos e um manifestante anticomunista morto (BROQUETAS, 2015, p. 10).

Nesse contexto de polarização entre esquerda e direita, a FAU seguiria no debate interno sobre o tema cubano e as primeiras tensões passam a aflorar. Com a presença de mais de 60 militantes e com um longo debate, estendido até três horas da manhã, a FAU reafirmará o apoio a Revolução Cubana em julho de 1961. Lembremos que é neste ano, que as principais críticas ao processo cubano no anarquismo são consolidadas. No caso da Argentina, já há uma posição bem mais definida em relação a Cuba, o que certamente pressionava a FAU a seguir o caminho dos congêneres argentinos. Lembremos que a relação entre anarquismo argentino e uruguaio sempre foram muito estreitas.

Apesar dos dissensos internos, que avaliavam a crescente influência comunista, se produziu um acordo interno, onde a FAU manteve apoio ao processo revolucionário cubano com correlação de forças internas, majoritariamente favorável a Cuba (FAU, 1961). Também se recomendou a participação da militância da organização nos comitês de solidariedade a Cuba.

Uma zona cinza desse período foi a não menção da FAU aos presos políticos anarquistas em Cuba, enquanto na Europa e na Argentina, tal campanha de denúncia seguiu ativa. Para os anarquistas uruguaios, no entanto, a questão terceiro-mundista teve maior peso e o apoio a Revolução Cubana se manteve, mesmo com as críticas externas cercando a organização. A FAU sustentou a Revolução Cubana também para preservar uma relação entre correntes políticas dentro do próprio

Uruguai, mantendo assim, um campo de diálogo em comum que foi valioso nos anos que se seguiram. Sintonizada com o terceiro-mundismo avaliou em novembro de 1962 que pertenciam a “geração que no marco dos países do Terceiro Mundo livra a batalha definitiva contra o imperialismo e o subdesenvolvimento” (FAU, 1962). Para a FAU o contexto era de luta de libertação dos povos subdesenvolvidos; crise do regime capitalista e do colonialismo e imperialismo; e fratura do monolitismo e crise nos países da área soviética e na própria URSS (Idem).

Sua posição “terceiro-mundista” não impedia de realizar críticas ao modelo soviético que paulatinamente passa a ser adotado na ilha. Ainda em 1962 a FAU denunciaria a “criação do Partido Único” na ilha como algo que “conspira contra o desenvolvimento da revolução” (FAU, s/d, p. 223). Neste documento defendia a autodeterminação dos povos, o anti-imperialismo (contra o imperialismo estadunidense como o soviético), a autogestão social, democracia direta, crítica ao partido único e ao marxismo-leninismo. Reconhecem que dentro de Cuba “distintas medidas adotadas, seja por imperativos internos, seja por desorientação ideológica” constituem um desvio de seus postulados originais. Afirmava que “só por uma inadmissível irresponsabilidade ou torpeza política [...] se possa confundir uma covarde e reacionária neutralidade entre colonialismo e país colonizado, ou entre ditadura e povo dominado, com a Terceira Posição”. Para a FAU, a luta dos países subdesenvolvidos “estava completamente desconectada desta doutrina [comunista]” (Idem).

Paradoxalmente constavam nos jornais e materiais da FAU, ainda que minoritariamente citações de determinadas frases de Fidel Castro ou de Che Guevara. O objetivo era demarcar um campo revolucionário versus a burocracia soviética usando uma figura reconhecida no amplo campo da esquerda revolucionária e impingindo-lhe “cores libertárias”. O que certamente, chocou grande parte do anarquismo europeu.

Em 1963 as divergências internas sobre Cuba se tornaram insuportáveis. Os temas mais importantes para a cisão da FAU foram: Cuba, estrutura orgânica, prioridade operária e violência revolucionária (MECHOSO, 2016). Percebemos que os temas em questão, em maior ou menor grau, estavam todos relacionados com a temática cubana: como se organizar? Como influenciar e como fazer uma revolução? A cisão da FAU consolidou a linha revolucionária e que apoiava a Revolução Cubana dentro da organização. A consequência disto foi formatar a organização com uma estrutura organizativa mais sólida e maior disciplina interna. Também reforçaram a prioridade do anarquismo na atuação operária e a defesa da necessidade da violência revolucionária (TRISTÁN, 2006) em contraposição, aqueles que internamente, defendiam experiências comunitárias anarquistas. Tal reivindicação da Revolução Cubana, entretanto, nunca possibilitou grandes diálogos com a ilha. Em 1965, como apontado pelo historiador Daniel Alves “a FAU havia se desentendido com uma delegação cubana que visitara o Uruguai antes da OLAS” e isto, ainda segundo o autor

prejudicou as possibilidades de visita da FAU à Cuba (ALVES, 2016, p. 92).

Naquela ocasião, a FAU, contando com a participação de Gerardo Gatti e Juan Carlos Mechoso, intercambiou opiniões a respeito dos respectivos processos de cada país e sobre um possível apoio técnico, no caso, viagens à Cuba para cursos de capacitação militar. Em meio a conversação, o delegado cubano fixou como exigência à FAU a modificação de seu nome – no caso, deixar de denominar-se anarquista – para que, então, pudesse receber tais cursos. (ALVES, 2016, p. 92)

Tal exigência jamais foi aceita, mas o grupo que saiu da FAU pela polêmica cubana, possuía um trânsito maior no movimento anarquista internacional e passa a caracterizar a FAU como uma organização “castrista”. Este grupo também possuía uma boa entrada no anarquismo brasileiro e argentino, fato que fez com que a FAU fosse isolada por décadas em todo continente. Isso se deveu exclusivamente a questão cubana e ao mito de que a FAU era “castrista” ou tinha influências marxistas. Mito reforçado pelos livros do historiador Edgar Rodrigues que ajudou a difundir nas décadas de 80 e 90, a linha de Luce Fabbri de uma memória de uma FAU pró-castro (SILVA, 2018, p. 112).

Este isolamento também ocorreu mediante a adoção de perspectivas políticas originais pela FAU, e que se chocava com certa ortodoxia e eurocentrismo reinante no meio libertário. A organização da FAU nutriu-se de uma experiência latino-americana que caminhava com uma identidade própria e que se diferenciava do hegemônico modelo do

anarquismo europeu e incorporado por uma parte significativa e influente do anarquismo latino-americano naquele momento.

A Revolução Cubana foi, portanto, central para os debates internos da FAU e do anarquismo uruguaio. Marcou sua identidade latino-americanista e definiu ainda que guardadas às realidades locais, perspectivas políticas importantes. Paradoxalmente o isolamento da FAU do restante do anarquismo europeu, ou de sua tradição europeia em solo latino-americano, não contribuiu para seu isolamento da luta de classes em seu país. A cisão da FAU, como apontado por Rugai e Alves de maneira indubitável, longe de enfraquecê-la, tornou-a uma organização com maior grau de unidade política e com um acionar mais efetivo, em sintonia com a realidade de seu país e do continente latino-americano. Com as discussões sobre Cuba, dirimidas, o uso da violência revolucionária não seria mais um assunto divergente dentro da organização, o que lhes possibilitou dar passos mais audaciosos em direção ao seu projeto revolucionário e começar a discutir as possibilidades do uso da luta armada. Ao sair de Cuba, Abraham Guillén viajará para o Uruguai no momento em que se desenrolava a polêmica interna da FAU. Guillén levará reflexões teóricas que influenciarão parte da esquerda revolucionária uruguaia, dentre elas, talvez a mais importante no ideário anarquista, a de que as experiências armadas deveriam responder a uma ação social de massas e nunca dela se distanciar. Guillén, segundo relatos de antigos militantes da FAU, participara de formações internas onde o tema da luta armada era

debatido e a organização consolidava sua posição (SILVA, 2018, p. 183).

A FAU ajudou então a constituir o primeiro organismo de luta armada no país, o *Coordinador*, que funcionou de 1962 a 1965, realizando pequenas ações armadas e que futuramente, deu origem ao maior movimento de luta armada do país, o *Movimiento de Libertación Nacional - Tupamaros*.⁷ A FAU passou a ter uma influência relevante no conjunto da classe trabalhadora do país e a preparar a organização para uma possível clandestinidade (ocorrida em 1967). A FAU é uma força decisiva na fundação da *Convención Nacional de Trabajadores* (CNT) em 1964, que em seu congresso de unificação (em 1966) se torna o espaço sindical mais importante do país. A FAU também funda a *Tendencia Combativa* em 1966, que atuava como oposição a política majoritária do PCU (ocupando alguns cargos de direção na CNT), constituiu também em 1968 a *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE), uma tendência⁸ política com forte presença da FAU e que chegou a ter milhares de militantes (militantes estudantis, sindicais e atuando nos bairros). Em 1969 a FAU também fundou seu aparato armado, a *Organización Popular Revolucionária 33 Orientales* (OPR-33), que realizou inúmeros sequestros, expropriações e ações armadas no país (SILVA, 2018, pp. 191-200). Da Revolução Cubana, a OPR tomou a inspiração da luta armada, mas desenvolveu um rico arsenal crítico ao

⁷ A FAU se desliga do Coordinador assim que a proposta de criação do MNL-T é formulada.

⁸ Uma organização de tendência seria uma organização que estaria no “meio do caminho” entre uma organização política e um movimento social.

foquismo. A linha estratégica da FAU para seu aparato armado era o de só intervir caso as ferramentas de organização sindical e popular tivessem chegado ao seu limite. O documento de luta armada mais conhecido da FAU foi escrito em novembro de 1972, e editado com o nome de *Copey*, basicamente, uma análise crítica do foquismo e uma defesa estratégica das possibilidades da luta armada em outros termos.

O isolamento do campo libertário teve um custo político alto, por outro lado, permitiu certa liberdade diante uma ortodoxia de determinadas organizações e correntes. O apoio da FAU a Revolução Cubana deve ser entendido como a defesa de uma perspectiva revolucionária *latino-americanista*, que lhe garantiu um rico cabedal de ferramentas políticas e a afastou de um anarquismo ossificado. Abatida pela repressão em 1974, realiza um recuo estratégico para Buenos Aires, deixando um rastro de inúmeros desaparecidos, torturados e mortos pela ditadura militar do Uruguai e da Argentina, sendo reconstruída apenas na década de 1990. Sua constituição política, entretanto, de profunda inspiração latino-americana, seguiu como uma influência importante na trajetória do anarquismo deste continente.

Apontamentos conclusivos

Sabemos também, que essas formas de dominação
e de exploração permanentemente aperfeiçoadas,
podem sempre ser destruídas,
como ocorreu na Rússia em 1917,
na China em 1948 e em Cuba, em 1959
Acción Directa (jornal anarquista argentino, 1973)

Apesar de não podermos reduzir toda a trajetória histórica do anarquismo pós-59 nos três países a essas polêmicas, a influência da Revolução Cubana de fato foi um marcador de posições políticas relevantes, principalmente no Uruguai e na Argentina. Tal influência obviamente foi mais relevante na medida em que estiveram presentes condições materiais para o desenvolvimento de certos postulados, que dizem respeito a inúmeras variáveis, como relação entre o Estado e a classe trabalhadora, a manutenção do anarquismo no período e de certo sindicalismo com maior liberdade de ação em relação ao Estado (maior no Uruguai e bem menor na argentina no Brasil) etc. Como vimos anteriormente, as polêmicas chegam mais ou menos no mesmo período e se desenrolam fundamentalmente até 1963. Vimos como em termos de impacto, a polêmica teve maior consequências no anarquismo uruguaio.

Na Argentina, a polêmica parecia estancada em 1963, mas uma nova geração de militantes libertários inspirados pelo que pode ser conceituado como *gramática guerrilheira* (SILVA, 2018, p. 82) passa a trazer tensões internas. Os ventos de 1968 (que varreram os dois países) inspiram reflexões políticas muito profundas no anarquismo da região e

trouxeram novos atores sociais. Na Argentina, paralelamente enquanto se inserem em atividades comunitárias, estudantis e sindicais, os anarquistas que mantiveram apoio crítico a Revolução Cubana, de 1968 a 1970 passam a polemizar abertamente com os representantes do anarquismo “clássico” que se afastou totalmente da Revolução Cubana (representados pela FORA e pela FLA). Cabe mencionar também, em ambos os países o uso do conceito de *totalitarismo* por aqueles que rejeitaram em determinado momento a Revolução Cubana e seus destinos “totalitários”. Já para o anarquismo de ambos os países, que viam na Revolução Cubana uma possibilidade de luta, reivindicavam-na como um exemplo de formas de dominação que podem ser confrontadas. Essa categoria de totalitarismo obliterou a capacidade de tentar enxergar no processo revolucionário cubano, o que poderia ser reivindicado pelos libertários e o que não poderia.⁹

No Uruguai, ao reivindicarem criticamente a Revolução Cubana, estavam mais preocupados em formar uma identidade latino-americana para o socialismo e em consequência para o anarquismo. Tal posição fez com que formassem inúmeras iniciativas em comum (como o jornal *Época*) com outras correntes do socialismo fora do escopo do Partido Comunista, o que não evitou críticas e polêmicas internas, mas ajudou a constituir no Uruguai, um campo revolucionário crítico ao parlamentarismo e a esquerda eleitoral, com relevante inserção do anarquismo nas lutas populares. Apesar da FAU defender a luta armada,

⁹ Há todo um debate sobre o uso do conceito de totalitarismo e a influência liberal deste conceito, que não pretendo aprofundar aqui.

não se alinharam ao foquismo, criticando o que considerava como *vanguardismo* de se colocar a luta armada na frente das chamadas lutas de massas. A FAU também evitou o que considerava como “desvios militaristas”, de se enfatizar demasiadamente a luta armada em detrimento da luta popular e sindical. A OPR-33, braço armado da FAU, estava subordinada as decisões estratégicas da FAU e não realizou ações contra forças de segurança (focavam em “expropriações” para financiamento e sequestros). Operavam suas ações armadas no intuito de apoiar as ações sindicais.

De maneira geral, o acontecimento cubano (somado com outras condições) também apressou certa renovação teórica dentro do anarquismo e a busca de ferramentas explicativas para compreensão da realidade e renovação ideológica interna. A *gramática guerrilheira*, (SILVA, 2018, p. 82-120) colocou o continente americano e latino-americano no centro do debate teórico.

Também apressou o debate da necessidade de uma organização política anarquista (crítica da estratégia do anarco-sindicalismo)¹⁰ que atuasse na realidade sindical e popular com um programa político determinado.

Tal fato também provocou, principalmente no Uruguai, uma busca permanente pela heterodoxia, que buscou constituir uma identidade anarquista original, que viria a ser formalizada posteriormente (nos anos 90 principalmente) como *especificismo*, um

¹⁰ Na estratégia anarco-sindical não há necessidade de uma organização política anarquista atuando nos sindicatos. O próprio sindicato seria a organização preferencial de atuação dos anarquistas.

anarquismo de fortes marcas latino-americanas e que é filho indireto, desta polêmica da Revolução Cubana, nos dois países citados.

Bibliografia

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BELLÉ, Júnior. *Revolução Cubana: Mais à esquerda que o Castrismo*. São Paulo: Editora Faísca, 2009.

BERKMAN, Alejandro. Kronstadt. Habana: Cooperativa de Publicaciones Libertárias : Asociacion Libertaria de Cuba Editorial, setiembre de 1960.

BROQUETAS, Magdalena. *La Trama autoritária: derechas y violencia em Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2015.

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando Lopez. *Resistencia Libertaria / Verônica Diz y Fernando Lopez Trujillo*. - 1a Ed. B-uenos Aires: Madreselva, 2007.

FABRI, Lucce. Violencia y Creatividad Revolucionarias. Acción Libertária, Buenos Aires, nº 178, p. 3 septiembre, 1962.

FAU. Cuba y el Tercer Mundo. *Suplemento de Lucha Libertária*, Montevideo, noviembre de 1962

_____. Ideas para aplicar. *Lucha Libertária*, Montevideo, Maio de 1959, tradução nossa.

_____. Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana. *Folheto*, tradução nossa

_____. Pleno reafirmó la solidaridad com la Revolución Cubana, FAU, *Boletín Informativo*. Julio de 1961, año 1, nº 12.

FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2000.

FLA. Se realizó el congreso extraordinario de la F.L.A. *Acción Libertaria*, Buenos Aires, nº 182, p.3, diciembre, 1963.

_____. Solidaridad para con los Cubanos Antitotalitarios. *Acción Libertaria*, Buenos Aires, nº 182, p. 2, diciembre, 1963.

FORA. La situación cubana. Consideración en Torno a la Reunión Regional de Delegados de la F.O.R.A. Realizada en Buenos Aires los días 4, 5, 6, 7, y 8 de Enero de 1962. Organización Obrera. Buenos Aires, Febrero de 1962.

_____. Referencias ilustrativas sobre Cuba. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 146, p. 2, julio, 1960

_____. Revoluciones Antiemancipadoras. Organización Obrera, Buenos Aires, nº 145, p. 1, mayo, 1960.

GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. *Revista Bicicleta*, Año 1, n. 9, octubre de 1978, p. 4, tradução nossa.

LEVAL, Gastón. El Castro-comunismo no puede enganar a nadie. *Reconstruir*, Buenos Aires, nº 21, p. 25, noviembre-diciembre, 1962.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: Una historia de FAU*. Montevideo, Recortes. s/d.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo II La Fundación*. Montevideo: Editorial Recortes, 2005.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo III Los primeros años*. Montevideo: Editorial Recortes, 2006.

_____. *Acción Directa Anarquista. Tomo I Raíces, 1870-1940*. Montevideo: Editorial Recortes, 2001.

_____; depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

NIETO, Augustín. Um Acercamiento ‘Topográfico’ a la Militancia Sindical Libertária em la Argentina de los años cuarenta. In *Escuela de História, Revista Digital* nº 3, 2012.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista. O Anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

_____. *Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. Seropédica, RJ. 2018. 282p Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

TELLO, María Esther. “Mis primeros contactos con militancia libertaria.” In. *Fondation Besnard*. Francia, 2006. Disponível em < <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article443>>.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguaya. 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

VIADIÚ, José. Ayer España; Hoy Cuba. Reconstruir, Montevideo-Buenos Aires, nº 13, pp. 28-32, julio-agosto, 1961.

Jornais, Revistas e periódicos consultados

Acción Libertária, Argentina

Bicicleta, Argentina

Lucha Libertária, Uruguai

Organización Obrera, Argentina.

Reconstruir, Argentina

Recebido em 02/04/19 aceito para publicação em 25/07/19

Representações de uma visão de mundo zapatista na Primeira Declaração da Selva Lacandona

Rodrigo de Moraes Guerra¹

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo perscrutar a Primeira Declaração da Selva Lacandona – documento oficial do Exército Zapatista de Libertação Nacional que explicita suas insatisfações históricas e suas demandas, e que entendemos como uma produção discursiva essencialmente zapatista – buscando compreender visões de mundo que estão representadas na mesma, ou seja, perceber como os zapatistas se veem e como eles enxergam a realidade da qual os mesmos foram produtos e a produzem. Dessa forma, desenvolvemos e aplicamos o conceito de representação com o intuito de aprofundarmos o entendimento desse movimento que engloba diversos aspectos da luta latino-americana revolucionária, mas que, por outro lado, se distingue das demais revoluções já ocorridas no continente. Questões sobre identidade, cultura e tradições também são abordadas para que possamos adentrar ainda mais na cosmovisão zapatista.

Palavras chave: zapatismo, representação, movimentos sociais, História da América, história de longa duração.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo escrutar la Primera Declaración de la Selva Lacandona - documento oficial del Ejército Zapatista de Liberación Nacional que explicita sus insatisfacciones históricas y sus demandas, y que entendemos como una producción discursiva esencialmente zapatista - buscando comprender visiones de mundo que están representadas en la misma, es decir, percibir cómo los zapatistas se ven y cómo ellos ven la realidad de la cual los mismos fueron productos y la producen. De esta forma, desarrollamos y aplicamos el concepto de representación con el propósito de profundizar el entendimiento de ese movimiento que engloba diversos aspectos de la lucha latinoamericana revolucionaria, pero que, por otro lado, se distingue de las demás revoluciones ya ocurridas en el continente. Las cuestiones sobre identidad, cultura y tradición también se abordan para que podamos adentrar aún más en la cosmovisión zapatista.

Palabras clave: zapatismo, representación, movimientos sociales, Historia de América, historia de larga duración.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), bolsista CAPES.

Palavras iniciais

Como em uma grande trama, digna dos maiores roteiristas, o movimentado século XX, que já havia passado por guerras mundiais, guerras não tão mundiais, Guerra Fria, revoluções e experimentado projetos políticos de toda sorte, ainda havia guardado um grande final para o seu desfecho. No dia 1 de janeiro de 1994², quando mitos e lendas sobre o novo milênio que estaria por vir alimentavam a imaginação do mundo capitalista consolidado no pós-Guerra Fria, os indígenas de Chiapas³, organizados militarmente em nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), apareceram para o México e para o mundo anunciando o seu “Já Basta”. Iniciando-se no estado de Chiapas, Sudeste mexicano, onde, ainda no primeiro dia do levante, de dois a três mil indígenas tomaram o controle de San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Altamirano e Margaritas, apoderaram-se de uma estação de rádio e atacaram um quartel do Exército (BUENROSTRO Y ARELLANO, 2002, p. 15); e logo se espalhando pelo mundo, utilizando-se da internet como uma grande aliada para furar o bloqueio midiático e a tentativa de abafar a sublevação daqueles indígenas, os zapatistas propuseram uma nova luta e, conseqüentemente, uma nova oportunidade de se explorar a história desses povos, uma história que

² Data simbólica, pois, neste dia, o México aderira ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), desta forma, cedendo aos interesses neoliberais, um dos principais enfrentamentos dos zapatistas.

³ Indígenas de origem *maya* representantes das etnias *tzeltales*, *choles*, *tzotzilese* *tojolabales*. BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarabio, 2002, p. 18.

ganha um novo capítulo em 1994 e enfatiza a atuação dos movimentos sociais e seus impactos na realidade.

O estudo dos movimentos sociais nos possibilita uma excelente oportunidade de assimilar o presente e o passado, compreendendo o que o historiador francês Fernand Braudel (1992) veio a tratar como uma história de *longa duração*. Sebastião Vargas (2007) enfatizou que a origem de vários movimentos sociais, principalmente os que ocorrem na América Latina, devem ser inscritos nessa perspectiva temporal de longa duração e que

Os fenômenos sociais não podem ser suficientemente entendidos se nos encerrarmos, para sua consideração, nas temporalidades da curta ou média duração, e que portanto é necessário abrir sempre generosamente a lente temporal de nosso exame, incorporando às nossas explicações estas visões de muito mais largo alento temporal. (VARGAS, 2007, p. 161)

Sendo, portanto, o zapatismo uma etapadentro dessa continuidade de longa duração de movimentos de resistência e rebeldia dos indígenas e camponeses da história mexicana. Dessa forma, os movimentos sociais são produtos de um longo processo histórico, logo, processo este responsável por constituir relações de identidade, cultura e sonhos comuns daqueles que estimam alcançar o objetivo maior de suas lutas, como é o caso do movimento zapatista. Os indígenas do Estado de Chiapas exigiram demandas como teto digno, terra, trabalho, saúde, alimentação, educação, democracia, independência, paz e justiça, enfatizando que essas demandas são suas exigências no que eles

denominam como “a larga noite dos 500 anos”⁴ (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Ao insurgirem na virada do ano e às portas do século XXI, com os rostos cobertos e empunhando armas pesadas, o mundo inteiro se deu conta deste movimento que desafiou todos os prognósticos que apontavam para o fim da luta armada latino-americana. Mais do que isso, o movimento zapatista se distanciou das revoluções ditas tradicionais vistas nessa porção do continente, devido às peculiaridades próprias de um movimento que conta com o respaldo e liderança das tradições indígenas *mayas* em sua organização e trouxe consigo as demandas destes povos. Uma das armas e distinções que se destacou no movimento foi a sua habilidade de se comunicar com o povo e matizar profundos sentimentos de revolta, raiva e indignação, com toques de poesia, ironia e leveza. Em grande medida de autoria do Subcomandante Marcos, principal porta-voz do movimento nos seus anos iniciais⁵, o arsenal literário zapatista é um dos pilares que

⁴ Todo o período que engloba a história mexicana desde a colonização europeia até o tempo presente. Os zapatistas compreendem todo o conjunto de explorações e despojos promovidos pelo colonialismo como esta “larga noite”, incluindo não apenas as violências físicas e matérias, mas, de mesmo modo, a violência simbólica, a violência epistemológica e a crise identitária provocada pelo poder colonial, o que enfatiza a correlação do movimento com a compreensão de *longa duração*, ou seja, a permanência de estruturas históricas que marcam toda uma continuidade de atuações desses sujeitos.

⁵ Subcomandante, pois se trata de um não-indígena, Marcos assume a posição de principal porta-voz e se torna um símbolo do movimento zapatista. Teve em 1995 sua identidade revelada pelo governo mexicano, indicando que se tratava de Rafael Sebastián Guillén Vicente, antigo professor de artes gráficas da Universidade Autônoma Metropolitana do México. Nas palavras de Sebastião Vargas: “o subcomandante Marcos realiza formidavelmente uma síntese entre o líder político, o estrategista militar e o escritor inspirado”. VARGAS, Sebastião. COM A ARMA DA

sustentaram a estrutura do movimento em seus momentos iniciais e o difundiu mundo afora, arraigando adeptos e simpatizantes. Não à toa, despertou o interesse e afeição de grandes escritores de renome mundial como José Saramago, Manuel Vásquez Montalbán, Eduardo Galeano (o qual, inclusive, trocou correspondências com Marcos), entre outros, fazendo com que o Subcomandante fosse apontado também como um verdadeiro maestro na ordenação de ideias e palavras, dando um toque poético revolucionário e constituindo-se, assim, em um importante fator da luta zapatista: a “arma da palavra”. Desta forma, ao insurgirem para o mundo, os zapatistas chamaram a atenção por diversos aspectos, entre eles pelos seus manifestos discursivos. Dotados de características totalmente irreverentes, no que se diz respeito a manifestos de guerra, repletos de simbolismos, mística, história, poesia, sonhos, humor, ironia e rebeldia, os zapatistas surgem com uma nova forma de se dirigir ao poder institucional e ao povo: uma forma desvinculada das formas políticas tradicionais; uma forma voltada para o intelecto, mas, também, ao coração; uma forma que projetasse uma ponte entre o coração e cabeça; e, deste modo, reflete a herança indígena que permeia o movimento. Os zapatistas fundam, portanto, um manifesto tipicamente zapatista: as Declarações da Selva Lacandona.

Local de gestação do levante zapatista, a Selva Lacandona nutriu a rebeldia dos que insurgiram no grande dia da festa neoliberal em territórios norte-americanos. Nas palavras de Emilio Gennari: “as

dificuldades de adaptação à vida em montanha ensinam o EZLN a cultivar a esperança, a fazê-la brotar em meio à dor e a vivenciar aqueles momentos com um elevado grau de desprendimento”, aprendendo a viver no “ambiente hostil da montanha que, de inimiga, poderia se transformar em poderosa arma de defesa contra o exército mexicano” (GENNARI, 2006, p. 21). Mais do que isso, a Selva Lacandona representou a rememoração do passado indígena, ali encontramos o espaço vivido pelos antepassados zapatistas, pelos povos originários, pelos mitos e costumes que caminharam a noite por 500 anos até os dias de hoje. Portanto, os discursos zapatistas também trazem todo o simbolismo oriundo da selva, da montanha, da terra, do passado, da cosmovisão indígena e de todo o processo histórico de longa duração. Em suma, as Declarações da Selva Lacandona, constituem um conjunto axiomático de fontes para se estudar o discurso do Exército Zapatista de Libertação Nacional, através das mesmas, podemos ter contato direto com a voz dos zapatistas, suas demandas, suas aspirações, suas contradições, seus sonhos, seus temores, sua posição e, substancialmente, ao seu lugar de falar, no qual estão inseridos e do qual o discurso zapatista é produto e reproduz uma “visão de mundo” arraigada de elementos históricos. Para o presente artigo, nos debruçaremos, especificamente, no discurso zapatista manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona⁶, lançada no dia 1 de janeiro de 1994, juntamente com a insurgência zapatista para o mundo.

⁶ O documento, na íntegra, pode ser lido no site: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/category/1994/> <Acessado em 08 de julho de 2019, às 17:10 horas>.

Desenvolvendo o conceito de *representação*

O discurso zapatista aqui trabalhado, expressado por meio da Primeira Declaração da Selva Lacandona, portanto, foi tratado sob uma interpretação utilizando o conceito de *representação*. Percebendo a Declaração como manifesto do pensamento zapatista, capaz de expressar suas aspirações como movimento, investigamos representações de uma “visão de mundo” presentes na mesma, com o intuito de identificar não apenas o que os zapatistas querem para o mundo, mas, também, como é o mundo para os zapatistas, como a construção dos seus discursos trazem à tona uma identidade dos seus adeptos, uma cultura local, continuidades de um povo que se diz estar em luta há mais de 500 anos... a interpretação, portanto, dos signos e símbolos dessa construção cultural que representa toda uma história de lutas e resistência, de continuidades com o passado, de modos de vida e, acima de tudo, de uma “cosmovisão” permeada de elementos da tradição indígena que conformam o ideal zapatista.

Situando o conhecimento histórico associado, diretamente, às condições históricas em que ele é produzido, a História, como disciplina, passa a ser estudada, pois, não mais pelos mesmos paradigmas, teorias e métodos de outrora – principalmente a partir do século XIX com a sua cientificidade peculiar –, mas por uma nova perspectiva, na qual o sujeito passa a ser pensado como uma produção histórica e a realidade idem, com isso, fomentando o desenvolvimento de novos conceitos e prismas para enxergarmos o mundo e,

fundamentalmente, o passado. Como exemplos desses novos primas, temos as representações. O termo “representação” traz consigo a concepção de expressar, ou designar por meio de símbolos, uma ideia ou imagem mental. Desta forma, as representações estão presentes em nosso cotidiano, em nossa forma de enxergar o mundo e nas mais diversas esferas sociais, tendo em vista que são construções históricas e permeiam o campo das mentalidades nas sociedades em que elas estão convencionadas. Tratando-se, desse modo, de códigos e símbolos voltados para a expressão de ideias, também teremos um fator preponderante das representações na construção identitária e cultural de determinada sociedade e na interpretação da mesma das suas realidades. As representações, com isso, se colocam no lugar da realidade e dão sentido à realidade, todavia, a representação não é uma cópia do real, mas uma interpretação feita a partir dele e que traz consigo representações já pré-concebidas estabelecidas na sociedade. Destarte, a visão de mundo de um povo, o modo como ele se relaciona com a sociedade, a sua organização social, perpassam por representações que os mesmos se utilizam para dar sentido a sua realidade, ao seu mundo.

Grosso modo, a escrita da História e o conceito de representação coexistem de forma umbilical. A utopia de objetividade na produção do texto histórico, não se concretiza, pois não há como ser. O texto histórico jamais será isento, a “concepção de Magritte da escrita histórica”, como definiu Ankersmit (2012)⁷, seria rasa, demasiada

⁷ O texto histórico é concebido aqui como a superfície de uma pintura figurativa que deve provocar no espectador a ilusão de verdade.

simplista. Reconhecer a não objetividade, contudo, não significa reconhecer a perda de credibilidade do texto histórico, mas sim reconhecer a complexidade que envolve o estudo do passado, sem desmerecê-lo e sem a pretensão de querer trazê-lo à tona tal qual o ocorrido. Tendo em vista o antigo confronto entre subjetividade e objetividade no texto histórico, Ankersmit (2012) apontará para a Virada Linguística como um momento decisivo para quebra de paradigma: “É necessário, portanto, nada menos que a “Virada Linguística” para efetivamente desacreditar a concepção da pintura de Magritte e da escrita histórica. A ideia básica aqui é que não olhamos *através de* pinturas ou textos, mas *para* eles.” (ANKERSMIT, 2012, p. 234). Dito isso, compreende-se a História não como uma janela direta para o passado, não como o passado reproduzido tal qual como ocorrido, mas sim como uma *representação* do passado. A história não deve ter a pretensão de reviver o passado e o historiador não deve se diminuir ao ponto de desaparecer no texto histórico. O labor do historiador deve ser evidenciado na produção da história e isso, de forma alguma, diminuirá a credibilidade do texto histórico. A História, conseqüentemente, não deve pretender o alcance indubitável da verdade, mas sim deve ser uma janela que nos permita conhecer maneiras como o passado é visto e interpretado, uma janela que nos permita conhecer representações deste mesmo.

Tratando-se de um movimento social de matriz indígena e repleto de tradições culturais, as representações zapatistas, presentes na

Primeira Declaração da Selva Lacandona, fazem parte do conjunto conceitual de “representações sociais”, que tem como objetivo

Compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e representam o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço (SANTOS, 2011, p. 34).

Descrevendo, desta forma, seu mundo social, sua percepção da realidade, seus anseios de como indivíduos, inseridos em determinado lugar de fala, gostariam que ele fosse, ou seja, como os zapatistas manifestam sua visão de mundo, sua imagem da realidade, por meio dessas representações sociais expostas na Declaração, por exemplo.

Diferentemente do viés realista, no qual a representação é vista como uma cópia direta do real e o representa tal como ele é, adotamos para os nossos objetivos propostos o viés textualista. No textualismo “a representação histórica baseia-se essencialmente na produção de um objeto linguístico que exerça a função cultural de substituto de um passado não-presente” (SANTOS, 2011, p. 41). O texto, portanto, configura-se em objeto. Esta vertente se aplica de forma magistral nas representações aqui postuladas, pois, segundo a mesma, o texto seria entendido como a construção do real e, portanto, deve ser analisado em seus princípios internos – o que dialoga diretamente com a explanação do lugar de fala zapatista e que constitui um dos pilares da nossa argumentação. Dessa forma, é aí que entra o papel fulcral do

historiador, que tem por incumbência interpretar as representações, levando em consideração o tempo e espaço nos quais elas estão inseridas e dos quais elas são produtos e o que, e de que forma, isso implica nessas representações, que é exatamente a contribuição aqui proposta ao nos aproximarmos do discurso zapatista manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona e submergirmos na sua realidade, na sua visão de mundo.

Representações de uma visão de mundo zapatista

Antes de irmos direto para a fonte e passemos a discuti-la, se faz mister deixarmos claro o que entendemos por “visão de mundo”. Partimos de uma interpretação, para nossos objetivos, de que a visão de mundo consiste no conjunto de símbolos, signos e valores que perfazem a forma como determinado sujeito, comunidade ou sociedade, compreendem e convivem com a realidade, numa relação espacial e temporal, portanto, suposições cognitivas básicas, interrelacionadas de forma dinâmica, que determinam grande parte de seu comportamento e de sua tomada de decisões, bem como organizam grande parte de seu corpo de criações simbólicas - mito, religião, cosmologia - e a etnofilosofia em geral (El-Hani; Bizzo, p. 14 *Apud* Kearney, 1984, p. 1). Sendo assim, manifestam-se, de mesmo modo, aspectos culturais, identitários, epistemológicos, espirituais, éticos e morais, revelando o modo particular que estes sujeitos fundamentam suas posições e pensamentos. Assim sendo, adentramos a Primeira Declaração da Selva Lacandona com o intuito de trazer à tona a visão de mundo dos

zapatistas neste 01 de janeiro de 1994, ano e dia tão icônicos para a história mexicana e, porque não, de todo o continente americano, tendo em vista os impactos econômicos e sociais que a insurgência zapatista provocou México afora ao desferir este profundo golpe nos planos neoliberais que se articulavam no cenário mundial.

Um primeiro passo em nossa imersão nas representações impressas no discurso zapatista foi voltado para a identificação de expressões representativas dessa constituição de uma visão de mundo de povos que, devido às suas histórias de resistências e lutas, conformaram uma *cultura rebelde*. De acordo com Buenrostro y Arellano (2002),

o imaginário de uma sociedade compreende significados culturais e valores por meio dos quais seus membros experimentam as condições de existência. Quando essas condições são negadas ou rejeitadas por motivos de sobrevivência, por violações aos direitos humanos, os inconformados tomam posição diante dessa situação, se organizam para responder aos problemas de acordo com suas aspirações, geram transformações e produzem novos significados (pp. 17-18).

Sendo assim, tratamos como *cultura rebelde* a ressignificação dos valores culturais europeus impostos a partir da colonização. Conformou-se, portanto, uma nova cultura, afetada pelos elementos coloniais, por óbvio, todavia, dada uma nova significação a partir das experiências, discursos, signos e símbolos que balizam a visão de mundo destes povos, refutando o poder hegemônico imposto pela Europa ao “sistema-mundo” e que subjugou todas as culturas,

identidades e subjetividades dos povos conquistados, propondo um novo padrão colonial de poder mundial (QUIJANO, 2005, p. 121).

Dessa forma, o “Ya Basta!” zapatista, anunciado como primeira grande mensagem de impacto na Declaração se constituiu como uma dessas expressões, pois, não se trata apenas de um basta aos maus tratos que eles passaram em Chiapas, no ano de 1994, é um basta que representa toda a história de lutas e que, nesse momento, se confunde passado e presente numa representação da realidade vivida. Outrossim, o “basta” simplifica todo este conteúdo e simboliza uma forma própria de visão de mundo zapatista que é estendida a todos aqueles que compartilham deste sentimento, a todos aqueles que trazem consigo memórias de seus antepassados que compartilham deste sentimento, a todos aqueles que identificam uma causa digna de luta, revolta e indignação. O “basta” zapatista traz uma carga histórica imensa que representa uma visão de mundo daqueles que enxergaram, na construção do seu povo, a opressão que os impediu de crescer nutrindo sua própria cultura, seu próprio modo de vida, sua própria construção do saber⁸. Em suma, o “YaBasta!” zapatista remete ao que Aníbal Quijano (2005) argumenta como o novo padrão de poder hegemônico, o

⁸ Que foi suprimida por uma epistemologia imperial moderna, como Boaventura aponta em “Epistemologias do Sul”, no qual “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 13.

qual perpetua o colonialismo e suas formas de exercício de dominação, em outras palavras, a *colonialidade do poder*.

A identidade também consiste em outra questão relevante tematizando representações dentro da fonte aqui discutida. Ao enunciar que

Somos produtos de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Os zapatistas, em sua Primeira Declaração, alicerçaram toda uma identidade que perpassou a “larga noite dos 500 anos”. É uma projeção histórica coletiva, não individual, e que (re)significa a visão de mundo dos mesmos. A identidade, desta forma, como indica Sebastião Vargas é “uma criação coletiva, que utiliza elementos da memória da luta pela terra, da exclusão social, da busca de justiça e cidadania, o sonho de um mundo melhor, como elos para a união de diversos sujeitos em torno de uma mesma ‘bandeira’” (VARGAS, 2007, p. 249), materializando-se por simbolismos e representações. Portanto, a

identidade manifesta-se não apenas na defesa da terra e dos modos de vida, mas, também, como um traço cultural que representa todo o sentido de suas vidas. A partir do discurso de identidade se construiu um sentimento de comunidade que sustentou a construção de uma realidade vivida, a forma de interagir com a realidade construída, com o cotidiano, com a vida e com a experiência humana em sua completude. Os zapatistas evocam toda a carga histórica que perpassa o movimento e se assumem como representantes desta *cultura rebelde* que é todo o sentido de suas vidas.

Ademais das questões identitárias e culturais, a Declaração zapatista na virada do ano trouxe apontamentos para uma visão de mundo representada pelo “antimoderno”. A escolha da data do levante, o primeiro de janeiro, dia em que se iniciara um novo ciclo e que, para o México, este novo ciclo fora visto pelos senhores do capital com bons olhos, pois acreditavam no sucesso iminente do NAFTA, representou a luta zapatista pela causa indígena contra a modernização do homem, das terras, do saber, das tradições, da vida. O “antimoderno” aqui compreendido é aquele que luta pela permanência, ou retorno, sem, contudo, isso significar um retrocesso. A modernidade e, essencialmente, o neoliberalismo, surgiu para o indígena dos séculos XX e XXI como as gripes e outras doenças surgiram para os indígenas dos séculos XV e XVI. O neoliberalismo, a tentativa de tornar o México uma “potência” de “primeiro mundo” contrariou o direito à vida dos índios e da comunidade camponesa. A terra, mãe de todos os povos originários, foi dessacralizada pelos interesses neoliberais, foi vulgarizada, aquele lugar repleto de vivências foifulanizado e transformado em mercadoria – o que, inclusive, é apontado como uma das prioridades do EZLN como estratégia de Guerra: “Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN, as seguintes ordens [...] Suspender o saque de nossas riquezas naturais nos lugares controlados pelo EZLN” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994). Para isso, a ação do antimoderno foi vital e, como dito, não representou um retrocesso, mas um avanço em direção à

pluralidade; em retorno à história; em permanência da vida. Como
Héctor Alimonda enfatiza

A História da América Latina nos adverte que toda nossa “modernidade” se construiu sobre sangue derramado e nos interpela como um espelho implacável, que repõe a imagem desgarrada de nossa identidade. Reconhecemo-nos nessa imagem nos une e, talvez, esse reconhecimento e esse encontro curem nossas feridas” (ALIMONDA, 1986, p. 7).

As representações do antimoderno se fizeram presentes quando os zapatistas anunciaram o seu “basta!” como a única via para

não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais de da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para nos governar, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, são os mesmos que se opuseram à expropriação petroleira, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e aos estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994).

Fica evidente nesse trecho como o porfiriato⁹ representou uma indignação ao “moderno”, Héctor Alimonda, ao escrever “A Revolução Mexicana”, chamou a atenção para dados desse período que estão em conformidade com a revolta zapatista de 1994. Alimonda nos mostrou que “as companhias de colonização, formadas pelos favoritos do

⁹ Nomenclatura que designa o longo período do governo Porfirio Díaz, ditador deposto pela Revolução Mexicana.

regime, frequentemente associados ao capital estrangeiro, receberam 32 milhões de hectares, quase 15% do território nacional, em um país com muito pouca terra aproveitável” (ALIMONDA, 1986, p. 12), mais do que isso, o governo de Porfirio Díaz teve como um dos seus pilares a associação com o mercado e o capital internacionais e que “de todo o capital aplicado no México, apenas 9% tem origem nacional” (ALIMONDA, 1986, p. 13). Bem como, o “antimoderno” apareceu representado ao anunciarem o EZLN como a “força beligerante de nossa luta de libertação” e ao representaram a luta dos trabalhadores do campo por meio de suas cores “vermelho” e “negro”, as quais atuam como signos de resistência e representaram a força das greves e lutas trabalhistas – representações que atuam também no campo visual/imagético da construção do movimento: a bandeira negra com a estrela vermelha solitária, um símbolo de força, sangue e luta em meio a um luto institucionalizado.

Por fim, vale ressaltarmos uma problemática que aparece ainda na primeira página da Declaração e que remete para um debate amplo sobre identidade, nacionalidade e sentimento de pertencimento. Ao enunciarem que “somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994), os zapatistas apontaram para uma visão na qual o México de 1994, o México da ditadura priista¹⁰, não os representa como mexicanos. A

¹⁰Nomenclatura que designa o domínio no governo mexicano do PRI (Partido Revolucionário Institucional) e que, após o processo revolucionário mexicano, em inícios do século XX, se consolidou no poder do Estado por mais de 70 anos. Período esse que, na visão zapatista, constituiu uma verdadeira ditadura institucionalizada.

nacionalidade mexicana, deste modo, está condicionada ao modo e por quais prioridades o México é governado. A nacionalidade é complexificada para além da simples condição de compartilhar o mesmo local de nascimento, definido pelo território do Estado-Nação. Com isso, “os verdadeiros forjadores” da nacionalidade mexicana são representados na figura daqueles que estiveram ao lado dos interesses do povo mexicano, ou seja, do indígena, do camponês, da reforma agrária, da democracia, da distribuição de riquezas, em suma, ao lado dos interesses anticoloniais. Há quem afirme que podemos interpretar contradições nesse discurso, pois, de mesmo modo, os mesmos zapatistas, na mesma Declaração, bradam que a “Pátria e a bandeira tricolor é amada e respeitada pelos combatentes insurgentes” (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994), todavia, reiteramos que a “Pátria” e a “bandeira tricolor” amadas são a desse México anticolonial que os representa, não do México priista, não do México colonizador. Retirando mais um trecho da Declaração, temos a seguinte passagem que nos ajuda a explicar este debate

Portanto, e conforme esta declaração de guerra, damos às forças militares do EZLN, as seguintes ordens [...] Terceiro: Iniciar julgamentos sumários de soldados do exército federal mexicano e da polícia política que tenham recebido curso e que tenham sido assessorados, treinados ou pagos por estrangeiros, seja dentro de nossa nação ou fora dela, acusados de traição à Pátria, e de todos aqueles que roubem ou atentem contra os bens do povo. (Primeira Declaração da Selva Lacandona, 1994)

Os soldados mexicanos, aqueles que compõem o exército “oficial” e que, em seus juramentos, asseguram defender, acima de tudo, a Pátria e a “soberania nacional”, não defendem o mesmo México que os zapatistas defendem. Logo, se converteram em alvo declarado do Exército Zapatista, se converteram, para estes indígenas, em inimigos da Pátria. Portanto, percebemos a nacionalidade mexicana, representada na realidade zapatista, como se houvessem dois Méxicos: de um lado, o México colonizador que representa os “poderosos” que se perpetuam no governo do Estado; d’outro, o México colonizado que representa os “guerrilheiros”, os “rebeldes”, os zapatistas.

Considerações finais

Em suma, o discurso zapatista, manifestado na Primeira Declaração da Selva Lacandona, representa uma tradição rebelde, ou seja, imagens, saberes, símbolos e códigos que estabelecem continuidades, um elo entre passado e presente e, de mesma forma, propondo ressignificações que atendam às forças de interesses que operam junto ao conjunto de sujeitos que forma determinada coletividade. Assim como Emiliano Zapata, em inícios do século XX, afirma sua lealdade a Madero no decorrer da Revolução, mas o adverte que não iria sobrepor os interesses políticos aos interesses do seu povo, os zapatistas, em fins do século XX, garantem lealdade ao México, mas, acima de tudo, representam a luta do povo. Assim como o Exército Libertador do Sul, na Revolução Mexicana, o Exército Zapatista de

Libertação Nacional não se subordina militar nem politicamente a ninguém.

Dessa forma, podemos concluir que as representações de visão de mundo zapatista, expostas na Primeira Declaração da Selva Lacandona, consistem em uma complexa gama de elementos que introduzem uma identidade e cultura própria dos povos de Chiapas, apontando para um lugar presente na produção dos seus discursos. Como produtos de 500 anos de lutas, como os mesmos defendem, a história será uma guia leal aos zapatistas para corroborarem sua justa indignação, pois, o longo processo histórico nos mostra como demandas do passado, ainda hoje, representam as ambições dos que insurgiram em 1994. Os interesses dos mesmos constituíram uma visão de mundo que abrange diferentes esferas da realidade: combate ao neoliberalismo, combate ao apagamento da história, combate à ditadura institucionalizada, combate a não-liberdade de ser quem se é. A realidade zapatista, portanto, confirma uma visão de mundo que representa tudo aquilo que o indígena do México e, pretensiosamente falamos, do mundo inteiro almeja: pluralidade de mundos; um mundo onde coexistam o “moderno” e o “arcaico”; um mundo onde coexistam os saberes científicos “oficiais” e os saberes da tradição; como os zapatistas sustentam, um mundo onde caibam muitos mundos.

Referências

ALBUQUER JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história: Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1990.

COMPAGNON, Antoine. *Os antimodernos: De Joseph de Maistre a Roland Barthes*. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014.

EL-HANI, CharbelNiño; BIZZO, Nelio Marco Vincenzo. Formas de Construtivismo: Mudança Conceitual e Construtivismo Contextual. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.40-64, jul. 2002.

GENNARI, Emilio. *EZLN Passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. *¿De qué nos van a perdonar?* 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/18/de-que-nos-van-a-perdonar/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

Santos, Dominique Vieira Coelho dos. ACERCA DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO. *Revista Teoria da História*, Goiás, v. 3, n. 6, p. 27-53, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Bertrand: Rio de Janeiro, 1995.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. *A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. São Paulo, USP. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.

VARGAS, Sebastião. Com a arma da palavra: trajetória e pensamento do subcomandante Marcos. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.2, n.2, p. 202-222, 2009.

Recebido em 27/04/19 aceito para publicação em 24/07/19

Mitos indígenas e relações de gênero: breve análise a partir de narrativas Makurap presentes em *Moqueca de maridos*

Letícia Costa Silva¹

Resumo: As cerca de 600 pessoas representantes da etnia Makurap, que hoje se restringem ao estado de Rondônia, mantêm seu próprio idioma e cosmovisão. A transmissão de sua história e cultura – compreendida aqui como tudo aquilo relacionado ao *modusvivendi*, específico para cada grupo – é garantida pela contação de seus mitos. Em *Moqueca de Maridos: mitos eróticos indígenas*, a antropóloga Betty Mindlin, com a colaboração de contadores de história indígenas, compilou vinte destes mitos, dos quais cinco são aqui analisados. Para os fins deste trabalho, tomaremos o formato mito como narrativa responsável por apresentar a origem e possíveis explicações para a vida e os costumes como o são (MEDEIROS, 1998; GUESSE, 2011). Sendo assim, a análise empreendida busca ressaltar características comuns entre as narrativas, as quais levam à observação de valores próprios de relações de gênero. Com isso, objetiva-se conhecer um pouco das tão invisíveis e invisibilizadas mulheres indígenas (SANTOS, 2012).

Palavras-chave: Mito indígena; Makurap; Moqueca de Maridos; Relações de gênero.

Abstract: The approximately 600 members of the Makurap ethnic group, who are currently restricted to the state of Rondônia, in Brazil, maintain their own language and worldview. The transmission of their history and culture – understood here as everything related to the *modus vivendi*, specific to each group – is guaranteed by the narration of their myths. In *Moqueca de Maridos: mitos eróticos indígenas (Barbecued husbands: and other stories from the Amazon)*, the anthropologist Betty Mindlin, aided by indigenous storytellers, compiled twenty of these myths, five of which are analyzed here. For the purposes of this work, we will take myth as a narrative responsible for presenting the origin and possible explanations for life and customs as they are (MEDEIROS, 1998; GUESSE, 2011). Thus, the analysis undertaken seeks to highlight common characteristics among narratives, which lead to the observation of values of gender relations. With this, it is aimed to gain some knowledge on the so invisible and invisibilised indigenous women (SANTOS, 2012).

¹ Graduada em História (Licenciatura) pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente pela mesma instituição. E-mail: <leticiaconstasilvahistoria@gmail.com>.

Keywords: Indigenous myth; Makurap; Barbecued Husbands; Gender relations

Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto. Invento outro texto. Interfiro, desescrevo para que conquiste a partir do instrumento escrita um texto escrito meu, da minha identidade. Os personagens do meu texto têm de se movimentar como no outro texto inicial. Têm de cantar. Dançar. Em suma temos de ser nós. “Nós mesmos”. Assim reforço a identidade com a literatura.

Manuel Rui, 1987

Habitando as Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco, em Rondônia, os Makurap são um grupo de cerca de 600 pessoas (INDÍGENAS DO BRASIL, s.d., *online*). Apesar de uma história recente marcada pela exploração – inclusive através de trabalho escravo, nos seringais, a partir da década de 1920 (MINDLIN, 2014) –, o grupo vive de maneira análoga à tradicional na atualidade. Entre dispersões populacionais, epidemias de doenças letais aos indígenas e lutas territoriais – os Makurap “mantiveram suas aldeias até cerca de 1950” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, s.d., *online*) – o idioma sofreu alterações. A população é, em sua maioria, bilíngue e “[a]tualmente os mais jovens falantes de macurap², por influência da língua portuguesa, não fazem mais diferença entre vogais longas e

²Este trabalho respeita a autodenominação do grupo, grafada *Makurap*; entretanto, citações podem conter a grafia comumente usada até recentemente: *Macurap*. Para demarcar uso como substantivo, o termo é grafado com a primeira letra maiúscula, quando usado como adjetivo, aparece em letras minúsculas.

breves que diferenciam palavras na língua nativa, tais como *tsãn* ('doce') e *tsã:n* ('frio'). Hoje ambas têm a mesma pronúncia" (*idem*).

Com poucos trabalhos escritos sobre eles, os Makurap assumiram o papel de historiadores de si ao participarem de *Moqueca de Maridos: mitos eróticos indígenas*, livro organizado pela antropóloga Betty Mindlin. Diversos mitos foram narrados e, quando necessário, traduzidos ao português pelos autóctones; à organizadora coube transcrever os textos em português, optando por uma ou outra versão, e escolher a sequência em que seriam apresentados. Como destacado por Medeiros (1998, p. 211) “[n]o Brasil, os textos indígenas são publicados geralmente como documentos etnográficos e parecem se destinar apenas ao especialista, ao antropólogo ou estudioso das tradições religiosas. Isso naturalmente afasta o leitor comum”. Por serem tratados como narrativas orais, comuns ao cotidiano, os textos presentes no livro mencionado tendem a aproximar mais a população geral da história indígena.

Para os fins deste trabalho, tomaremos o formato *mito* como narrativa responsável por apresentar a origem— seja do povo, da humanidade, de um objeto, planta ou animal, ou ainda do mundo como um todo — e possíveis explicações para a vida e os costumes como são (MEDEIROS, 1998; GUESSE, 2011). É importante destacar que o mito não existe em uma temporalidade histórica, seu tempo é cíclico, não sendo possível identificar se o relato ocorreu há dias ou milênios; ele é encarado apenas como passado. A partir da leitura de alguns

mitos, procuramos, aqui, investigar valores que orientam as relações de gênero na sociedade makurap quando de sua transcrição³.

A categoria "gênero" é tomada aqui como a "[c]onstrução social e cultural das diferenças sexuais" (RAGO, 2013, p. 89). Tais diferenças sexuais são percebidas nos mais diversos âmbitos, sendo o gênero um aspecto biopsicossocial. Entre as sociedades indígenas, as relações de gênero ganham seu caráter mais explícito na divisão sexual do trabalho. Destacamos as mulheres indígenas neste estudo, pois, "[g]arantir-lhes visibilidade é, certamente, a única forma de combater os efeitos das representações estereotipadas" (LASMAR, 1999, p. 154).

No momento atual, as mulheres indígenas têm ganhado destaque na mídia nacional devido a suas incisivas contra o (des)governo federal, que ataca e ameaça suas existências. Entre nove e quatorze de agosto de 2019, cerca de três mil mulheres protestaram a caminho de e em Brasília, na Primeira Marcha das Mulheres Indígenas. Nomes como o de Sônia Guajajara (liderança do Povo Guajajara/Tentehar, Maranhão, professora, enfermeira, mãe e candidata à vice-presidência do Brasil no ano de 2018), Célia Xakriabá (ativista do Povo Xakriabá, Minas Gerais, doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais) e KerexuYxapyry (ex-cacica Guarani, Santa Catarina, graduada pela Licenciatura Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, mãe, avó e candidata a deputada federal nas eleições de 2018) tornaram-se recorrentes nas notícias e reportagens sobre a situação indígena no país.

³A primeira edição da antologia é datada de 1995.

Entretanto, nem sempre o protagonismo das mulheres indígenas teve tanta visibilidade. Em 1995, quando da publicação da primeira edição da coletânea *Moqueca de Maridos*, a questão indígena estava pautada majoritariamente na demarcação de terras, prevista na recente Constituição de 1988. A abertura democrática indicava dias melhores para as populações indígenas, e o clima "ameno" permitiu que pesquisadoras, como Betty Mindlin, dedicassem seus estudos a questões que não lhes soavam urgentíssimas. Hoje, quando a violência contra mulheres indígenas aumenta aproximadamente 500% em quatro anos (ROSA, 2016, *online*), todos os esforços e energias voltam-se para o básico: garantir a sobrevivência dos povos.

O trabalho compilado por Mindlin é essencial para a sobrevivência e o conhecimento de diversos povos que, quando da produção, tiveram tempo e motivação para detalhar aspectos imateriais de sua vida e luta. O livro divide-se em: Sumário; Parte 1 (contendo os mitos dos povos Makurap, Tupari, Wajuru, Djeoromitxí, Arikapú e Aruã) e Parte 2 (contendo textos de apoio à leitura, glossário e referências); possui ainda imagens e os nomes daquelas e daqueles que contribuíram narrando e/ou traduzindo os mitos. Para fins desta análise, será observado o material referente aos Makurap, que contém 20 mitos. Aqui, são enfocados cinco destes mitos, escolhidos por apresentarem características comuns a outras narrativas, as quais aparentam definir uma cosmovisão própria do povo.

De acordo com a antropóloga organizadora da antologia analisada, “[o] registro dos mitos é um caminho para a afirmação

cultural, para lembrar a riqueza da diferença entre sociedades e o direito de manter tradições diferentes” (MINDLIN, 2014, p. 24). Portanto, para além da história que conta, o mito também nos mostra as diferenças culturais pelo modo como é contado. Isso fica nítido na forma como o sexo e os termos a eles relativos aparecem nos contos. Veja-se, por exemplo, este trecho do conto “O amante *Txopokod* e a menina do pinguelo gigante”:

Um dia, já quase deslizando no sono, ela sentiu mãos que a acariciavam. Começaram pelo rosto, de leve, os dedos desenhando com ternura seus olhos, nariz, boca, as faces e o pescoço. Foram descendo sem pressa, demoraram-se nos seios e nos bicos dos peitos. Ela se lembrou dos gestos do namorado nas escapadas raras demais e ficou caladinha, morta de medo que alguém os interrompesse. As mãos desceram sábias, não deixaram um cantinho sem tocar e se refestelaram na xoxota. Os dedos dos braços misteriosos que haviam atravessado a parede de palha bolinavam e puxavam o pinguelo, enfiavam-se ousados como se fossem uma lança masculina. Ela estremecia em sóis de prazer, procurava tocar o corpo do amado, desejosa de retribuir o dom da magia noturna, mas só encontrava a lisura dos braços, doces como polpa de pariri. Queria furar a barreira da maloca e alcançar o namorado do lado de fora, mas tinha medo de fazer barulho farfalhando a palha. (MINDLIN, *et al.*, 2014, p. 38).

Neste conto, como nos demais termos como *pinguelo*, *pau*, *pirocae pica* são usados para se referir ao órgão sexual masculino, enquanto que o clitóris é tratado por *pinguelo* e a vagina por *xoxota*. Embora o significado desses termos e de seus equivalentes em línguas indígenas permaneça o mesmo quando usados por indígenas e brancos, o sentido muda entre as culturas. Nas sociedades não-indígenas, há

termos específicos para determinadas situações (cf. os usos sociais de palavras como *pênis*, *pinto* e *caralho* para fazer referência ao órgão sexual masculino). Há também temas interditos às crianças, notadamente os relativos às práticas sexuais.

Por outro lado, não há entre os indígenas a noção de que termos como *pinguelo* ou *pica* são tabus ou chulos. E também não há temas proibidos às crianças devido ao seu conteúdo sexual. As histórias são contadas sem restrição, com as crianças por perto e ouvindo. Nelas não há eufemismos: práticas sexuais são detalhadas, sem receios ou incômodos.

O valor atribuído às palavras depende do espaço e tempo em que são usadas, dos interlocutores, bem como da relação entre eles no momento da enunciação (BAKHTIN, 2003). Assim, em uma sociedade em que o sexo não é tratado como tabu, mas como uma prática cotidiana, e na qual praticamente inexistente estratificação social, não há necessidade de controle moral sobre o uso dos termos e sobre as temáticas. Vale também lembrar que os mitos são narrativas orais “contados para adultos e crianças [que] falam explicitamente de relações sexuais, constituindo a sexualidade como aspecto possível ou necessário a relações de alteridade de todos os tipos, seja inter-humano, inter-espécies ou entre humanos e espíritos” (MCCALLUM, 2013, p. 57). Desta forma, as referências explícitas às práticas sexuais são explicáveis não somente como ausência de interdição, mas como uma prática de extremo significado no interior da cosmovisão dos povos

indígenas e na perpetuação dos valores e práticas ancestrais às gerações vindouras.

Ao longo da leitura dos vinte mitos makurap disponíveis no livro supracitado, certas regularidades são perceptíveis. Atenho-me aqui àquelas que diretamente se relacionam com a questão de gênero e às representações da figura feminina. Não se pode ignorar que:

[u]m fato notório é que as mulheres indígenas são grandes desconhecidas, seja nas políticas públicas, na tradição etnológica. Este é um aspecto de rápida identificação pela grande lacuna de dados consolidados a respeito da mulher indígena. Isso se deve principalmente ao pouco destaque recebido pelas mulheres nos estudos antropológicos; esta lacuna tem sua origem na oposição entre público x privado na qual foi dividida a vida social pela tradição acadêmica – com a conseqüente depreciação do espaço doméstico, além da tradicional “supremacia” masculina nas organizações. Lasmar (1999) aponta três fatores para a ênfase dada aos homens nos estudos etnológicos: o papel masculino de agente de contato com o mundo exterior; a valorização cultural da caça e da guerra – atividades geralmente relacionadas aos homens e a existência de rituais secretos exclusivos aos homens, que funcionam como momentos de afirmação da identidade cultural e da própria masculinidade. Em contrapartida, a mulher indígena na antropologia tem sido representada como o elemento passivo da cultura, ora aparecendo como moeda circulante entre as facções para garantir alianças a partir do parentesco, ora a partir da esfera doméstica, a partir da já citada oposição entre público e privado como estruturante de processos sociais mais complexos. (SANTOS, 2012, p. 96-97)

Destacamos cinco mitos, nos quais as mulheres têm participação ativa, consciente e definitiva. Buscamos, desta forma, contribuir com a visibilidade das mulheres indígenas, ecoar suas vozes.

A partir do mito que abre a sessão pertencente à etnia, “As mulheres do arco-íris, *Botxatoniã*”, temos contato com a transgressão feminina que, invariavelmente, provoca problemas na vida da aldeia ou, ao menos, na vida conjugal.

As mulheres se apaixonaram por um ser que vivia no fundo das águas. Chamava-se *Amatxutxé* esse homem ou bicho, que lhes pareceu lindíssimo. Ficaram enlouquecidas, desprezaram os seus maridos, nem cuidavam mais dos meninos. Só pensavam no novo amor. (MINDLIN et al., 2014, p. 33)

Com isso, os homens ficam abandonados e saem para caçar com mais frequência do que seria habitual. Certo dia, as crianças da aldeia vão até o rio caçar jacarezinhos e peixinhos. Os meninos, ao empurrarem um pequeno jacaré, acabam por cair junto com ele na água. Lá no fundo do rio, encontram mulheres que parecem suas mães. Elas dão comida para as crianças levarem para consigo.

Os homens do grupo, menos um que desconfia da origem dos alimentos, comem tacacá e peixe e bebem chica (bebida tipicamente produzida pelas mulheres indígenas, a partir de mandioca ou milho, mascados crus e depois postos a fermentar). O acontecimento repete-se por dias, até que, no último dia de caçada, os homens decidem ir até o rio. Ficam por lá, em festa, por alguns dias.

Neste ínterim, as mulheres, ignoradas por *Amatxutxé*, decidem voltar para a aldeia. No meio do caminho, veem a festa no rio. Matam o amante e seguem. O homem que não comeu nem bebeu aquilo trazido pelas crianças também não havia ido à festa. Vendo as mulheres

retornadas, manda seu filho ter com elas, mas sem tocar em nenhuma. O jovem o desobedece:

– Mamãe, vou-me embora. Meu pai pediu que você preparasse muita chica para nós, mas namorei, foi transgressão, *kawaimã*, crime, estraguei tudo. Tenho que ir. [...]

Desde esse dia, os homens ficaram encantados para sempre, morando com as mulheres *Botxatoniã*, do Arco-Íris. Estão lá no fundo das águas, para lá das cabeceiras do Rio Branco. Esqueceram-se das suas mulheres da maloca, das mães dos seus filhos.

Quanto a elas, foram procurar maridos noutro canto. (MINDLIN et al., 2014, p. 36).

Mesmo sendo as mulheres as primeiras a transgredir a instituição matrimonial, é o ato do jovem rapaz, de namorar com quem não deveria, que acaba por condenar os homens à convivência exclusiva com seres não-humanos, as mulheres encantadas. Embora neste conto o transgressor seja um homem, o mais comum nas histórias reunidas no livro é que sejam as transgressões femininas as responsáveis por colocar o mundo dos humanos em contato com o mundo dos espíritos, *Txokopods*, frequentemente malignos.

No já citado conto “O amante *Txokopod* e a menina do pinguelo gigante”, o espírito agrada sexualmente uma das mulheres da aldeia, mas isso faz com que o clitóris dela se deforme e atinja um tamanho enorme. Só então é que ela percebe haver algo de errado e, envergonhada, busca ajuda com outra mulher, sua mãe. A mãe sabe identificar o que está acontecendo:

– Como você é ingênua, minha filhinha! Não é um homem, é um *Txopokod*, um espírito, um fantasma, que vem namorar você através da palha! E você pensando que é um dos nossos guerreiros! Se fosse gente chamaria você para te enlaçar às escondidas perto do rio, longe da maloca. (MINDLIN, *et al.*, 2014, p. 38)

Mas, para deter o espírito, são acionados os homens, que, após serem castigados por uma noite de três dias, conseguem afastar o *Txopokod* definitivamente. Outra regularidade: frequentemente são masculinas as estratégias e a responsabilidade pelo reequilíbrio após a transgressão feminina.

Quando não há homens da aldeia nas proximidades, como em “*Akaké*, um noivo de três pinguelos”, as consequências negativas causadas pelas mulheres atingem unicamente a elas, o que parece implicar valor moral, uma forma de controle social associada ao gênero. As mulheres que se arriscam sozinhas pela floresta em busca de uma festa, acabam por se casar com um homem dotado de órgão sexual descomunalmente grande e tríplice. Entre muitas etnias indígenas, o pênis maior do que a média é motivo de piada, chacota, pois algo assim só serviria para atrapalhar a caminhada e fazer rir a quem constantemente vê o membro “desproporcional” no cotidiano (MEDEIROS, 1998, p. 214).

Moço ele era, nada do velho feio de há pouco, mas que cofo enorme, que estojo peniano descomunal entre as pernas, para esconder o seu triplo dote! Pudera, deu para ela perceber que em vez de uma só, ele tinha três picas, três pinguelos! Só então ela se deu conta que *Akaké* quer dizer cofo, estojo peniano. (MINDLIN *et al.*, 2014, p. 46)

As escolhas infelizes e perigosas das mulheres, com os desdobramentos consequentes, servem de ferramenta à imposição e perpetuação da lógica de controle baseada na atuação masculina. De acordo com Santos (2012, p. 97), “[o]s marcadores de gênero são ditados pelo costume; o mito justifica e sustenta a ordem social, inclusive a exclusão da mulher da esfera política”. Mais tarde, as três mulheres voltam para sua aldeia de origem, todas elas com filhos de Akaké. O conto tem um final inusitado:

Um moço da aldeia gostava da sobrinha, queria namorar. Pegou um tição de fogo, ateou em folhas de taxi, e pôs debaixo da rede do nenê da moça. A criança pipocou, pipocou até morrer... (MINDLIN, *et al.*, 2014, p. 48)

Namorar não é o problema. Percebe-se que a inquietação está relacionada com *quem* se pratica e não o *que* se faz recreativamente. Não há culpa ou vergonha associada ao sexo em si, que não carrega entre as etnias indígenas o peso de tabu a ele associado entre não-indígenas. Neste mito, a morte da criança também não é um grande dilema moral, apenas é necessária para restabelecer o equilíbrio de um povo sem contato com os malignos Txopokods.

O conto “A cantiga *Koman* ou moqueca de maridos”, que intitula a coletânea, apresenta uma Toxokopod mulher que seduz as mulheres da aldeia e as convence de viverem com ela, matando seus maridos para que juntas os comam.

– Amanhã vocês vêm de novo para cantar bem afinada comigo a cantiga *Koman*. Antes, matem os maridos de vocês, um a cada dia, para comermos enquanto cantamos. Essa é a verdadeira comida, não os nossos peixinhos e sapinhos. As mulheres ficaram chocadas, mas foram pensando, pensando, lembrando da música, e em pouco tempo ficaram animadíssimas para começar a matar os homens. (MINDLINet *al.*, 2014, p. 50)

Novamente, as mulheres são guiadas pelo encantamento da aventura, neste caso, pondo em risco a existência da etnia. Como é previsível, os homens são capazes de perceber o que está acontecendo e reverter a situação.

A última das regularidades nítidas ao longo de diversas narrativas é a explicação ontológica de certos acontecimentos e temáticas, como é o caso da menstruação em “Quando as crianças nasciam pela unha do pé”.

Antigamente os homens só namoravam as mulheres pela unha do pé. Elas não tinham xoxota. Era pelo pé que engravidavam, e por aí mesmo que tinham filho. Iam andando a pé pelo mato e descansavam, pariam, pela unha. Não tinham barriga grande, nem dor durante o parto. (MINDLIN *et al.*, 2014, p. 77)

[...]

Desde então as mulheres passaram a ter criança pela xoxota, e os partos começaram a doer. O peito da mulher do *Caburé* cresceu, as mulheres passaram a ter seios. As unhas do pé perderam o encanto anterior. (MINDLIN *et al.*, 2014, p. 78)

Servindo o mito como modelo, além de justificador de origens e explicador ontológico, as ações que ele expõe são propagadas pelas comunidades longamente. Guesse (2011) aponta que as ações com justificativas míticas tornam-se sagradas e que

[d]entre essas atividades de significado mítico estão a dança, as guerras, as construções, a caça, a pesca, a sexualidade, a agricultura. Todas essas ações foram reveladas por um deus ou herói no tempo da origem e são apenas repetidas até ao infinito pelos homens [...]. Nas sociedades modernas, essas ações passaram por um longo processo de dessacralização e se transformaram em atividades profanas, ou seja, destituídas de valor arquetípico. (GUESSE, 2011, p. 9)

A sociedade brasileira não-indígena, por ter dessacralizado suas ações cotidianas, não costuma perceber quanto a ameaça ao território e às materialidades indígenas afeta a espiritualidade desses grupos já tão atacados. Com frases como "se usa roupa, não é índio" e "pra que índio quer tanta terra? Pra plantar pra eles não precisa disso tudo" o homem branco parece demonstrar não ter ciência completa de como suas ações afetam negativamente as condições de vida dos povos indígenas, particularmente das mulheres indígenas. Como pontuado por Márcia Kambeba, poeta, geógrafa e ativista do Povo Omágua/Kambeba, "quando a natureza é agredida, a mulher indígena também sente. A terra, a água e a mata são femininas" (ROSA, 2016, *online*).

Uma vez que

preparar os orifícios em que as mulheres em seguida depositam as sementes, e posteriormente fazem a colheita, trazendo os produtos para a aldeia nos maricos. Uma vez preparado o roçado para o plantio, as mulheres hoje participam de todo o processo de agricultura, desde a semeadura até a colheita. Elas não participam diretamente nas etapas de derrubada e queima do roçado, mas mantêm sempre uma boa quantidade de chicha pronta para o consumo dos trabalhadores. O preparo da chicha é uma atividade quase exclusivamente feminina, alguns homens ajudam esporadicamente durante a fase de moer o milho no pilão. A coleta de frutos silvestres também é realizada principalmente pelas mulheres e crianças, exceto dos frutos de palmeiras, como açaí e patauí, que requerem o trabalho dos homens. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, s.d., *online*)

Mais envolvidas com as tarefas relacionadas à natureza, as mulheres sentem com mais facilidade os efeitos das problemáticas ambientais próximas de seu território, enquanto que os homens, tradicionalmente encarregados das relações externas (caça e contato com outras populações, por exemplo), não. Ângela Sacchi ressalta que

[a]s problemáticas ocorridas no entorno e dentro dos territórios indígenas têm implicações diretas na realização das atividades femininas cotidianas. As mulheres podem enfrentar um menor nível de produção associado aos exíguos espaços de terra para cultivo, esgotamento dos solos derivado do desmatamento, contaminação do meio ambiente e escassez de água. Fatores que provocam uma sobrecarga do trabalho feminino, pois a ausência de recursos disponíveis aumenta as distâncias a serem percorridas para buscar água e lenha para cozinhar os alimentos e conseguir matéria-prima para o trabalho artesanal. (SACCHI, 2014, p. 64)

Ao passo que as sociedades indígenas se preocupam viver em sintonia e afinidade com a natureza, entendendo a mesma como sua geratriz e mantenedora, o homem branco, dentro da “ética” capitalista, demonstra total descompromisso com seus descendentes, as gerações vindouras, ao explorar impensadamente todos os recursos possíveis. O que se anuncia para os povos indígenas com as políticas do atual (des)governo é o total desrespeito a sua história e existência.

Já nas primeiras horas de seu mandato, o presidente da república transferiu a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, o qual apresenta pautas bastante opostas às indigenistas. Pouco tempo depois, o atual presidente da república externou seu interesse de explorar os recursos naturais amazônicos em parceria com os Estados Unidos. Resultado é percebido poucos meses depois, com as queimadas que atingem a Amazônia Legal irreparavelmente.

A investigação dos valores e *modus vivendi* das populações indígenas é essencial para compreendermos a dinâmica das relações sociais nessas populações e sua relação com o ambiente. Isso, por sua vez, é imprescindível para que se entendam suas demandas e necessidades ao se estabelecerem as políticas de estado voltadas aos povos indígenas, intentando o respeito e a preservação de suas culturas. Assim, o registro e análise de seus mitos assume particular importância no atual contexto histórico-social brasileiro, uma vez que lança luzes sobre os modos de pensar, sentir e ser de indígenas.

Nossa expectativa é de que as mulheres busquem muito mais do que uma única resposta: valorizem suas narrativas, suas histórias, suas memórias, para que isso sirva de alimento; para que elas voltem fortalecidas para suas aldeias, pensando em estratégias — tanto no processo de retomada, de gestão do território; no ser professora, no ser parteira, no serraizeira. Que isso possa servir como conhecimento de cura.

Célia Xakriabá, 2019

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUESSE, Érika Bergamasco. *Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil*. Anais do Silel - XIII Simpósio Nacional de Letras e Linguística/ III Simpósio Internacional de Letras e Linguística. Uberlândia: EDUFU, v. 2, p. 1-11, 2011. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_130.pdf>.

INDÍGENAS do Brasil. *Makurap*. Disponível em: <<https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-m/122-184-makurap.html>>.

INSTITUTO Socioambiental. *Makurap*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Makurap>>.

JUNQUEIRA, Carmen; MINDLIN, Betty. Índias e antropólogos. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 235-251, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300014&lng=en&nrm=iso>.

LASMAR, Cristiane. MULHERES INDÍGENAS: REPRESENTAÇÕES. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 143, jan. 1999. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989>>.

MARTINELLI, Andrea. *Sociedade "desconhece a nossa presença", diz 1ª mulher indígena em doutorado na UFMG*. Huffpost Brasil, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/celia-xakriaba-marcha-indigena_br_5d4dfc79e4b0fc06ace7e410>.

MCCALLUM, Cecília. Nota sobre as categorias “gênero” e “sexualidade” e os povos indígenas. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 41, p. 53-61, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645092>>.

MEDEIROS, Sérgio. O discurso amoroso nas letras indígenas. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 211-215, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/21743/19700>>.

MINDLIN, Betty. *Moqueca de maridos: mitos eróticos indígenas*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

PORTAL CATARINAS. *Kerexu: em defesa do ecofeminismo e de uma sociedade que promova a abundância*. Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://catarinas.info/kerexu-em-defesa-do-ecofeminismo-e-de-uma-sociedade-que-promova-a-abundancia/>>.

RAGO, M. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 89-98, 1 jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465/2389>>.

ROSA, Ana Beatriz. *Por que a violência contra mulheres indígenas é tão difícil de ser combatida no Brasil?* Huffpost Brasil, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/25/por-que-a-violencia-contra-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-s_a_21700429/?ncid=other_huffpostre_pqylmel2bk8&utm_campaign=related_articles>.

SACCHI, Ângela. Violências e Mulheres Indígenas: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 62-74, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/462/753>>.

TORRES, Aline. *Kerexu, a cacica ameaçada de morte que tenta salvar sua aldeia*. El País Brasil, Florianópolis, 2 jan. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/25/politica/1451062057_196228.html>.

VALENTE, Rubens. *Força Nacional espiona mulheres indígenas até na portaria do Supremo*. Folha de S. Paulo, Brasília, 14 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/forca-nacional-espiona-mulheres-indigenas-ate-na-portaria-do-supremo.shtml>>.

VINENTE DOS SANTOS, Fabiane. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. *Revista EDUCAmazônia*, v. 8, n. 1, p. 94-104, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4133411.pdf>>.

Recebido em 30/04/19 aceito para publicação em 31/08/19

Das páginas às telas: questões de gênero nas adaptações fílmicas de *Jogos Vorazes*¹

Talita Von Gilsa*

Resumo: Este artigo analisa as diferenças entre a produção literária e a adaptação fílmica da trilogia *Jogos Vorazes*, em relação às questões de gênero. Lançada entre os anos de 2008 e 2010, as adaptações para o cinema ocorreram entre 2012 e 2015. A análise concerne, principalmente, à personagem principal, Katniss Everdeen, tributo e vitoriosa do Distrito 12, uma jovem de dezesesseis anos, que caçava para alimentar sua família e que se vê lançada em uma arena, tendo que lutar contra outros jovens para sobreviver, Katniss se torna símbolo e heroína da rebelião contra a Capital. Utilizando a categoria “tecnologia do gênero” desenvolvida por Teresa de Lauretis (1994), serão identificados aspectos das produções cinematográficas que contribuem para a manutenção de estereótipos de gênero, e que deste modo, distanciam a obra de ideais feministas.

Palavras-chave: Jogos Vorazes, Katniss, cinema estadunidense, feminismo

A história de *Jogos Vorazes*, obra escrita por Suzanne Collins trabalha a história de Katniss Everdeen, uma jovem de 16 anos que vive em Panem (país fictício situado na América do Norte, depois de guerras e catástrofes naturais). Uma revolução dos distritos contra a Capital centralizadora e autoritária, fez com que o Distrito 13 fosse destruído, e o governo criasse os *jogos vorazes*². Nesses *jogos* anuais, cada distrito precisa ceder dois tributos, um do sexo feminino e outro do sexo

¹ Este artigo é uma adaptação de parte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Jogos Vorazes (2012): a construção da heroína Katniss numa sociedade distópica”, principalmente do terceiro capítulo e das considerações finais. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179758>> Acesso em: 09 jun. 2019.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC).

² O termo *jogos vorazes*, como iniciais minúsculas, fará referência ao evento criado pelo governo de Panem para controlar os distritos. Já o termo *Jogos Vorazes*, com iniciais maiúsculas, refere-se às obras fílmica e literária.

masculino, entre 12 e 18 anos, para lutarem em uma arena, contra adolescentes dos outros distritos até sobrar apenas um. O tributo “vencedor” então é aclamado como grande vitorioso, recebe grandes salários mensais, e seu distrito também tem ajudas financeiras. Com isso, a Capital visa que os distritos nunca se esqueçam das “consequências” de se voltar contra o poder estabelecido, e também que não se rebelem, mesmo diante de condições subumanas de trabalho e sobrevivência.

Katniss perdeu o pai em um acidente numa mina de carvão quando ela tinha apenas onze anos, vivendo com a mãe que adoeceu após a morte do marido, e a irmã Prim, de 12 anos, Katniss caça e negocia no mercado ilegal do distrito, garantindo a sobrevivência da família. Tudo muda quando Prim é sorteada para ser o tributo feminino do Distrito 12, e Katniss se voluntaria para participar dos *jogos* no lugar da irmã. Ela e Peeta Mellark, um dos filhos de uma família de padeiros, são enviados aos *jogos*, e lá desafiam algumas regras, que comprometerão seus futuros.

Tendo sobrevivido³ aos *jogos*, Katniss e Peeta quebram a regra de que apenas um tributo poderia sobreviver, e o presidente da Capital, Snow, encara Katniss como perigosa, ao mostrar que é possível desafiar o governo. Ela e Peeta voltam à arena no segundo volume da série, *Em Chamas*, numa disputa que envolve vencedores dos *jogos* de todos os

³ Eles sobrevivem porque ao final, quando sobram apenas os dois na arena, ao ser anunciado que apenas um poderia sobreviver, Katniss incentiva que forjem um suicídio por ingestão de amoras venenosas, alegando não suportarem viver um sem o outro. A ideia funciona e é anunciado que os dois são vencedores.

distritos. Katniss destrói a arena desta edição e é levada por um grupo rebelde até o Distrito 13, é quando se descobre que ele ainda existe e se organizada contra a Capital. Katniss se torna então o *tordo*, símbolo da rebelião dos distritos contra o autoritarismo da Capital, a luta da heroína e de outros revoltosos se desenvolve no terceiro livro, *A Esperança*.

O foco central do trabalho é analisar as diferenças entre os livros e os filmes em relação às representações de comportamentos de gênero, pensando como o filme não dá destaque a aspirações de Katniss que podem ser interpretadas como críticas às relações de gênero, e como este enquadra Katniss, em certos momentos, a um padrão de feminilidade aceito socialmente. Observa-se a construção de uma sociedade que pode ser considerada feminista na obra literária de Suzanne Collins, em que mulheres e homens apresentam igualdade nas relações de trabalho, e também em relação às disputas nos *jogos vorazes*, pois edições já foram vencidas tanto por homens quanto por mulheres.

Cinema, Gênero e Representações

Nas produções cinematográficas da franquia *Jogos Vorazes*, há representações de personagens e das relações de gênero que são estereotipadas, seja porque os filmes apresentam uma linguagem que permite a visualização mais clara dessas questões ou porque as discussões de gênero dentro da indústria do cinema hollywoodiana limitam-se à questão da representatividade, e não de um questionamento sobre os comportamentos de gênero, visando

desconstruí-los. Talvez a desconstrução desses padrões, para um cinema que almeja atingir grandes públicos, não seja um objetivo, mas cabe aqui refletir sobre essas representações e problematizá-las.

Douglas Kellner (2001), em *A Cultura da Mídia*, atenta para a cultura ser dominada pela mídia, ao instituir padrões comportamentais que devem ser seguidos, ao criar o que deve ser acreditado, desejado ou temido, e o que não deve. O autor indica também que deve haver resistência, que é formada quando os indivíduos aprendem a ler a mídia e criticá-la, sendo esse saber necessário para a autonomia e para a criação de formas alternativas de cultura. Giselle Gubernikoff (2016) aponta que o cinema tem grande capacidade de transformar a sociedade ao poder romper com o controle social e as estruturas psicológicas que definem como o ser humano percebe o mundo. É nesse sentido também, que a obra *Jogos Vorazes* tem um potencial crítico forte, ao problematizar a desigualdade social, o autoritarismo nos governos, a sensacionalização da violência, com o assassinato de crianças nos *jogos* televisionados para Panem, e ao colocar mulheres e homens em posição igualitária, algo diferente do vivenciado nas sociedades atuais.

Logo no início do filme *Jogos Vorazes* (2012), temos uma sequência representando o início da manhã da colheita no Distrito 12. Vemos mulheres carregando baldes de água, olhando pelas janelas das casas, lavando as mãos em uma bacia d'água, recolhendo roupas que estavam estendidas em um varal. A cena de homens indo trabalhar nas

minas de carvão do Distrito 12 é a que se segue⁴. Enquanto no livro, tanto mulheres como homens trabalham nas minas, o filme se limitou a representar apenas homens. Certamente é constatável, na sociedade atual, que a identificação de mineiros homens é mais “fácil” do que a de homens e mulheres trabalhando nesse ambiente. O mesmo se dá em relação às mulheres que são representadas de forma restrita ao espaço do lar.

Na obra *Feminismo e Política: uma introdução* fica claro que o atrelamento das mulheres à vida doméstica e por conseguinte à dedicação familiar, contribuiu para que “a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 32). Diante disso, verifica-se o quanto a produção desses estereótipos é prejudicial a todas as pessoas. Peeta foge do estereótipo de masculinidade ao cultivar afazeres como assar pães, decorar bolos e pintar. Assim como Katniss apresenta um caráter “desviante” ao ser uma mulher que frequenta a floresta, que é proibida a qualquer pessoa, e por desenvolver atividades que não são comuns na sociedade de Panem, como possuir e manejar armas (arco e flecha), caçar e negociar a caça e outros alimentos coletados na floresta.

Entender como os filmes representam as pessoas, identificadas como mulheres e homens e portanto, a quem é atribuído um olhar “gendrado” (LAURETIS, 1994) sobre seus comportamentos, é importante para compreender como esses papéis sociais são construídos

⁴ [até 3min08s em *Jogos Vorazes*, 2012]

socialmente. A análise se constrói principalmente a partir de Katniss, que é a personagem principal da série, se estendendo para algumas personagens que a circundam.

Katniss Everdeen

Por mais que Katniss não sofra nenhuma discriminação em relação a gênero na sociedade de Panem, identificamos posturas, comportamentos e caracterizações (vestimenta, maquiagem) que são comuns em nossa sociedade. O mesmo não se dá em relação à sua classe ou ao lugar em que vive, sendo apontado que os tributos do Distrito 12 tem maus modos à mesa ou não cheiram bem. Apesar disso, Katniss é valorizada por ter se voluntariado para salvar a irmã; é a “garota em chamas”, termo utilizado para classificá-la depois do desfile dos tributos, quando vai aos jogos pela primeira vez, em que de suas roupas saem labaredas de fogo; e em sua representação para a Capital, é uma garota apaixonada pelo companheiro de distrito, Peeta, sendo sua história romântica vendida para a Capital e os distritos: iniciam um noivado em evento televisionado, e mantém a ideia de estarem apaixonados durante o segundo livro e filme, por mais que Peeta realmente nutra sentimentos por Katniss, ela não o sente da mesma forma.

Katniss ocupa um lugar estratégico no desenvolvimento da saga ao se tornar o *tordo* – símbolo da revolta contra a Capital, quem enfrentou o presidente Snow. Ela é reconhecida por todas as pessoas simpatizantes à rebelião, sejam homens ou mulheres, sua afirmação

como inspiração para todas elas, remete a uma personagem com inspiração feminista para a sociedade atual. Pois quando é identificado uma mulher lutando na tela, gera-se o pensamento de que é algo diferenciado, por não ser visto em muitos filmes. O espaço dado às mulheres no cinema hollywoodiano de grande circulação pode ser interpretado como feminismo, mas não é, porque não debate pautas feministas (FAGUNDES, 2017), como a questão do aborto, a violência contra a mulher, conflitos na família ou no mundo do trabalho, e as dificuldades dos relacionamentos amorosos (GUBERNIKOFF, 2016).

Ser uma líder política em Panem não é uma novidade, visto que Alma Coin é presidenta do Distrito 13, e a comandante Paylor do Distrito 8, se torna a nova presidenta de Panem após a morte de Coin. Em Panem, há mulheres que sabem lutar e se defender, e que também são comandantes, tenentes, cabos e soldados. É nossa sociedade que vê esses lugares ocupados por mulheres como “diferentes”, ou não reconhecidos, pois são majoritariamente ocupados por homens no contexto presente.

Nos livros, entra-se em contato com algumas mulheres do Distrito 12, como a mãe de Katniss, que é farmacêutica/homeopata; Hazelle, mãe de Gale que lava roupas para fora; Grease Sae, cozinheira que vende alimentos no Prego – mercado ilegal do distrito; uma jovem que trabalha como pacificadora – policial; a esposa do prefeito, que não trabalha fora de casa e tem enxaquecas constantes; Ripper, que trabalhava nas minas de carvão mas acabou decependo o braço e vende aguardente no Prego. Essas mulheres possuem diferentes habilidades e

não estão restritas ao ambiente doméstico, o filme não lhes dá foco narrativo, o que não permite às pessoas que apenas assistiram aos filmes, conhecê-las. Há também as vitoriosas dos *jogos vorazes*, de todos os distritos, que são muitas e tem o status de celebridade, algumas são apresentadas mais a fundo no segundo filme, como Johanna Mason (Distrito 7), Enobaria (Distrito 2), Mags (Distrito 4) e Wiress (Distrito 3), que se destacam pela esperteza, força, inteligência e capacidade de sobrevivência.

É importante lembrar ainda que em nenhum momento o fato de Katniss ser mulher é questionado pelas outras personagens, ou por ela mesma, no sentido de ela ter dificuldades de enfrentar os *jogos vorazes*, ou de sentir-se perdida ou fraca. Pelo contrário, ela é colocada como lutadora, caçadora, aquela que sustenta sua família e que tem possibilidades de vencer os *jogos*. Peeta comenta, em um jantar, que nesse ano o Distrito 12 poderia finalmente ter um vencedor, e que não se tratava dele.

Teresa de Lauretis (1994) traz a discussão de “tecnologia sexual”, elaborada por Foucault, que trabalha a existência de aparatos técnicos que visavam o “melhoramento da vida”, esses aparatos envolviam o controle da procriação, o controle sobre o corpo das mulheres e das crianças, e o entendimento do comportamento sexual diferenciado como perversão. Lauretis aponta ainda que a discussão do autor não chega na questão de a sexualidade ser “gêndrada”, ou seja, ter diferenciações para masculino e feminino, para Foucault as tecnologias são as mesmas para ambos, e dessa maneira, masculinas. E é a partir

disso que o termo “tecnologia do gênero” seria adequado por considerar as diferenciações acima citadas, e todos os trabalhos desenvolvidos por autoras feministas a partir do cinema e das tecnologias do sexo, a que a teoria de Foucault não chegaria (LAURETIS, 1994).

Podemos pensar algumas representações nos filmes de *Jogos Vorazes* como “tecnologias do gênero” no sentido de enquadrar Katniss num estereótipo de feminilidade do qual não compartilha como personagem, ou quando a igualdade de gênero da obra literária não é representada da mesma forma nos filmes. Ser identificada como mulher não impede a protagonista de fazer absolutamente nada, seu corpo utiliza-se do arco e flechas como prolongamento, e é também modificado, tendo um ouvido que permite que ela escute um som emitido por campos de força. Os filmes da franquia abordam a força física e a determinação emocional que Katniss possui ao enfrentar as várias situações por que passa, mas em alguns momentos, reforça estereótipos tradicionais sobre o lugar das mulheres e dos homens em sociedade.

Quer se pense no cinema como a soma das experiências pessoais do espectador colocado em situações socialmente determinadas de recepção, ou como uma série de relações que ligam a economia da produção do filme à reprodução ideológica e institucional, o cinema dominante delimita para a mulher uma ordem social e natural específica, define-lhe certas proposições de significado, fixa-a numa determinada identificação. Representada como o termo negativo da diferenciação sexual, fetiche e espetáculo ou imagem especular, de qualquer maneira obs-cena, a mulher é constituída como um substrato da representação, o espelho suspenso para o homem. (LAURETIS, 1993, p. 99)

Como as mulheres e homens como categoria/grupo são representados/as constitui-se como o problema, ao nos depararmos com uma massa de pacificadores com capacetes, supomos que todos são homens quando na verdade, as mulheres também fazem parte do grupo. Quem idealiza os jogos e assiste apresentações individuais dos tributos no primeiro filme são personagens masculinos, quando no livro há mulheres idealizadoras também. O mesmo se dá com “os mineiros” e “as donas de casa”. E é por isso que a representatividade apenas pelos personagens principais e suas ações, faz com que naturalizemos os comportamentos das personagens que não são identificadas no elenco, mas que conseguimos classificar em relação ao gênero.⁵

Voltando à Katniss, também existem algumas questões a se destacar, como a preocupação de sua equipe de preparação⁶ e de Effie Trinket (responsável por sortear tributos do Distrito 12) em mantê-la apresentável para o público na Turnê da Vitória⁷, vestindo roupas que a deixem “bonita”, nos padrões femininos esperados. No último filme da franquia, após a queda de Snow, Katniss aparece vestindo sapatos de salto alto em quase todos os momentos⁸, até a sua volta para o Distrito 12, o que é questionável devido ao fato de ela não se identificar com

⁵ Ver: Representação de mineiros, até 03 min 07s em *Jogos Vorazes*, 2012.

⁶ Três pessoas que a arrumam e maquiagem para as aparições públicas, trio composto com um homem e duas mulheres.

⁷ Viagem realizada a cada ano, em que a pessoa vitoriosa dos *jogos vorazes* é recebida nos distritos de Panem. Na 74ª edição, como dois são vencedores, Katniss e Peeta realizam a turnê.

⁸ [até 1h56min em *Jogos Vorazes: A Esperança – O Final*, 2015]

esse tipo de acessório. Seja para representá-la como uma mulher que agora cresceu e não é mais uma garotinha, ou por ser um acessório identificado como feminino – ao representar elegância e poder, sua representação usando salto encaixa-a num estereótipo de feminilidade que a personagem não compartilha.

A Katniss dos livros também é crítica quanto às formas de beleza consideradas padrão para a Capital. Apesar de permitir que a arrumem do jeito esperado para uma “vitoriosa” dos *jogos vorazes*, ela reflete sobre a obrigatoriedade de ter que arrancar os pelos do corpo e não vê muito sentido nisso.

Até onde sei, eles [equipe de preparação] nunca se levantam antes do meio-dia, a menos que haja alguma espécie de emergência, como os pelos de minhas pernas. Fiquei muito feliz quando eles voltaram a crescer. Como se isso fosse um sinal de que as coisas talvez estivessem voltando ao normal. Passo os dedos ao longo da penugem macia e encaracolada em minhas pernas e me entrego à equipe de preparação. (COLLINS, 2011b, p. 57)

Ainda sobre a produção de Katniss para a Capital no primeiro livro e filme, ela foi apresentada como vencedora dos *jogos vorazes* vestindo um vestido amarelo para representar inocência e doçura, uma estratégia de gênero do estilista de Katniss, Cinna, que buscou apresentá-la como uma menina frágil e que agiu por impulso para salvar a si mesma e seu amado. Entendendo a situação em que ela se encontrava, por ter desafiado a norma da Capital que dizia que apenas uma pessoa poderia sobreviver aos *jogos*, Cinna, juntamente com Haymitch, tenta ajudá-la. Ela não pode ser tida como uma mulher

rebelde, que está desafiando a Capital, mas sim como uma menina apaixonada, que agiu com emoção.

Katniss é uma personagem consciente, não se conforma com as injustiças sociais, e por mais que no começo, sob as ameaças de Snow, tentasse passar aos distritos a ideia de ser uma mulher apaixonada pelo companheiro e que se doou para salvar sua vida por amor, ela sempre se reencontra com a mulher rebelde que é, que desconfia e tem suas opiniões, que quer a derrubada do governo da Capital, e que leva sua percepção a diante, percebendo que a derrubada de Snow no terceiro livro e quarto filme não terminaria com os *jogos vorazes*, ela executa a presidenta Coin, que os manteria. A ideia de que Katniss quebrou as regras por amor, e não com consciência de seus atos, é um estereótipo sobre a postura feminina que é utilizado para manter a Capital de pé quando as pessoas vinham mostrando-se descontentes.

Ao final do terceiro livro, ela e Peeta vivem um relacionamento amoroso, continuam a praticar seus *hobbies* favoritos (caçar e assar pães) e têm uma filha e um filho. A maternidade é algo difícil para ela, o que não é trabalhado no último filme⁹. O livro nos passa a ideia de

⁹ Katniss tem pesadelos e fica assustada quando a criança se mexe dentro dela. Ver: COLLINS, 2011b, p. 418-419. Outra situação envolvendo gravidez, ocorre no livro *Em Chamas*, e no segundo filme da franquia, quando Peeta inventa que Katniss está grávida e usa isso como estratégia para incentivar o cancelamento do Massacre Quaternário daquele ano, em que tributos que já haviam vencido os *jogos* têm de retornar à arena. Katniss aceita que se use essa informação falsa como tentativa de parar os *jogos*, o que se revela inútil pois a Capital não cede a essa estratégia. No entanto, as pessoas da Capital e possivelmente parte do público dos distritos, acredita que Katniss está esperando um bebê, e há toda uma comoção em relação ao fato, com muitas pessoas da plateia que assistiam à entrevista dos tributos antes da entrada na arena, pedindo que os *jogos* fossem cancelados.

que Peeta queria muito as crianças e Katniss aceitou a ideia, depois de terem se passado vários anos e eles estarem mais recuperados emocionalmente de tudo o que aconteceu.¹⁰

A criação de um “final da história” em que o casal que sofreu se une e tem filhos/as é algo muito comum. O filme nos permite a interpretação da cena final como estereotipada em relação a uma união tradicional, de certo modo ao reafirmar os papéis de pai e mãe a que se está acostumado, a mãe atuando como cuidadora principal da criança, enquanto o pai fica mais distante e ocupa papel secundário. Como esta cena é construída no filme, com os posicionamentos dos personagens, vestimenta, e atitudes, nos passam essa ideia, o que não necessariamente segue a narrativa do livro final, que aponta as dificuldades e sentimentos das personagens diante das crianças, sobre terem de explicar a elas o papel que tiveram com os *jogos*.

Considerações Finais

Pode-se destacar que a sociedade de Panem atingiu certa equidade de gênero, pois homens e mulheres ocupam posições de poder e a diferenciação sexual não é tida como fator para comprovar habilidades, tidas como positivas ou negativas, como é o caso das mulheres em nossa sociedade. Elas participam dos *jogos vorazes*¹¹,

¹⁰ Katniss e Peeta com seus filhos, até 2h03min39s em *Jogos Vorazes: A Esperança – O Final*, 2015.

¹¹ Deve-se destacar que o fato de mulheres participarem dos *jogos vorazes*, assim como homens, não é algo bom, porque os *jogos vorazes* são uma prática autoritária e assassina.

trabalham nas minas de carvão do Distrito 12, assim como os homens, e nos demais distritos também ocupam posições que homens ocupam, de poder ou não.

Por isso, a obra de Collins pode ser considerada feminista para a sociedade atual, pois mostra um contexto em que essa igualdade pôde existir, em que foi atingida de certa forma. A ascensão de Katniss como uma mulher forte em Panem não é um desafio às construções de gênero daquele futuro distópico, mas às construções de gênero do nosso presente, o presente de quem está olhando para a tela, e/ou lendo as páginas dos livros. Um lugar em que as mulheres ainda não atingiram a equidade em relação aos homens. Uma sociedade que, em sua totalidade, não as reconhece como fortes, inteligentes e igualmente capazes.

Os filmes da franquia *Jogos Vorazes*, são igualmente importantes, pois ajudam a divulgar as ideias da autora, permitindo que a obra se estenda para outras linguagens midiáticas e um público mais amplo. Mas os filmes atuam como “tecnologia do gênero” a partir do momento em que a adaptação deixa de trabalhar alguns elementos fundamentais para pensar a igualdade de gênero dentro da obra. Podemos destacar, em relação a isso, a falta de personagens mulheres trabalhando nas minas; a falta de alguns pensamentos de Katniss sobre as relações de gênero, a rebelião e os distritos¹²; a forma como Katniss

¹² Sobre esses pensamentos, ao ler os livros, ficamos sabendo sobre suas opiniões em relações a normas sociais, seu senso crítico diante da busca por poder, seja por parte de Snow ou Coin, e a não aceitação de toda forma de controle e injustiça social.

acaba se encaixando em alguns padrões sociais de nossa sociedade, ao ser representada no filme utilizando roupas e acessórios que sabemos que a personagem dos livros não gostaria¹³; a forma como o filme foi divulgado pela mídia e pela distribuidora, colocando-o como um grande espetáculo, incentivando a compra de ingressos antecipados para “garantir” o sucesso da franquia, quando esta justamente critica o consumo e a descartabilidade de objetos e pessoas.

Outra questão que se destaca é que os filmes *Jogos Vorazes* contribuem para os diálogos sobre representatividade no cinema, mas não são filmes feministas. Como destaca Raphael Fagundes (2017) ao pensar o filme *Mulher-Maravilha*, onde se representa a vivência de uma mulher numa sociedade marcada pelo machismo em que ela se adapta e trabalha como pode neste meio, mas não o revoluciona ao buscar quebrar padrões de gênero. Da mesma forma, a indústria cinematográfica, ao realizar a adaptação fílmica de livros que trabalham com sociedades mais igualitárias em relação a gênero, não destacam essa questão como a principal, mas extraem o que é mais significativo para a sociedade atual, que busca ver mulheres lutando e se destacando, mas não necessariamente mudando a estrutura que as objetifica ou inferioriza.

Fontes

¹³ Aqui refiro-me especificamente ao filme *Jogos Vorazes: A Esperança – O Final*, em que Katniss passou por momentos muito difíceis no livro, após a morte da irmã, e no filme isso não aparece, mas sim, há uma tentativa de enquadramento dela em padrões femininos aceitos pela nossa sociedade, ao vestir roupas bonitas, estar de cabelos soltos e sapatos de salto alto.

COLLINS, Suzanne. *Jogos Vorazes*. Tradução de Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

_____. *Em Chamas*. Tradução de Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2011a.

_____. *A Esperança*. Tradução de Alexandre D'Elia. Rio de Janeiro: Rocco, 2011b.

JOGOS VORAZES. Direção de Gary Ross. Roteiro de Suzanne Collins, Gary Ross e Billy Ray. EUA: Lionsgate, Colorforce, 2012. 1 DVD (142min): AVI, son., color. Dublado Port.

JOGOS VORAZES. Em Chamas. Direção de Francis Lowrence. Roteiro de Suzanne Collins, Simon Beaufoy e Michael Arndt. EUA: Lionsgate, Colorforce, 2013. 1 DVD (146min): AVI, son., color. Dublado Port.

JOGOS VORAZES. A Esperança – Parte 1. Direção de Francis Lowrence. Roteiro de Suzanne Collins, Peter Craig e Danny Strong. EUA: Lionsgate, Colorforce, 2014. 1 DVD (123min): AVI, son., color. Dublado Port.

JOGOS VORAZES. A Esperança – O Final. Direção de Francis Lowrence. Roteiro de Suzanne Collins, Peter Craig e Danny Strong. EUA: Lionsgate, Colorforce, 2015. 1 DVD (137min): AVI, son., color. Dublado Port.

Referências

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAGUNDES, Raphael. “A múmia” e “Mulher-Maravilha”: terrorismo ideológico. In: *Brasil 247*, 31 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/309263/%E2%80%9CA-m%C3%BAmia%E2%80%9D-e-%E2%80%9CMulher->

Maravilha%E2%80%9D-terrorismo-ideol%C3%B3gico.htm> Acesso em 13 jun. 2019.

GUBERNIKOFF, Giselle. *Cinema, identidade e feminismo*. São Paulo: Editora Pontocom, 2016. Disponível em: <http://www.editorapontocom.com.br/livro/43/giselle-gubernikoff_43_56d98e2b075c7.pdf> Acesso em: 22 mar. 2019.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Disponível em: <<http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>> Último acesso: 26 mai. 2017.

_____. Através do espelho: mulher, cinema e linguagem. In: *Revista Estudos Feministas*, a. 1, 1º sem., 1993. p. 96-122. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15993>> Último acesso: 04 jun. 2017.

Recebido em 03/07/19 aceito para publicação em 26/08/19

Artigos

Representação social da enfermeira no Brasil contemporâneo

*Izabela Rodrigues Poiares*¹

*Mariana Borba Ribeiro*²

Resumo: O presente trabalho investiga as representações sociais das enfermeiras no Brasil contemporâneo em imagens divulgadas na internet, identificando a diferença da imagem dos profissionais de Enfermagem quanto ao gênero e refletindo sobre as consequências da erotização e sexualização das enfermeiras. O artigo aborda a história da profissionalização da Enfermagem, hiperssexualização das mulheres, influência da mídia e de imagens midiáticas na representação social das mulheres e objetificação feminina. A pesquisa acessou três sites de busca por imagens: Google, Yahoo e Bing. Ao digitar a palavra-chave “enfermeira”, os resultados oferecem arquivos que erotizam e sexualizam a profissional de maneira constrangedora e depreciativa. Em contrapartida, ao pesquisar a palavra-chave “enfermeiro”, os materiais encontrados focam na prática laboral, como imagens de equipe de Enfermagem. Busca-se com o trabalho mudanças dos estereótipos sociais, promovendo elevação social e reconhecimento do papel da enfermeira na sociedade.

Palavras chave: Representações de gênero; Imagens on line; Enfermeira.

Abstract: The present work investigates the social representations of nurses in contemporary Brazil in images published on the Internet, to identify the difference of the image of Nursing professionals regarding gender and to reflect on the consequences of erotization and sexualization of women nurses. The article discuss the history of nursing professionalization, the hypersexualization of women, the influence of the media and media images on the social representation of women and female objectification. The research accessed three sites-engines for images: Google, Yahoo and Bing. When typing the key-word "enfermeira" (woman nurse), the following results are files that eroticize and sexualize the professional in an embarrassing and derogatory way. In contrast, when searching for the key-word "enfermeiro" (man nurse), the materials found focus on work practice, such as nursing team images. The work seeks to change social stereotypes, promoting social elevation and recognition of the role of the nurse in society.

Keyword: Gender representation; On line images; Woman nurse.

¹ Acadêmica de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná

² Acadêmica de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná

Introdução

Uma das formas de representação contemporânea de grupos profissionais são as imagens que aparecem na mídia, sobretudo na internet, que têm grande influência sobre as opiniões e muitas vezes acarretam na estereotipização de pessoas e profissões.

Como mulheres estudantes de Enfermagem preocupadas com a representação que vem imposta sobre nós, entendemos que a elaboração de uma análise crítica dos estereótipos públicos da imagem da enfermeira quanto a representação social e as diferenças de gênero presentes na Enfermagem podem aumentar a conscientização sobre a imagem pública da enfermeira, além de possibilitar a discussão de estratégias de enfrentamento contra a estigmatização das profissionais e da profissão.

Portanto, o objetivo geral do trabalho é investigar as representações sociais das enfermeiras no Brasil contemporâneo em imagens divulgadas na internet, sendo os objetivos específicos, identificar a diferença da imagem dos profissionais de Enfermagem quanto ao gênero e refletir sobre as consequências da erotização e sexualização das enfermeiras, considerando ainda a dimensão étnico-racial.

No que concerne à Enfermagem, há reincidência de representações que denotam o corpo da enfermeira como objeto sexual, o que estigmatiza a sua figura. (COLPO et al., 2006). Em sites de busca por imagens, ao digitar a palavra “enfermeira”, encontram-se arquivos

que erotizam e sexualizam a profissional de maneira constrangedora e depreciativa. Em contrapartida, ao pesquisar a palavra “enfermeiro”, os materiais encontrados focam na prática laboral, como imagens de equipe de Enfermagem.

Diante desse contexto, o presente artigo³ está dividido em seis seções incluindo as considerações finais. Primeiro apresenta-se sumariamente a história da profissionalização da Enfermagem. Seguido de uma seção sobre a hiperssexualização das mulheres, que compreenderá a metodologia utilizada e análise e reflexão dos dados coletados. A seguir, apresenta-se o acervo conceitual da pesquisa: definição de gênero e sexo, relações de poder, violência de gênero, diferença de gênero no trabalho e feminismo. Após, será abordada a influência da mídia e de imagens midiáticas na representação social das mulheres. Por fim, objetificação feminina e as considerações finais com a conclusão do trabalho.

História e representação social da Enfermagem

Desde quando há registros sobre a história ocidental dos cuidados, as mulheres estão presentes. São consideradas tradicionalmente femininas as atividades relacionadas ao cuidado, primeiramente em casa com as crianças e, após, no auxílio ao parto. (PILARTE; SÁNCHEZ, 2014).

³ O artigo é resultado de pesquisa do trabalho de conclusão do curso de licenciatura em enfermagem da Universidade Federal do Paraná, 2018

No que concerne às doenças, estas eram vistas de maneira mágica, através de misticismo, crenças e superstições, sendo entendidas como castigo dos deuses ou maldições por espíritos. Com isso, a Igreja Católica, a fim de promover a salvação eterna, passou a centralizar o cuidado através de serviços prestados por religiosos de diferentes ordens aos enfermos. Dessa forma, a relação entre as “enfermeiras” e a religião proporcionava ao seu trabalho um sentido de divindade, predominando os pensamentos de vocação espiritual. (PILARTE; SÁNCHEZ, 2014). Segundo Edith Oliveira (2018, p. 29):

Houve uma época em que eram as mulheres religiosas que exerciam o cuidado ao paciente. Com o decorrer do tempo, por volta dos séculos XVII e XVIII [na Europa], elas foram obrigadas a deixar a profissão e, dessa forma, foi necessário encontrar mão de obra substituta. Não foram encontradas pessoas bem qualificadas para tal atividade; aquelas que apareceram eram mulheres de representação baixa na escala social e moral duvidosa. Isso decorreu do fato de a profissão de cuidador ser pesada, insalubre e de baixa remuneração.

Essa constituição histórica dualista, estabelecida entre as religiosas, senhoras de caridade, devotadas, bondosas, caridosas, assexuadas e virgens, dedicadas à filantropia, que barganhavam a salvação através da prática do cuidar e, por outro lado, as mulheres leigas, mercenárias, subornáveis, prostitutas é constitutiva da Enfermagem. Ela proporcionou às “mulheres enfermeiras”, uma representação e identidade profissional que oscila entre a caricatura do

anjo branco (sagrado, cristão) e a prostituta (profana, pecadora). (SILVEIRA; GUALDA; SOBRAL, 2003)

No que concerne o conceito de representação, etimologicamente vem do latim ‘repraesentare’: fazer presente ou apresentar alguém ou algo ausente, inclusive uma ideia, por meio da presença de um objeto. (MAKOWIECKY, 2003). A partir do século XIV, o termo representação ganha novos significados como “retratar”, “figurar” ou “delinear”. A expressão passa, então, a ser aplicada a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”. (SANTOS, 2011).

Blázquez (2000, p. 170) informa que o significado de representação, nos dicionários de língua portuguesa, é formado em torno de quatro eixos, dentre eles o do “aparato inerente a um cargo, ao status social”, “a qualidade indispensável ou recomendável que alguém deve ter para exercer esse cargo”; e sinônimo de “posição social elevada”. Sendo assim, representações nada mais são do que leituras e interpretações acerca da realidade construídas através de um determinado parecer social. Elas retratam esferas comportamentais, sociais e discursivas dos indivíduos com a cultura e seu universo particular, e de relações interpessoais. (CRUZ, 2008). Conforme Oliveira (2018, p. 37):

A importância da veiculação de representações - por meio de textos ou imagens pela mídia - na perpetuação de estereótipos ou na contribuição de novas representações reside na sua penetrabilidade, sem que haja, muitas vezes, correspondência com o real.

Em relação à Enfermagem, entende-se que há uma rede de representações sociais que, por meio de um conjunto de imagens, conceitos, afirmações e explicações, reproduz e é reproduzida pelas ideologias originadas no cotidiano das práticas sociais, interna/externas à profissão, rede esta que chamamos de imagem profissional. Ela remete-nos à própria identidade profissional, em sua intrincada rede de significados que se pretendem exclusivos e, portanto, inerentes àquela profissão. A imagem profissional se concretiza, assim, na própria representação da identidade profissional. (OLIVEIRA, 2018, p. 36).

Hiperssexualização da mulher

A hiperssexualização da mulher está ligada a relações de poder. Detendo o monopólio da produção cultural, os homens brancos de elite definiram a si mesmo como protagonistas-sujeitos nas sociedades ocidentais, silenciando as subjetividades das mulheres, que foram olhadas e expostas através do tempo em esculturas, pinturas, fotografias, cinema, em anúncios publicitários e outras diversas formas de ver e retratar as visualidades através do olhar masculino. (ABREU, 2015).

Tal prática acarretou na visão hiperssexualizada do corpo feminino, que remete a atitudes discriminatórias no ambiente organizacional, caracterizadas pelo assédio moral, ou seja, práticas abusivas, por meio de comportamentos, palavras, gestos ou atos que

podem acarretar danos físicos ou psíquicos a um indivíduo. (HIRIGOYEN, 2006). Maria Freitas (2001, p. 9) declara que o assédio moral está ligado a um movimento repetitivo de uma pessoa de desqualificar outra, através de qualquer atitude abusiva. Pode surgir e se propagar em relações hierárquicas, marcadas pelo abuso de poder e manipulações cruéis. (BARRETO, 2000, p. 2).

A hiperssexualização da mulher nas imagens midiáticas é evidenciada por meio de uma série de combinações de características que sugerem submissão à vontade masculina, como posturas, vestimentas, expressões faciais, atividades retratadas, ângulos da câmera. Como exemplos têm-se as super-heroínas da ficção, que em grande parte são sexualizadas e erotizadas através de suas formas corporais e roupas.

Para aprofundar esse debate foi realizado uma pesquisa quanti/qualitativa e de análise de imagens. O material foi coletado no dia 25 de setembro de 2017, nas seguintes ferramentas de busca: Google, Yahoo e Bing. As palavras-chave utilizadas foram “enfermeira” e “enfermeiro”.

Para seleção da amostra, adotaram-se como critérios de inclusão: imagens retratando profissionais da Enfermagem, disponíveis em sites de busca da internet. Os critérios de exclusão foram: imagens consideradas sem relevância à pesquisa (bolo, biscoito, imagens e outros com temática da Enfermagem).

Como resultado, ao pesquisar imagens com a palavra “Enfermeira”, encontram-se muitos arquivos que erotizam a

profissional, expondo-a a situações constrangedoras. Os arquivos que representam a palavra “enfermeiro”, entretanto, retratam atividades laborais não sexualizadas.

Os achados foram analisados e computados de acordo com uma tipologia tríplice: quanto a serem sexualizadas, não sexualizadas e “outras”⁴. Como delimitação da amostra, foi decidido por analisar as primeiras 50 imagens que aparecem na busca. Em relação às imagens do Yahoo, de 50 imagens analisadas com a palavra “enfermeira”, 17 (34%) imagens se mostraram sexualizadas (sendo duas imagens de mulheres negras, retratando a mesma modelo); dez (20%) não sexualizadas (todas brancas) e 23 (46%) “outras” (desenhos, biscuit e bolo referentes ao tema). Em contrapartida, a palavra “enfermeiro”, das 50 imagens verificadas, duas (4%) se mostraram sexualizadas (sendo uma enfermeira, branca), 27 (54%) não sexualizadas (6 homens, sendo 3 negros, 14 mulheres brancas e 7 de equipe) e 21 (42%) “outras”.

Quanto às imagens do Google, das 50 imagens investigadas com a palavra “enfermeira”, nove (18%) se encaixaram no tópico sexualizadas (oito mulheres brancas e uma mulher negra), 24 (48%) não sexualizadas (todas brancas) e 17 (34%) “outras”. Em comparação, com a palavra “enfermeiro”, uma (2%) se mostrou sexualizada (homem, branco), 37 (74%) não sexualizadas (7 homens, destes um negro; 15 mulheres brancas e 15 de equipe) e doze (24%) “outras”.

⁴ Bolo, biscuit, imagens e outros com temática da Enfermagem

No que concerne às imagens do Bing, das 50 imagens com a palavra “enfermeira”, 17 (34%) foram sexualizadas (sendo duas representações sexualizadas de uma mesma modelo negra e quinze de modelos brancas), dez (20%) não sexualizadas (todas brancas) e 23 (46%) “outras”. Com a palavra “enfermeiro”, das 50 imagens, duas (4%) sexualizadas (homens, brancos), 29 (58%) não sexualizadas (dez mulheres, quatro imagens de um enfermeiro negro, oito de equipe de enfermagem e o restante de homens brancos) e 19 (38%) “outras”. Segue um exemplo das primeiras 50 imagens de um recorte do Google:

IMAGEM 1 – PRINT DO GOOGLE COM AS PRIMEIRAS 50 IMAGENS AO PESQUISAR “ENFERMEIRA”

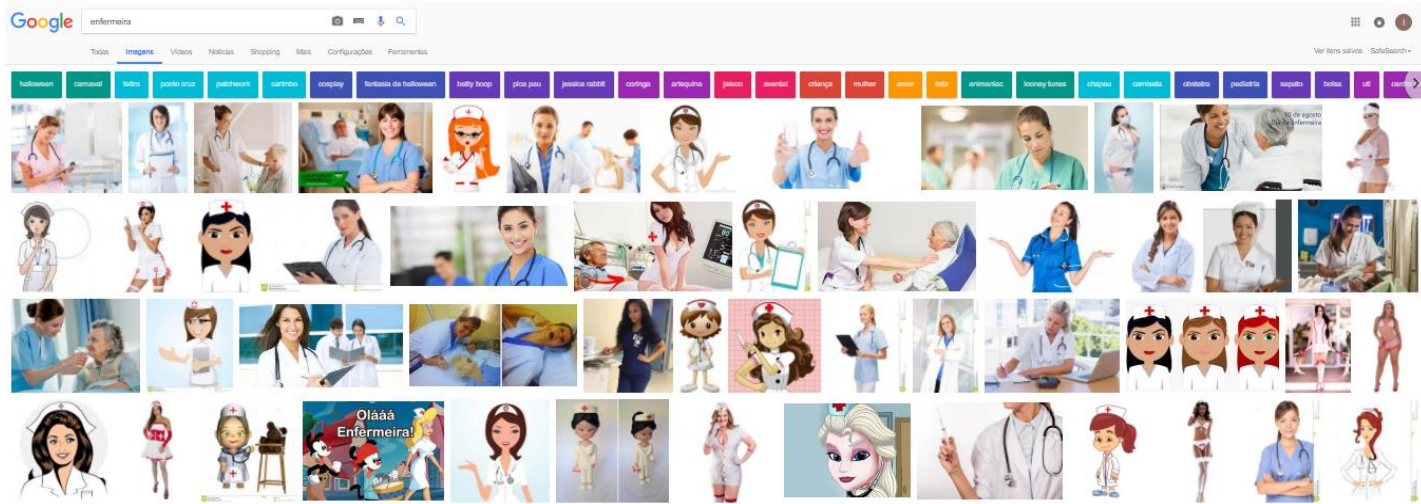
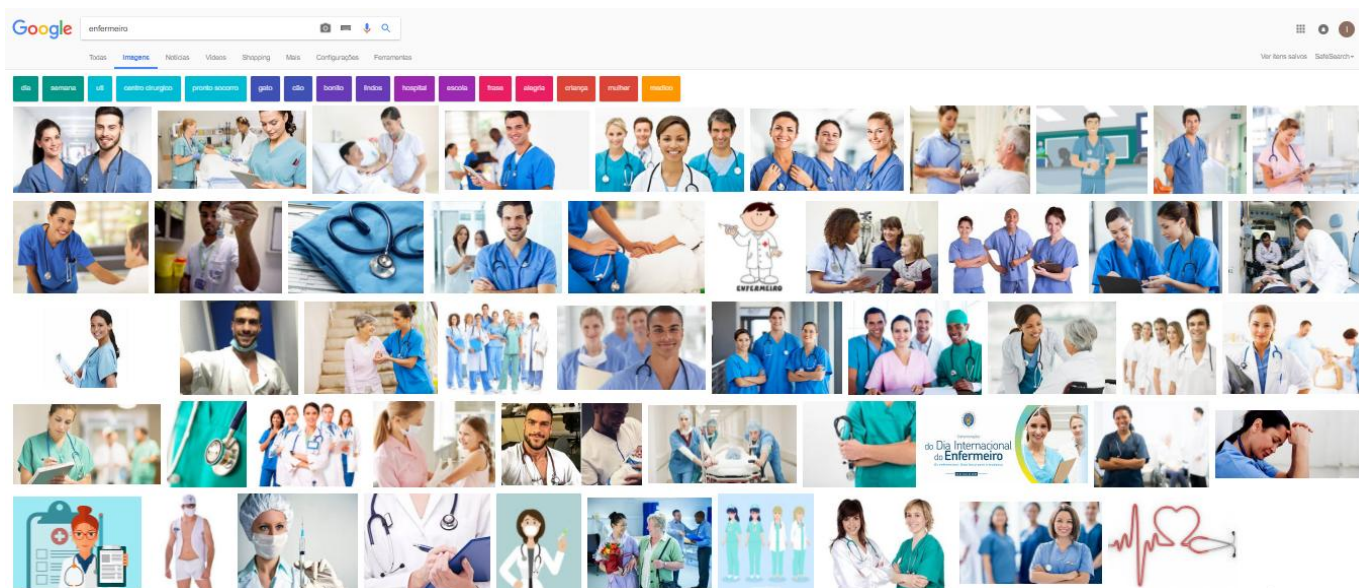


IMAGEM 2 – PRINT DO GOOGLE COM AS PRIMEIRAS 50 IMAGENS AO PESQUISAR “ENFERMEIRO”



Os dados analisados foram resumidos e estão representados de acordo com a TABELA 1 abaixo:

TABELA 1 – RESULTADO DA COLETA EM SITES DE BUSCA DE IMAGENS REFERENTE A PALAVRA “ENFERMEIRA” E “ENFERMEIRO”

VARIÁVEL	YAHOO				GOOGLE				BING			
	Enfermeira		Enfermeiro		Enfermeira		Enfermeiro		Enfermeira		Enfermeiro	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sexualizadas	17	34	2	4	9	18	1	2	17	34	2	4
Não sexualizadas	10	20	27	54	24	48	37	74	10	20	29	58
Outras	23	46	21	42	17	34	12	24	23	46	19	38
Total	50	100	50	100	50	100	50	100	50	100	50	100

FONTE: As autoras (2018)

A fim de retratar de maneira nítida a discrepância entre os resultados coletados nas buscas, realizou-se três montagens (FIGURA 1, FIGURA 2, FIGURA 3) apresentadas abaixo:

FIGURA 1 – YAHOO IMAGENS



Fonte: Yahoo Imagens

FIGURA 2 – GOOGLE IMAGENS



Fonte: Google Imagens

FIGURA 3 – BING IMAGENS



Fonte: Bing Imagens

Representações imagéticas das mulheres

Desde o Renascimento europeu, a prática e o ensinamento artístico se desenvolveram por meio do estudo de modelos vivos, masculinos e femininos, para a compreensão da anatomia humana. Porém, enquanto os homens artistas puderam estudar o corpo humano em academias e escolas públicas, as mulheres foram impedidas de ter acesso a este tipo de conhecimento até o final do século XIX, ficando restritas aos chamados “gêneros menores” como o retrato, a natureza morta ou paisagem. (NOCHLIN, 1988, p. 160).

A mulher, por vezes ilustrada como hierarquicamente inferior, foi então retratada para reforçar a posição social do sujeito homem. Sua imagem como mãe, por exemplo, foi um dos temas mais frequentes do Renascimento Europeu e enfatizava o papel reprodutor que as sociedades patriarcais atribuíram às mulheres ao longo de diversos períodos históricos. (ABREU, 2015).

Posteriormente, artistas e teóricas feministas rebateram as imagens femininas na mídia e das artes visuais com o intuito não somente de identificar como também questionar seus efeitos no que concerne a elaboração da subjetividade, em especial o foco na relação entre as imagens de mulheres e a produção e sustentação da categoria “Mulher”. (ARRUDA, 2013).

As relações de gênero estão diretamente ligadas às relações de poder, são construídas socialmente, manifestam-se pelas relações de poder e subordinação através da distinção de cargos, ações, regras e comportamentos específicos destinados para homens e mulheres em diferentes culturas. Ou seja, ser homem ou mulher na sociedade não é definido pelo sexo biológico, mas a partir das relações sociais e culturais que ditam regras conforme a identidade de gênero atribuída. (SILVA, 2012).

Simone de Beauvoir (1980), ao pronunciar a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, considera gênero uma construção social e, logo, que está atrelado às relações de poder estabelecidas entre os sujeitos, a cultura e a sociedade. Por conseguinte, compreender o conceito de poder torna-se primordial para entender a desigualdade de gênero. Para Michel Foucault:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (2008, p. 10).

Ao entender poder como característica de quem tem maior valor, a própria gramática da língua portuguesa apresenta-se como um exemplo de relação de poder, utiliza-se a concordância no masculino plural mesmo que exista mais elementos femininos que masculinos. (OLIVEIRA e KNÖNER, 2005).

Homens e mulheres são moldados socialmente através de práticas e relações que denotam seus modos de ser e estar no mundo. Portanto, as relações de poder são mutáveis e transformáveis, ninguém é fixo em uma posição e muito menos detém unicamente o poder, sendo possível alcançar a equidade de gênero e assimilar que se a desigualdade foi moldada socialmente ela é suscetível a transformação.

É importante frisar que sexo e gênero não são sinônimos. Sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres de acordo com os cromossomos expressos em seus órgãos genitais. Já a palavra gênero está relacionada às construções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade. Sendo assim, o masculino e o feminino são construídos socialmente através de um conjunto de convicções, que definem o modo de ser e agir no mundo. Ao descrever as características masculinas e femininas, observa-se atributos como doçura, delicadeza, dedicação, cuidado relacionado às mulheres, enquanto virilidade, coragem, força, agressividade são atribuídos aos homens.

A partir de 1975 o termo gênero passou a constituir uma entidade moral, política e cultural, ou seja, uma construção conceitual em contraposição a sexo, que se mantém como uma especificidade anatômica. (OLIVIERA e KNÖNER, 2005).

Joan Scott (1990, p. 86) o define como sendo um componente constituinte das relações sociais fundamentado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, além de dar significado às relações de poder, já que estas se desenvolvem nas relações sociais, como já foi mencionado.

De acordo com Butler (2013) e Scott (1990), gênero pode ser explicado a partir de duas premissas: que as noções de gênero são modificáveis e possuem uma forte ligação com relações de poder, e que sendo um agir dinâmico se reitera através de expressões físicas e verbais, em que o gênero é incessantemente produzido no espaço das relações sociais, o que implica em reajustes. Portanto, observa-se uma inseparável relação entre o entendimento sociológico de gênero e socialização, não limitada ao domínio familiar e escolar.

É possível perceber que a desigualdade entre mulheres e homens é característica de muitas sociedades. A posição das mulheres em outras épocas, como o período colonial e imperial brasileiro, era subordinada ao domínio do pai e/ou marido, sem direitos políticos, econômicos e sociais. Ainda que não legalmente, parte dessa desigualdade ainda perpetua a exemplo a diferença nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e a disparidade salarial. No entanto, é importante ressaltar que independente das situações distintas e desiguais, homens e mulheres não devem ser representados como dominadores e dominados, já que gênero e poder são relações construídas historicamente, que podem ser questionadas, reformadas e transformadas por intermédio de luta e resistência dos indivíduos nos âmbitos individual e coletivo.

A exemplo, essas desigualdades de gênero tornaram-se bandeira de luta do movimento feminista. O movimento feminista e de mulheres, em suas diferentes épocas, nuances de pensamentos e vertentes políticas, contesta a concentração significativa deste tipo de violência sobre os corpos femininos colocados em perspectivas assimétricas frente aos corpos e aos polos do poder masculino ainda presentes na sociedade. (COSTA; SILVERA; MADEIRA, 2012).

Mídia e imagens

A mídia está presente no cotidiano das pessoas, o mundo é visual e repleto de imagens, isto é, os indivíduos recebem uma infinidade de informações visuais, que contribuem para a formação do senso comum, além de promoverem a manipulação. (ABREU, 2015).

Diariamente, meninos e meninas são bombardeados com imagens que contém informes de como devem agir, se aparentar, se comportar, sobre o que é ser mulher, ser homem, ser belo, ser sexy, ser saudável. Consequentemente formam-se atitudes, valores, padrões comportamentais, estereótipos, preconceitos, e, assim, cria-se um mundo simbólico cujas representações indicam projetos e padrões a serem seguidos. (ABREU, 2015).

Portanto, é de extrema relevância entender, interpretar e criticar os significados e imagens deste ambiente midiático, a fim de compreender as representações que estão sendo formadas na sociedade e que incidem diretamente na construção das identidades.

Ruth Sabat afirma que a propaganda é um meio de “regulação social” que reproduz padrões aceitos pela sociedade, que são entendidos pelo sujeito como sua própria representação e assim se tornam reais, embora sejam imaginários. Ou seja, as imagens são criadas de acordo com o conhecimento que circula na sociedade, sendo que por trás delas existem signos, significantes e significados que são familiares às pessoas. (SABAT, 2013, p. 150).

Em relação às mulheres, a intensa exposição de seu corpo pela mídia tende a preservar a tão referida e problemática dominação masculina, o que caracteriza uma violência simbólica de gênero, ao perpetuar as desigualdades, através das práticas discursivas de representações e valores dominantes. Como o que ocorre nas propagandas (de cerveja, por exemplo), onde a mulher e o produto se fundem por meio de qualidades comuns, o que a torna um objeto de consumo, sendo retratada de maneira estereotipada e hiperssexualizada. Essa superexposição dos corpos femininos, confere ao feminino uma visibilidade de objeto e, raramente, de sujeito.

Violência simbólica de gênero é retratada através de ações violentas, como constrangimentos, produzidas por meio de relações sociais, interpessoais ou não, e impostas pelas representações sociais de gênero (o masculino e o feminino). Vale lembrar que esse tipo de violência sobre os corpos femininos foi construído historicamente por intermédio das relações assimétricas de poder.

Em relação a imagem dos profissionais da Enfermagem, esta é apresentada de maneira pejorativa e subserviente através da invisibilidade intelectual desses profissionais, desprestigiando sua imagem. (OLIVEIRA, p. 34). Se os meios de difusão de informação mostrarem a realidade laboral da Enfermagem, isso possibilitaria que as pessoas tivessem a sua própria interpretação e julgamento acerca da profissão e de quem se dedica a ela.

Objetificação feminina

Os resultados demonstram como a objetificação, principalmente da mulher, está presente na representação de profissionais da enfermagem. ‘Objetificação’ consiste em transformar um indivíduo em objeto, tomá-lo sem considerar seu emocional ou psicológico, retirando-o da sua posição de sujeito, com desejos e vontades próprias e transformando-o em um objeto passivo, portanto alvo para quaisquer atos de outros. (BELMIRO et al., 2015).

A objetificação feminina ou a objetificação sexual feminina se dá da mesma forma, sendo representada pela mídia, publicidade, filmes, revistas, vídeo games, entre outros. Desta maneira, mulheres são tratadas como objetos sexuais que servem somente para proporcionar prazer sexual a outrem. (PASSERINI, 1991; LAURETIS, 1994; LOURO, 2008; BELELI, 2010).

Como já mencionado, as desigualdades de gênero podem ser percebidas em algumas dimensões como a discrepância salarial. Entretanto, existem outras mais subjetivas que se apresentam na forma

como as mulheres são vistas e até que ponto são consideradas indivíduos autônomos, donas de seus próprios corpos. É nesse contexto que a objetificação do corpo feminino se encaixa. (POLITIZE, 2016).

Tal objetificação acarreta em diversas consequências, como a estereotipação da mulher com a instalação de padrões estéticos irreais, além da auto objetificação da mulher (uma vez que esta vive em um ambiente de objetificação tende a se auto-objetificar e objetificar outras mulheres), o que leva a problemas de autoestima e de socialização. (ASSOCIATION for psychological science, 2013)

Considerações finais

Alguns questionamentos guiaram a pesquisa, em específico: como se reproduz a hiperssexualização da mulher enfermeira? De que modo isso interfere em seu ambiente de trabalho? De que maneira isso é refletido em como a sociedade enxerga a profissão? As imagens produzidas e difundidas por aparatos tecnológicos de audiovisual e mídias digitais reforçam a desigualdade de gênero na profissão?

Ao finalizarmos o trabalho, concluímos que imagens divulgadas da enfermeira interferem em como a sociedade nos enxerga dentro da nossa profissão, sendo assim a enfermeira é vista de maneira sexualizada, o que afeta inúmeros campos no meio profissional. Essa hiperssexualização está presente em diversas esferas, como nas mídias digitais e em aparelhos de televisão por meio das novelas, por exemplo, o que reforça o histórico da profissão. Tal estigmatização reflete em nosso ambiente de trabalho através de assédios sexuais e/ou verbais que

sofreemos tanto por parte de outros colegas de trabalho, como pelos próprios pacientes.

Portanto, a atuação diante do exposto deve-se objetivar mudanças dos estereótipos sociais, promovendo elevação social e reconhecimento do papel da enfermeira na sociedade.

Referências

ABREU, C. *Imagens que não afetam*: questões de gênero no ensino de arte desde a perspectiva crítica feminista e da cultura visual. Anpap, Rio Grande do Sul, p. 3927- 3942. 2015.

ARRUDA, L. A. *Mulher com imagem*: um olhar crítico a representação e a identidade. São Paulo. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373315958_ARQUIVO_Lina_arruda_FG10.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

ASSOCIATION for psychological Science. Disponível em: <<https://www.psychologicalscience.org/news/releases/self-objectification-may-inhibit-womens-social-activism.html#.WJ3wmRIrKRs>>._Acesso em: 20 de abril de 2018.

BARRETO, M. *Uma jornada de humilhações*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

BEAUVOIR, S. DE. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELELI, I. “Gênero”. In: Miskolci, Richard (org.). *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos, Edufscar. 2010

BELMIRO et al. Empoderamento ou objetificação: um estudo da imagem feminina construída pelas campanhas publicitárias das marcas

de cerveja Devassa e Itaipava. Intercom – *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015.

BLÁZQUEZ, G. Exercícios de apresentação: Antropologia social, rituais e representações In: CARDOSO, C.F; MALERBA, J. (org). *Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar*, Campinas, p 169-194. 2000.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2013

COLPO, J. C.; CAMARGO, V. C.; MATTO, S. A. A imagem corporal da enfermeira como objeto sexual na mídia: um assédio a profissão. *Cogitare Enferm*, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 67-72, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/5975/4275>>. Acesso em: 20 out. 2017.

COSTA, R. G.; SILVERA, C. M. H.; MADEIRA, M. Z. A. *Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina*. Ceará, p. 222- 240.

CRUZ, S. U. *A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja*. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14477.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 35. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

FREITAS, M. E. Assédio Moral e Assédio Sexual: faces do poder perverso nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 2, p. 8–19, 2001.

HIRIGOYEN, M.-F. *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LAURETIS, T. “Tecnologia do gênero”. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco. 1994

LOURO, G. L. “Cinema e sexualidade”. *Educação e Realidade*, v.1, n. 33, p. 81-98. 2008

MAKOWIECKY, S. Representação - a palavra, a idéia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 57, dez. 2003.

NOCHLIN, L. *Why Have There Been No Great Women Artists? Women, Art and Power*. New York, 1988. p. 145-178.

OLIVEIRA, E. F. S. *Representação social da profissão enfermagem: reconhecimento e notoriedade*. Barueri (SP): Manole, 2018.

OLIVEIRA, Anay Stela; KNÖNER, Salette Farinon. *A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia*. Trabalho de Conclusão de Curso. Blumenau: FURB, 2005.

PASSERINI, L. “Mulheres, consumo e cultura de massas”. In: Perrot, Michele & Duby, Georges. *História das mulheres no Ocidente*. Porto, Portugal, Afrontamento, v. 4. 1992

PILARTE, J. R; SÁNCHEZ, M. S. História da enfermagem – ciência do cuidar. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v. 5, n. 3, p.1181-96, 2014.

POLITIZE. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/o-que-e-objeticacao-da-mulher/>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

SABAT, Ruth. “Gênero e sexualidade para consumo”. In: Louro, Guacira Lopes et al. (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis. Vozes. Túlio Cunha Rossi. 2013.

SANTOS, D. V. C. Acerca do conceito de representação. *Revista de Teoria da História*, v. 3, n. 6, dez. 2011.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 16, p. 5-22. 1990

SILVA, C. *A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero*. Disponível em: <

http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

SILVEIRA, M. F. A.; GUALDA, D. M. R.; SOBRAL, V. R. S. *Corpo e Enfermagem: (ainda) uma relação tão delicada*. 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/nepae/objn203silveiragualdasobral.htm>. Acesso em: 23 outubro 2017.

Recebido em 06/09/18 aceito para publicação em 04/12/18

“Caríssimo Dr. Zé”: os intercâmbios intelectuais e afetivos nas correspondências de José Américo de Almeida e sua professora de primeiras letras Julia Verônica dos Santos Leal

Luiz Mário Dantas Burity¹

Resumo: José Américo de Almeida dedicou um espaço muito especial das suas memórias à sua professora de primeiras letras, ele dizia que por causa dela teria descoberto sua vocação para *homem de letras*. Ao passo em que, também ela dedicou a ele um espaço importante de sua imagem pública, seria reconhecida em sua velhice como a professora do ministro. O objetivo desse texto é discutir como a memória das aulas de primeiras letras foi agenciada por ambos ao longo das correspondências e de seus relatos autobiográficos. Isso significa observar os diferentes espaços sociais atribuídos aos intelectuais criadores, como os literatos, e às intelectuais mediadoras, no caso da professora de primeiras letras, conforme definem Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Consideradas essas circunstâncias, foi possível observar um intercâmbio constante de memórias entre o político e a professora, o qual perdurou, em dezenas de cartas trocadas, por mais de duas décadas.

Palavras-chave: correspondências; intelectuais; primeiras letras.

Abstract: José Américo de Almeida gave a special space in his book of memories to his first letters teacher. He told that she was responsible to discover his vocation to be a man of letters. In the other way, she also made an important place to him in her public image. When she was an old woman, she was going to be called like the teacher of the minister. The objective of this paper is discourse how the memory of the first letters classes was agency by both inside the correspondences and biographical narratives. It means to observe the different social places where creator intellectuals, like the writers, and the mediator intellectuals, like the first letters teacher, lives, how we could read in Angela de Castro Gomes and Patrícia Hansen (2016). Seeing this, we could observe the exchanges of memories between the politician and the teacher, which happen in middle of a lot of letters for more than two decades.

Keywords: correspondences; intellectuals; first letters.

¹Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lucia Grinberg. E-mail: marioburity@hotmail.com.

Há certos tipos de documentos que não apenas testemunham a maneira como as pessoas viveram o passado, mas também dão notícia da forma como algumas personagens gostariam de ser lembradas. Esses registros, com suas diferentes configurações – cartas, diários, autobiografias, discursos, fotografias, coleções entre outros – conformam uma espécie de “teatro da memória”. As narrativas inscritas em cada um desses suportes, mas também o que elas dizem quando estão em conjunto, incorporam tentativas de conferir sentido à vida de um sujeito. Nas palavras de Angela de Castro Gomes (2004, p.16): “a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto”, o que implica em um exercício constante de “ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida”.

As correspondências, dentre o universo de possibilidades materiais e discursivas, guardam por especificidade a sua característica eminentemente relacional. Isso significa que a escrita de si na atividade epistolar pressupõe, mais que em outros suportes, a interação de duas pessoas na construção dessas narrativas memoriais. A comunicação por meio das cartas, contava Brigitte Diaz (2002), costuma predispor de um pacto epistolar entre remetente e destinatário. Além de escrever, é preciso escolher o papel e o envelope, a tinta da caneta ou da máquina de datilografia, levar a uma agência postal. Mais do que ler, é de bom tom responder e, sobretudo, guardar. As missivas costumam ser armazenadas nos quartos ou nas bibliotecas dos destinatários e, por isso, compõem as narrativas de um arquivo pessoal que é alheio ao da pessoa que as escreveu.

As cartas da professora de primeiras letras sobreviveram ao tempo em meio às muitas missivas que José Américo de Almeida acumulou ao longo da vida. O catálogo de seu arquivo pessoal, repositório do material consultado para a elaboração desse texto, dá notícia de mais de cinco mil cartas recebidas e duas mil expedidas, para além dos quase cinco mil telegramas remetidos a ele. Apesar da densidade desse material, grande parte das quais datilografadas ou escritas sem maiores cuidados gráficos, as quarenta e cinco correspondências escritas por Julia Verônica dos Santos Leal se destacavam por sua estética singular.

O asseio dos papéis de carta e respeito às margens, as letras inclinadas e excessivamente desenhadas – sobretudo as maiúsculas – testemunhavam um controle preciso da caligrafia, expressão tão cara às professoras de primeiras letras, sobretudo na primeira metade do século XX, quando os modelos mais tradicionais e modernos de educação conviviam na sala de aula e a disciplina na escrita era critério para a avaliação das capacidades de ler e escrever. Mas essa estética também se definia na forma como as narrativas eram estruturadas, bem como na escolha das saudações e das despedidas: “Sempre caro Dr. Zé” e “Sempre amigo”, com atenção especial para as letras sobrescritas nas abreviações.

Júlia Verônica dos Santos Leal deve ter nascido nos anos 1870 em Areia. Vivia com a sua mãe, quando foi convidada pela família de José Américo para trabalhar como preceptora das crianças. Começava, dessa maneira, a sua trajetória na carreira docente. Depois de três anos

nessa função, passou a dar aulas em escolas de primeiras letras, o que fez pelo menos até os seus setenta anos. Constituiu matrimônio e teve descendência, como é possível observar em suas correspondências e relatos memoriais. O seu trabalho como intelectual pressupunha a mediação cultural, o que significa pensar, de acordo com Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), antes a maneira como as pessoas apreendem os produtos culturais do que propriamente cria-los. Esses são atores e atrizes nem sempre reconhecidos na cena pública, mas nem por isso menos importantes em seu potencial de intervenção social.

José Américo de Almeida nasceu no Engenho Olho d'Água, nas proximidades de Areia, em 10 de janeiro de 1887. Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1908, ocupou postos de promotor público, procurador geral, conselheiro jurídico do estado. Ingressou na vida política como secretário, foi ministro mais de uma vez, senador e candidato à presidência da República. Algum tempo mais tarde, seria ainda governador da Paraíba. Mais isso não era tudo, tratava-se de um intelectual *stricto-senso*, reconhecido como tal entre os pares, sobretudo depois que da publicação do romance *A Bagaceira* em 1928. Entre a intelectual mediadora e o intelectual criador, portanto, foi construída uma sociabilidade especialmente rica de sensibilidades que se tornaram imprescindíveis na vida de um e do outro.

As cartas de Júlia foram devidamente guardadas pelo seu ex-aluno devem ter recobrado um asseio especial em sua biblioteca. Em meio a tantos correspondentes ilustres que ele manteve ao longo da

vida, a sua professora de primeiras testemunhava uma parte importante de sua biografia. Ela seria incorporada às suas memórias como uma espécie de mito de fundação de sua trajetória intelectual e política, como ele fez questão de descrever no capítulo *Homem de letras* do livro *Antes que me esqueça*, publicado pela primeira vez no ano de 1976. Em outras palavras, persistia entre os dois uma espécie de pacto epistolar que, nesse “teatro de memórias”, servia a ambos enquanto jogo de afetos e posições demarcados por lembranças e compromissos pessoais.

O objetivo desse texto foi discutir como as memórias das aulas de primeiras letras foram agenciadas nas correspondências e nos relatos autobiográficos de ambos, o que evidentemente implica em observar o momento da vida nos quais esses testemunhos foram produzidos. Assim, foram consultadas as missivas e os relatos autobiográficos de Julia e José Américo. A documentação consistiu em cartas remetidas por ela para ele, que contabilizam quarenta e três, expedidas entre 1938 e 1967, além de dois telegramas. Em contraposição a isso, foi identificada apenas uma mensagem dele para ela, em meio às outras que decerto existiram. Esse material foi acessado no Arquivo Pessoal José Américo de Almeida na Fundação Casa de José Américo.

O ex-aluno governador na trajetória econômica e afetiva de uma professora

Aos vinte e cinco anos, Julia Verônica dos Santos Leal era uma moça solteira, que morava em companhia de sua mãe na vila de Areia. Tratava-se da filha do professor de latim José Berardo, ainda que ela

nunca falasse dele. Era ele filho ilegítimo de Augusto José dos Santos Leal, o qual jamais casou, ficou cego e morreu cedo na fazenda Jandaíra. Apesar das circunstâncias de neta bastarda, ela contava que tinha boas relações com a família, tanto que ocasionalmente, quando as primas queriam passar um tempo na cidade, um de seus tios – ela não especificou qual – só permitia caso ficassem hospedadas em sua casa. Ela seria, ou gostaria de ter sido, assim reconhecida como uma parenta no circuito próximo de sociabilidades da família, aquele que envolve a confiança dos valores mais sagrados de uma descendência, sobretudo no mundo das mulheres, a honra. Àquela ocasião, o vigário daquela freguesia era o padre Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, o qual costumava fazer recepções em sua casa aos domingos, que ela frequentava quando recebia visitas².

Em certa ocasião, quando o padre expulsou do logradouro público um grupo de jovens que namoravam na praça da vila, esses teriam se vingado disseminando histórias que insinuavam uma possível relação daquele pároco com a órfã Julia. O capitão Inácio Augusto de Almeida, marido de sua prima Josefa Leopoldina Leal de Almeida, ao tomar conhecimento dos boatos, teria decidido: “meu irmão é um Padre, Julia é uma moça honesta, vou retirá-la e convido-a para a mestra educadora dos filhos”. Ela aceitou o convite prontamente. Mudou-se para o engenho no dia 4 de setembro de 1894 e restou por ali até fevereiro de 1897, quando as complicações na saúde de sua mãe a

²Relatos de memória de Julia Verônica dos Santos Leal. Arquivo Pessoal José Américo (APJA).

obrigaram a retornar para a cidade. Ao longo desse tempo, deu aulas para as crianças mais velhas, à exceção do primogênito Inácio, que já deveria morar na vila com o tio vigário. Tratava-se de Jaime, Maria das Neves, Maria Amélia e José Américo.

Ao que indicam as correspondências, Julia viveu a sua profissão como boa parte das professoras de primeiras letras da primeira metade do século XX, devotava-se à causa das letras como uma missão e também por isso tratava aquelas crianças como filhos e filhas. Esse fenômeno, em certa medida, era resultado de uma imagem construída na virada do século, quando da feminização do magistério. Esse processo, conforme Wilson José Félix Xavier (2015), não se deu como uma saída das mulheres do ambiente doméstico para o mercado de trabalho. Foi, antes disso, um processo de conformação da imagem das mães cuidadosas e atentas às necessidades instintivas das crianças que se materializava na figura da professora:

Para muitos alunos e alunas (e também pais e mães) as incertezas, medos e conflitos (reais ou imaginários) que se estabeleciam na distância da Casa (o porto seguro) podiam ser atenuados com a presença da professora como imaginária “segunda mãe”, ser afetuoso e acolhedor, que no decorrer do século XX, se transformaria na controversa figura da “Tia” (XAVIER, 2015, p.170).

Em meio a esse novo imaginário que constituía a imagem da mãe-professora e tornava a palavra educação mais usual que instrução, duas figuras eram contrapostas como representativas da escola tradicional e da escola nova: “os mestres-escolas passavam a ser

identificados à escola antiga – tradicional, mnemônica e adepta da marcha sintética de leitura”, a despeito disso, “as jovens professoras normalistas, pretensamente mais doces e com maior capacidade de ‘inspirar a infância’, começavam a despontar como ícones da nova educação, mais intuitiva, ativa e adepta do método analítico de leitura” (XAVIER, 2015, p.167).

Julia, ao que tudo indica, era uma professora leiga, que começou a trabalhar em um tempo no qual a escola normal do estado formava poucas mulheres, com um público prioritariamente oriundo da capital. Em sendo assim, parecia ocupar, nessa régua do novo e do antigo, um espaço intermediário, calcado por métodos mais clássicos de ensino-aprendizagem, mas na figura de uma mulher. Com a passagem das décadas de ofício, é provável que ela tenha se ambientado com as novas práticas e as novas afetividades impostas para o trabalho docente, mas a falta do título e da vivência na escola normal decerto pesava sobre a sua carreira.

As péssimas condições salariais e as limitadas possibilidades de arranjar o casamento abastado criavam uma relação de dependência econômica e afetiva entre a professora e os seus ex-alunos. Era o caso de Julia, que teve seu próprio estabelecimento de ensino em tempos da Primeira República, mas depois ficou a serviço do estado, cujo ordenado era pouco, não mais que o suficiente para pagar as suas contas mais urgentes. A situação ficou ainda mais grave depois dos anos 1930, quando a exigência do curso normal ficou mais frequente. Julia, enquanto professora leiga, foi posta como “classe única” na folha de

pagamentos, sem espaços para progressão salarial ou grandes gratificações. Além disso, ficaria para ela a obrigação de dar aulas em escolas de ensino noturno masculinas, demanda que pesava sobre uma mulher de quase setenta anos³.

Datava desse momento, mais especificamente do dia 9 de maio de 1938, a primeira correspondência enviada por Julia encontrada no arquivo pessoal José Américo. Essa carta, no entanto, dava notícia de outra missiva que a antecederia, na qual a professora pedia apoio pecuniário aos seus ex-alunos, provavelmente não às suas ex-alunas, para adquirir a outra parte da casa de seu pai que era de herança sua e de seu irmão. Alguns dos destinatários responderam a solicitação com alguma quantia. José Américo deve ter feito diferente, perguntando quanto seria necessário.

A casa custava seis contos de réis e a metade que deveria pagar totalizava três contos de réis, dos quais ela já tinha dois terços, faltando a terça parte restante, mas também era preciso fazer reparos. O irmão havia morado nela por 25 anos, mas sequer fizera qualquer melhoramento ou asseio, “nunca fez um pequeno trabalho ao menos de espanar”. Nessas circunstâncias, ela concluía: “Confiante em Deus que não me há de desamparar na dolorosa quadra da velhice, exausta e doente, apelo para os corações amigos e confio no êxito da minha pretensão”, mas ponderava, “acho que é muito para V. só, 1:000\$000 [um conto de réis]; resolva o meu caro amigo e depois o compensará,

³Julia é citada em um quadro de pagamentos de professores publicado no jornal *A União*, na qual ela é associada à Escola Noturna Masculina de Areia (A UNIÃO, 9 fev. 1941, p.2, 3 e 4).

pedirei muito para em duplo dar-lhe todas as felicidades a si e a todos os seus”⁴.

A despeito da intimidade que não deviam partilhar àquele primeiro momento, Julia logo se empenhou em destituir as formalidades, sobretudo nas saudações e nas despedidas, espaços prioritários para a disposição de tais rituais de aproximação e distanciamento. A professora chamava-o por “meu caro amigo” e acenava como “sempre amiga”, apostando no adjetivo como pressuposto da relação a ser construída. A despeito disso, a saudação construía um lugar para si na vida pública dele: “Sempre caro Dr. Zé”. A expressão jogava com as dimensões do público e do privado, era o doutor, intelectual e político renomado no cenário nacional, mas era também o Zé, seu ex-aluno, dotado das intimidades que a relação lhe permitiria. O vocativo, a propósito, deu certo e ela o repetiria sucessivas vezes nas muitas correspondências que sucederiam aquela.

José Américo remeteu a ela quinhentos mil réis, metade do valor total necessário, menos do que ela decerto esperava, mas ainda assim uma boa quantia, que faria diferença no montante. Ela agradeceu e, na carta enviada ao dia 24 de outubro de 1938, deu notícias da quitação da casa, bem como – finalmente – do recebimento dos seus ordenados atrasados. Reclamava, porém, da posição que o governo a deixara, aos sessenta e sete anos, trabalhando em uma escola noturna masculina, vislumbrava a aposentadoria, ainda que compulsória. Ainda nessa esteira, fazia um último pedido: “uma fotografia sua para colocá-la no

⁴Carta de Julia a José Américo, remetida ao dia 9 de maio de 1938 (APJA).

meu álbum, como o primeiro, o mais ilustre e o mais generoso dos meus ex-alunos, sim?”, explicava ela, “outros também me auxiliaram, embora com módicas quantias, porém, os tenho no coração agradecida. Bacharéis, médicos e agrônomos, todos amigos, tenho-os em meu álbum”⁵.

Ao se apresentar diante de outro sujeito, explicava Erving Goffman (1985[1959]), as pessoas procuram informações a seu respeito ao passo em que levam à baila o que já previamente conhecem. Em meio a esses processos comunicativos, os indivíduos jogam com as suas identidades e representam certos papéis, os quais levam a sério, na medida em que o modo como o outro vê também é parte constitutiva da forma como esse sujeito se percebe no mundo. A professora, portanto, observava a sua função na sociedade diante dos muitos homens de poder que havia formado, dentre os quais se destacava o ministro José Américo.

Ela não apenas pedia uma fotografia como explicava as razões de fazer isso. Era bom que ele soubesse dos muitos outros homens de prestígio que haviam passado pelos bancos escolares ou pelas esteiras na sala da casa grande, sobre as quais ela ensinava a ler, a escrever e a contar. Dessa maneira, seria possível concluir, tomando por base essa rápida estatística, que todo aquele sucesso no mundo público tinha participação sua. Em todo caso, não devia ser mentira que em sua casa houvesse um álbum de fotografias, recheado dessas muitas referências aos sujeitos de prestígio que ela havia formado.

⁵Carta de Julia a José Américo, remetida ao dia 28 de outubro de 1938 (APJA).

Com o tempo, a propósito, ela apenas aumentou essa coleção de feitos de seus ex-alunos, com destaque especial para aquele que, ela não cansava de destacar, tinha sido não apenas o primeiro, mas também o mais destacado deles. Quase duas décadas mais tarde, na carta escrita no dia 3 de fevereiro de 1956, na qual parabenizava os feitos da administração de seu aluno no governo do estado – que, diga-se de passagem, foi interrompido pelos quase dois anos nos quais ele foi convidado, uma vez mais, para ocupar a chefia do Ministério de Viação e Obras Públicas – ela confessava com orgulho: “Guardei todo este tempo a coleção de ‘Norte’ que discorria a sua Via Crúcis naquela fase cruel da sua propaganda política!”⁶. Esse exercício de colecionar materiais povoados de memórias, ensina Angela de Castro Gomes (2004), altera o sentido dos espaços da intimidade e recompõem a narrativa da vida de um indivíduo.

A despeito dessas representações que tinham por suporte o gênero epistolar, o álbum de fotografias e as pilhas de jornais, entre outros materiais que endossavam as lembranças de sua vida, compunham o cenário da casa da professora e comunicavam do seu passado e da importância de seu ofício para as pessoas que ocasionalmente a visitavam na cidade de Areia. O cenário, enfatizava Erving Goffman (1985[1959]), é o suporte dessa ação humana, sobre as quais elas negociam as suas identidades. Algumas das cartas enviadas por Julia dão sinal da forma como essa identidade de “professora do governador” ou “professora do ministro” constituía uma ambiência

⁶Carta de Julia a José Américo, remetida ao dia 3 de fevereiro de 1956 (APJA).

específica de sociabilidades naquela localidade. A partir dos anos 1950, quando José Américo era governador do estado, ela remeteu a ele cartas nas quais pedia por pessoas próximas.

Acontecia que, passadas as primeiras correspondências trocadas entre os meses do ano de 1938 – deve-se registrar que a julgar pelas informações constantes nas correspondências, elas deviam demorar algo em torno de quinze dias para sair de Areia e chegar a João Pessoa – houve um longo interregno entre as correspondências do ministro e da sua professora de primeiras letras. Apenas no ano de 1943, voltaram a se corresponder, por iniciativa dele. Nesse tempo, a ditadura do Estado Novo entrava em declínio e o intelectual e político devia vislumbrar seu retorno à vida pública e, quem sabe, nova oportunidade de se candidatar à presidência da República. Ele dizia que gostaria de esclarecer algumas informações a respeito de sua infância – algumas datas, como o ano no qual a epidemia de febre amarela, a idade com a qual fora morar na casa de seu tio vigário, as capacidades que já tinha há esse tempo e o que ele costumava ler. Ela respondeu com detalhes. Foi quando devem ter se aproximado, entre as visitas que ele provavelmente fez à cidade de Areia, sobretudo durante a campanha para governador em 1950, ou em alguma das vezes que ela foi a João Pessoa.

Em sequência a esse movimento do ex-aluno, Julia deve ter ficado mais à vontade para insistir no contato, mas não o faria de imediato, e sempre com razões muito específicas. A carta escrita ao dia 15 de janeiro de 1954, pedia pela professora Silvinha Rodrigues, que em governos anteriores ao dele havia sido transferida para a cidade de

Guarabira, mas que desde a sua posse se estabelecera de volta em uma cadeira em Areia. A solicitação era para que o intelectual e político intercedesse junto às freiras do Colégio Santa Rita para que dispensassem a docente do pagamento das mensalidades do curso da filha, considerada a péssima condição financeira da família depois que seu esposo ficara com a firma parada. A correspondência subsequente relatava a absurda tentativa da maçonaria de por abaixo a “tradicional palmeira da Rua do Cemitério”.

Julia remeteria ainda uma terceira carta, dessa vez escrita ao dia 10 de dezembro de 1955. A professora desculpava-se pela insistência com a qual recorria a ele quando o desespero dos amigos batia à sua porta: “esta irá de novo, talvez aborrecê-lo, mas, não posso deixar de atender a pedidos de pessoas tão amigas e aliás, bem feitoras!”. Tratava-se do caso de uma ex-aluna, esposa do Dr. Laudemiro Leite de Almeida, professor da Escola de Agronomia do Nordeste que se achava preso havia mais de três meses e sofria perseguição por parte do promotor público da comarca. Constava nos autos do processo que, no dia 27 de setembro de 1955, ele teria desfechado um tiro em seu colega, o doutor Aluísio de Araújo, acertando-o de raspão no pescoço, depois de uma discussão por causa da compra de uma vaca. A professora dizia que o júri decerto votaria pela inocência. O pedido que ela então dirigia a ele era que o promotor não apelasse à segunda instância, o caso tivesse fim e a família pudesse seguir em paz a sua vida.

O destinatário atentou ao problema, tanto que, em meio às muitas outras correspondências que recebia em seu gabinete, escreveu

em seu cabeçalho “reservado”, deixando-a a parte, para que pudesse tratar daquela questão. E assim o fez, tanto que voltou a se corresponder com Julia solicitando informações mais específicas a respeito do caso, dessa vez por telegrama. A esse respeito, foram consultadas apenas as respostas dela, as quais tinham informações sobre a vaga de coletor federal e com informações sobre a filiação de alguns envolvidos. É possível conjecturar que José Américo tenha tentado conseguir a transferência do promotor ou a sua substituição. Em cartas escritas *a posteriori*, Julia agradeceu o apoio. A intervenção, porém, não deu certo, a julgar pelo fato de que esse caso foi encontrado nos anais do Tribunal de Justiça da Paraíba⁷.

Os pedidos constituem uma máxima das correspondências de políticos e demandam uma retórica própria, detalhava Angela de Castro Gomes (2000, p.32): “frequentemente a correspondência de pedidos inclui uma estratégia de apresentação do próprio demandante, seguida de uma justificação da demanda, devendo haver uma sólida e lógica articulação entre quem pede e o que é pedido, para que a justiça do pleito surta efeito”. Por outro lado, a remetente se tornava, cada vez mais, uma conhecida e prestigiosa intermediária das demandas das pessoas daquela comunidade com o governador do estado. Para isso, vestia o personagem, dotava-se de intimidades, mas criava novos territórios, abdicava do vocativo “meu caro Dr. Zé”, que fora característico de outros momentos, e recorria ao atual espaço dele

⁷Apelação criminal n.3397 da comarca de Areia. *Revista do Foro*, n.65, jan./dez.1957, p.147-153.

“Caríssimo Governador”.

O trabalho político *stricto-senso*, explicava Michel Offerlé (2005[1998], p.358), exige a invenção de uma ampla gama de tecnologias para conquistar o eleitorado: “o candidato recebe votos porque ele se apresenta sob um programa e uma etiqueta políticos, instrumentos de ruptura com sua identidade pessoal”. Esse processo pressupõe o conhecimento das vontades e das necessidades da sociedade civil, bem como certa capacidade de negociar com ela as pautas que corroboram com a constituição dessa agenda de governo. Em meio a esse processo, é possível arriscar que, de modo mais ou menos informal, Julia se tornava, dentre outras tantas coisas, uma intermediária entre o político e seu eleitorado. No caso, as pessoas de sua terra natal, a qual deveria ser o *locus* prioritário de sua atividade pública, se tomada por referência certa ideia de “pátria local” que persistia no senso comum das freguesias do interior do estado.

José Américo envelhecia e passava a aparecer nos círculos sociais cada vez mais como um veterano da política nacional. Dessa maneira, emergia um olhar memorialístico no seu entorno, tanto por parte dele como por iniciativa de jornalistas, historiadores, cientistas políticos, literatos etc. Assim, as narrativas de sua vida se tornaram mais comuns nos jornais, revistas, livros, programas de rádio etc. Nessa época, Julia contou do seu contentamento em ver seu nome no jornal *A União*:

Talvez o nobre Governador não possa considerar a inaudita surpresa que causou-me, ao ler a “União”, ver o meu
Revista Vernáculo n.º 44 – segundo semestre/2019

ISSN 2317-4021

humilde e obscuro nome, junto aos de homens ilustres e dignos dessa honra, acredite meu caro Governador, fiquei surpresa!...

Será possível?... Quem sou? O que fiz para receber esta prova de tanta consideração da parte do maior dos paraibanos vivos e o maior dos Governadores que já teve a Paraíba!...⁸.

Em 1958, a circunstância era outra. Àquela ocasião, o político que, dentre outras coisas, havia professado em sua campanha ao governo do estado de 1950 o slogan “o candidato da família e da religião”, estava sendo acusado, contava a professora em sua correspondência, de ter maltratado a sua mãe viúva. Em sendo assim, caberia a Julia corrigir a veracidade dos fatos narrados, com a autoridade de quem viveu a infância e partilhou da intimidade da família de José Américo:

A sua juventude e mocidade aqui em Areia, foi o princípio desta sua ilibada conduta, jamais eivada de indecências e atos que manchassem o seu caráter impoluto de moço que se destacava dos demais! Educado ao lado do venerado tio Vigário Odilon, com o exemplo de um irmão (seu pai adotivo) moço modelar, jamais pensaria em desmentir sua educação moral e formação espiritual iniciada pela sua velha mestra e dedicada amiga Julia Leal! Esta acompanhou-o, estando, estando sempre ao seu lado desde o tempo que estudou no Seminário; o qual deixou aos 17 anos, seguindo para a Academia de Direito. Terminando o Curso de Direito, esteve em nosso meio, sempre cercado da convivência social, estimado e querido das melhores famílias do nosso meio. Retraído, entregue às suas leituras, evitava sempre a convivência com outros rapazes! Tinha por sua Mãe, D. Zefinha de Almeida a mais respeitosa estima e consideração, assim como, enquanto ela existiu, prestou-lhe toda a assistência devida! Em Areia, o seu nome

⁸Carta de Julia a José Américo, escrita no dia 11 de dezembro de 1955 (APJA).

foi sempre acatado com o devido respeito e admiração que se deve ter a um homem superior! Areia orgulha-se de ser Mãe!⁹.

A professora agenciava nesta narrativa a sua posição naquela história. Criava para si um papel preponderante, maior que o do tio e do irmão padres, dos valores apreendidos nas instituições de instrução secundária e superior, dos sentidos da educação familiar e, especificamente, materna. Além disso, em seu relato, a professora exagerava nos detalhes e imprimia-lhe uma saudação mais formal – Exmo. Ministro Dr. José Américo – mas não sem um adendo logo abaixo, entre parêntesis que testemunhasse a intimidade da relação – “(Caríssimo Dr. Zé)”. Era como se estivesse não apenas solidária em sua defesa, mas também fornecesse munição para que, caso quisesse, fosse possível publicar aquela mensagem em algum órgão da imprensa. O intento tomou ainda outras proporções, ao dia 4 de julho de 1958, oitenta e duas mulheres areienses fizeram um abaixo assinado atestando a sua moral e protestando contra as infâmias que estavam sendo disseminadas contra o referido político.

A campanha não deu certo e o candidato perdeu as eleições para o senado. Na carta em que Julia remetia o seu lamento pelos desarranjos da política, a professora despedia-se de uma forma diferente. Cumprimentava-se como “amigo e benfeitor”, sugerindo que havia começado ali uma relação mais sistemática de contribuições financeiras que a ajudariam dali por diante. A questão é que, a partir daquele

⁹Carta de Julia a José Américo, escrita no dia 24 de junho de 1958 (APJA).

momento, a quantidade de correspondências trocadas pela professora e seu ex-aluno aumentaram substantivamente. Entre 1958 e 1967, foram trocadas trinta e três cartas, com mensagens remetidas em quase todos os anos, alguns mais em outros menos. Àquela altura, ela completava seus oitenta e sete anos e tinha outras necessidades.

A velhice com a parca descendência e igualmente carente de recursos a tornava mais vulnerável e carente dos cuidados e do apoio financeiro de seus ex-alunos, sobretudo José Américo, considerado sempre o primeiro de todos eles, o mais bem sucedido e o mais devotado, e com o qual tinha certo grau de parentesco e maior tempo de convívio. Em todo caso, ela cobrava obstinada a manutenção desse recurso, e passava-lhe a lista de seus benfeitores: ao passo em que agradecia a última ajuda, informava, na carta do dia 18 de maio de 1959:

Vou passando, subindo o doloroso calvário, aguentando o peso dos 87 anos de sacrifício, trabalhos e privações!... Mercê de Deus e da Virgem Mãe, não me tem faltado o apoio material dos meus caros ex-alunos e amigos, a exceção dos “Almeidas”, são indiferentes!... Sinto dizer esta verdade. O Dr. Elpidio antes de ser político, dispensou-me cuidados e atenções em épocas bem dolorosas da minha adiantada vida do magistério!... visitas, exames, remédios... e dedicação, depois, tudo mudou...¹⁰

Parecia não incluir José Américo nessa lista dos “Almeidas” indiferentes a ela. Mas decerto que era uma maneira de exigir-lhe atenção e a continuidade nas ajudas. A esse respeito, falava das muitas

¹⁰Carta de Julia a José Américo, escrita no dia 18 de maio de 1959 (APJA).

dificuldades que a velhice impunha e do que era necessário para que pudesse ter uma vida mais condizente com o que necessitava: “Trato-me como a saúde e a idade requer. Faço todo o serviço doméstico preciso. Costuro toda a roupa necessária, e passo-a ferro”. Encerrava dizendo, mais uma vez, do grande orgulho que tinha dele: “Aqui é praxe quando aparece um visitante de posição e me apresentam é praxe, ‘Julia Leal’ professora do Ministro José Américo!... então... nem lhe digo o resto, é admirável!”¹¹. As cartas tomavam cada vez mais esse tom, agradecia-lhe a atenção e a ajuda enviada, dava notícias suas, perguntava da capital, falava como andavam as coisas em Areia. No mais, citava a importância do ex-aluno e como isso impactava a vida dela, contava de suas preces.

A carta subsequente dava notícia de que seu neto Reinaldo Melo, que ora estudava em Ribeirão Preto, havia pedido que ela contratasse uma pessoa para o serviço doméstico e que ela o fizera, mas ainda costurava e administrava a casa. Para isso, ele mandava-lhe quinhentos cruzeiros ao mês. Ainda assim, e insistia sempre nesse ponto, a empregada seria uma decepção e ficava para ela fazer tudo. Além disso, pedia notícias de D. Alice, a esposa de José Américo, que desde 1958 andava mal de saúde e em 1962 faleceu. Ao passo disso, dizia ter sabido do derrame cerebral sofrido por Inácio, o irmão mais velho do destinatário, que morreu pouco depois. Ao dia 18 de outubro de 1963, remetia suas condolências também quanto à morte do outro irmão dele, Jaime.

¹¹Carta de Julia a José Américo, escrita no dia 18 de maio de 1959 (APJA).

As correspondências posteriores davam, cada vez mais, conta de sua rotina e dos problemas da cidade de Areia. Ela encantava-se com as festas do Colégio Santa Rita, do Ginásio Coelho Lisboa, da Escola de Agronomia do Nordeste, falava de alguns conhecidos e do que andavam fazendo. Além disso, implicava com o vigário da cidade, o Padre Ruy Vieira. Dizia que ele viajava muito e, por essa razão, a matriz vivia fechada, nada que se comparasse aos tempos saudosos do cônego Odilon de Almeida. Em meio a isso, passeava entre as suas memórias, falava do menino, dos irmãos e irmãs dele, do pai e da mãe, de seu tio. A memória parecia acalentar a sua velhice e dar sentido à sua vida, o que tornava a ideia da morte menos cruel e ajudava a passar o tempo tomado pelas dores do corpo cansado.

A carta subsequente era endereçada não mais de Areia, mas do Pensionato Carneiro da Cunha, sem informações quanto à data em que foi escrita ou remetida. A escolha no uso dessa localização em lugar do nome da cidade em que se encontrava era sinal de seu desejo de que essa informação tivesse destaque na missiva. Agradecia a remessa da “mensalidade”, era a primeira vez que denominava os recursos que recebia dessa maneira, e explicava a situação de sua saúde. Sofria uma moléstia, arteriosclerose, mas pretendia voltar logo à sua casa. O pensionato ficava na capital, partira para lá para fugir do frio das serras, que lhe doía os ossos. Em todo caso, estranhava sua hospedaria: “A impressão desagradável; pensionistas nos receberam horas depois, e logo tive a impressão de uma casa de enfermas, loucas, malucas

caducas etc.”¹². Encerrava dizendo que no domingo sempre aconteciam visitas, talvez sugerindo que ele fosse vê-la.

Ao dia 14 de fevereiro de 1964, ela já estava de volta a Areia. Àquela localidade, voltava a relatar os muitos problemas com o padre, que não gostava dos idosos, e da alegria em vê-lo. José Américo a visitara, provavelmente durante a sua internação. Ainda assim, continuava a sentir dores, o frio não contribuía e a sua saúde ia mal. As cartas ficavam cada vez menores e menos tomadas de formalidades. Em certa medida, era possível dizer que com a intimidade e todos aqueles anos escrevendo longos textos, já não era mais preciso representar tanto. Estavam ambos cientes do papel que tiveram um na vida do outro. Apesar disso, ocasionalmente reclamava a falta de respostas.

A segunda internação foi inevitável, o frio da serra torturava demasiadamente os seus ossos. Em suas cartas dos últimos tempos em que morou em Areia, relatava o medo que tinha de voltar ao Pensionato Carneiro da Cunha, onde estivera outra vez “visitando as areienses que lá se achavam”. O temor sabotava a memória, mas não teve muita escolha e mudou-se para o Pensionato Santo Antônio: “Infelizmente estou num exílio, ignoro todo o passa na capital, não leio um jornal, soube da sua chegada por intermédio de uma amiga”. A caligrafia, conhecida pelo traço firme e letra desenhada, vacilava. Além disso, abandonava o papel de carta e escrevia em uma folha de caderno, provavelmente o que lhe tinha em mãos. Contava que, certo dia, voltou para casa, havia sido insultada, e escrevia uma carta ao ministro

¹²Carta enviada por Julia a José Américo (APJA).

contando o que se passara:

Nas vésperas da saída, por ocasião do dia do professor, fui insultada vilmente por uma criatura vil e miserável!!! Estava eu, atenta a uma visita amiga, que a acompanhava como se fosse criada!... Ao começarmos a conversa amiga, ela, brutalmente, disse-me!.. D. Julia a Senhora não significa nada, a Senhora é Tola, Maluca e Doida¹³.

Não demorou muito e voltou para o pensionato, a pedido do neto e com o apoio do padre do instituto, a razão alegada era o frio da cidade e as gripes sucessivas. A letra estava ainda mais trêmula. Contava de sua aflição e dos cabelos muito brancos, ela tinha ciência da piora de seu estado de saúde e vislumbrava que o quadro pudesse não ter volta. Em todas essas cartas, faltava-lhe a data, por esquecimento ou porque, o que é mais provável, já não tinha noção do tempo. É interessante notar que, apesar de todas essas mudanças em seu estado de saúde, ela se mantinha o contato com seu ex-aluno.

Em princípios do verão de 1966, parecia bem, voltou a datar e localizar a carta, a letra estava mais firme. Possivelmente, aceitava melhor a sua estadia no pensionato, tanto que brincava com os termos da correspondência remetida ao ex-ministro: “Desculpe a intrusa carta. Caduquice de 94”¹⁴. Foi transferida para o Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, cujas mensalidades provavelmente eram pagas pelo ex-aluno. Pelo menos duas correspondências sucederam aquela, a última foi escrita em na folha de um bloco de papel. Apesar de não estar

¹³Carta de Julia a José Américo, provavelmente do ano de 1965 (APJA).

¹⁴Carta de Julia a José Américo, escrita no dia 01 de março de 1966 (APJA).

datada, decerto foi redigida no ano de 1967, quando José Américo foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Ela dizia que voltaria a Areia no dia seguinte, o que não devia ser uma previsão realista ou fundada em qualquer avaliação médica, tanto que, depois disso, já não houve mais cartas. Não se sabe mais de seu destino, é provável que tenha morrido nessa época.

Mas vale uma nota, naquela carta, a professora de primeiras letras despedia-se com um *post-scriptum* emocionado, que deixava antever o descaso do qual, de alguma maneira, ela o acusava, mas também a satisfação de acompanhá-lo ao longo da vida, ainda que de longe: “Por intermédio dos amigos, soube que, conseguiu o que desejava! “Ser acadêmico”, parabéns com votos de boa saúde e felicidades interminas!... Julia”.

A professora de primeiras letras e os projetos de memória de um homem de letras

Até o dia em que aprendeu a ler e a escrever, teria vivido como um animal, de um canto a outro do engenho, experimentando as sensações próprias de uma vida perto da natureza. Era essa a imagem que José Américo repetia em seus relatos de memórias e que, decerto, não correspondia à realidade. A educação é um processo mais complexo do que a aprendizagem formal da leitura, escrita e operações básicas, ou qualquer outro desses princípios que remetem ao saber escolar propriamente dito. As primeiras lições da vida foram apreendidas dentro de casa, por meio do exemplo e da censura da ama-seca, da mãe

e do pai, do convívio com as pessoas mais próximas (ALMEIDA, 1976).

A expressão, porém, comunicava mais do que essa primeira leitura mais literal sugere. Ao dizer que a professora de primeiras letras o tirava de uma vida selvagem, o escritor evocava uma imagem que circulava entre os letrados de que a vida civilizada seria oposta ao que era considerada a barbárie ou a “infância das civilizações”. Tomado por essa ideia, José Américo encontrou em sua história um ponto de inflexão, quando a barbárie deu lugar às luzes e a sua vida de *homem de letras* teria se iniciado. Contudo, isso também não era verdade. Aos sete anos, mais ou menos, o menino não sabia que seria um intelectual e político. Àquela altura, decerto ele se imagina em meio a uma infinidade de outras possibilidades. A julgar pelos seus próprios relatos, a prioridade estava era carreira militar e a trajetória de vaqueiro, ou senhor de engenho, o que era mais provável considerando o lugar onde nasceu (ALMEIDA, 1976).

Essa pretensa vocação inicial para o mundo das letras, na verdade, corresponde ao que Pierre Bourdieu (1996[1986]) chamou de “ilusão biográfica”. Isso acontece quando os sujeitos, tendo conhecimento dos caminhos que a vida tomou, conferem ao passado um sentido, uma direção, como se houvesse desde sempre um caminho a ser seguido. O autor discute que a vida não funciona dessa maneira, toda trajetória experimenta alocações e deslocamentos, há sempre uma série de projetos que não deram certo. Na verdade, são as pessoas no presente que reúnem uma série de fragmentos e conferem a eles uma

sequência, que tende a desconsiderar os percalços do caminho.

Em meio a esse cenário, José Américo é um personagem em certa medida peculiar, pelo menos se tomadas as trajetórias de muitas outras pessoas que, no século XX, ensaiaram as suas vidas públicas em algum campo de saber. Ao longo de sua vida, esse sujeito, que era um escritor constante na imprensa e teve projeção como romancista nos anos 1920, também alçou uma posição destacada na arena política nacional como ministro, senador e candidato à presidência da República. Entre um caminho e outro, ficou para esse sujeito, sobretudo à ocasião de seu afastamento da vida pública na segunda metade dos anos 1950, o desafio de encontrar um sentido para esse passado: entre intelectual e político, constituiria uma forma peculiar de ser *homem de letras*, a qual tinha por mito de fundação as aulas nas quais aprendeu a ler, escrever e contar.

José Américo mantinha contato com sua professora de primeiras letras desde o ano de 1938, momento a partir do qual decerto passou a dispor de maior atenção para o seu processo de escolarização. O certo é que, nas décadas seguintes, ele passaria a agenciar, de maneira mais ou menos consciente, essa relação com Julia, sobretudo no momento em que precisava criar narrativas públicas sobre a sua vida, como aconteceu na campanha ao governo do estado em 1950. Àquela oportunidade, é possível flagrar uma fotografia, nas quais ele e ela apareceriam juntos em João Pessoa.

O mito servia à organização dos fatos da vida e, dessa maneira, era possível pensar como as cartas da professora de primeiras letras

importavam nas elaborações da sua identidade e do espaço que esse sujeito construiria para si em seus tempos de velhice. Desde meados dos anos 1950, José Américo parecia especialmente preocupado com a elaboração de suas memórias. O momento era sintomático, ele encerrou o seu mandato como governador. Em 1958, o sentimento ganharia cores mais fortes, perdeu as eleições para o Senado. Era o tempo de recobrar o seu papel naquela sociedade.

Se até meados dos anos 1950, José Américo e Julia trocavam cartas ocasionais em temporalidades espaçadas, dali em diante essas correspondências se fizeram bem mais frequentes. Ao dia 11 de abril de 1955, em resposta a uma solicitação dela sobre o pagamento de sua pensão, o então governador deu notícia de que resolvera o problema e pediu que ela remetesse a ele um relato de algumas de suas lembranças do tempo em que ele fora seu aluno: “se tiver ideia de outras passagens interessantes do tempo da minha infância mande alguma coisa, que muito lhe agradecerei. É para um livro de memórias que será menos meu do que para Areia dos meus tempos”¹⁵.

Ela respondeu com um relato de seis páginas e, mais tarde, remeteu outro com sete páginas, o segundo com notícias de sua vida pessoal, dispondo sempre da caligrafia inclinada e desenhada que era a sua marca. Esses textos foram encontrados em outra parte do arquivo, distante das cartas, em uma caixa intitulada “documentos de terceiros”, repleta de esboços biográficos de outras pessoas, com cronologias e listas das obras de autoria de José Américo, mas também de projetos de

¹⁵Carta de José Américo a Julia, remetida ao dia 11 de abril de 1955 (APJA).

construção da memória do próprio personagem, com algumas portarias que davam notícia do tempo em que foi nomeado para alguns cargos públicos, destacadamente os primeiros – promotor público, procurador geral e conselheiro de estado. Essa disposição sugere que o projeto de montagem daquele material memorialístico havia andado. Em todo caso, o livro só sairia de fato duas décadas mais tarde. Julia decerto faleceu muito antes de ver publicado *Antes que me esqueça*, o que só aconteceu em 1976.

O livro contava que, ao tempo em que ele completou sete anos, chegou ao engenho uma prima de sua mãe, que deveria se tornar professora do menino, seus irmão e irmãs. Tratava-se de Julia, que começava a sua trajetória como professora de primeiras letras. Havia sido chamada para substituir outra senhora, que tinha por nome Germana, e que falecera à véspera da mudança para a casa da família. As crianças estudavam a cartilha e a tabuada sentadas em uma esteira e a mestra, ao ensinar-lhes a escrever, descobriu a miopia de José Américo (ALMEIDA, 1976).

De acordo com Paul Ricoeur (2007[2000], p.41) há um “privilegio concedido espontaneamente aos acontecimentos dentre todas as “coisas” que nos lembramos”. A esse respeito, é interessante destacar, sobretudo, a maneira como José Américo destaca os seus sentimentos, sobretudo nos momentos de aprendizagem:

Só me queixo de uma coisa. Meu talhe de letra, copiado de um modelo feminino, com um rabisco forte, por mais que caprichasse, tornou-se uma garatuja, uma caligrafia

hedionda. A professora insistia, fazia questão que a imitasse, e eu continuava a resistir. Resultado: aprendi a ler e não sei escrever (ALMEIDA, 1976, p.54).

A narrativa serviu ainda de anedota como justificativa para explicar a péssima letra que se tornaria uma marca desse intelectual, para a má sorte do pesquisador que, décadas mais tarde, tenta decifrar os seus códigos pouco acessíveis. Essas descrições, no entanto, faziam mais do que justificar o personagem e a sua péssima caligrafia. Em meio à descrição dos seus hábitos e sentimentos, o narrador indicava quando a sua trajetória tomou rumos próprios, alheio aos processos mais comuns que tomaram as vidas de seus irmãos e de suas irmãs, por exemplo. A partir desse momento, a vocação para as letras se colocaria como uma potência, um *plus*, que em tese conferia a ele, e não aos demais, essa sina de intelectual que marcaria a sua trajetória. Essa imagem, a propósito, era repetidamente reforçada pela professora em seus relatos constituídos *a posteriori*: “Da sua infância, estudando comigo, era diferente dos outros pequenos, não ia ao recreio com eles, sim com uma lousa (como chamavam) e um crayon, pedia-me para escrever o alfabeto e ia copiando, depois do n^{os} de 1 a 100”¹⁶.

O menino que se descobria em suas memórias como um sujeito que, desde muito tempo, seria dotado de uma vocação especial para a vida nas letras, consolidaria essa imagem também em seus muitos discursos memoriais, muitos dos quais proferidos na Academia Brasileira de Letras. Eleito para aquela agremiação em 1967, o

¹⁶Relatos de memória de Julia (APJA).

personagem passaria a viver largamente esse título em sua velhice, restando para si uma glória em tudo muito diversa daquela que teria a sua professora de primeiras letras – com poucos recursos, em um pensionato para idosos, sem o reconhecimento público do trabalho que a acompanhara durante toda a vida.

Considerações Finais

As correspondências foram suporte para um “teatro de memórias” pactuado entre o intelectual e político renomado e a professora de primeiras letras. Entre uma missiva e outra, as duas personagens provocavam as suas memórias ao passo em que acessavam os contrapontos e as confirmações trazidas pelos discursos da outra. Em outras palavras era possível pensar nessas cartas, em específico, como laboratório dessas memórias, que no caso de ambos os sujeitos não deixava de ser também lugar de uma elaboração intelectual – ele um intelectual *stricto-senso*, que escreveria livros de memórias; ela uma intelectual mediadora, que organizava arquivos e produzia novos sentidos a partir dos relatos que ele constituía.

Eram as correspondências laboratório, ainda que não exatamente no sentido proposto por Michel Trebitsch (1992), na medida em que não pressupõe “um modelo de amizade intelectual entre pares, unidos por preocupações comuns” (GONTIJO, 2004, p.166), mas uma relação tomada de diferenças, hierarquias e interesses díspares. A remetente das cartas consultadas era uma professora, ao que tudo indica sem formação em uma escola normal, que dependia do apoio financeiro de seus ex-

alunos para viver e da imagem pública deles para ser notada. O destinatário dessa mesma documentação era um *homem de letras*, reconhecido como tal no cenário nacional, que ocupou os mais altos cargos da República e foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras.

Os intelectuais mediadores se ressentem da falta de reconhecimento do trabalho que costumam exercer e sem o qual as ideias nem são produzidas e nem circulam na sociedade. Uma razão para essas diferenças, disseram Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016, p.17), eram as “disputas travadas nos meios intelectuais por reconhecimento, autoridade, posições e públicos”. Em meio a esse jogo de brios, entre os séculos XIX e XX principalmente, os intelectuais criadores passaram a dispor de instituições que legitimavam o seu trabalho, ao passo em que os intelectuais mediadores foram engolidos pelo mercado profissional em meio à taylorização dos processos de editoração e da precarização das condições do trabalho docente – em concomitância com a sua feminização – etc. Essas circunstâncias, a propósito, explicam os destinos mais ou menos gloriosos que esses dois sujeitos tiveram em suas velhices, mas também os motivos pelos quais foi permitido ao filho do senhor de engenho ou à filha bastarda do herdeiro cego de uma família arrasada ocupar determinados espaços.

A elaboração de uma carta carece de “tempo, disciplina, reflexão e confiança” (GOMES, 2004, p.19). Mais do que isso, trata-se de uma prática eminentemente relacional e que depende muito dos

códigos que um dos correspondentes emite para o outro. Esse pacto epistolar, no entanto, estava permeado de estratégias de comunicação, jogos de afetos e considerações. Observe-se o que fazia a professora, na maioria dos casos não precisava pedir explicitamente que o ex-aluno remetesse alguma quantia, bastava informar dos muitos outros que o fizeram e das péssimas condições em que vivia. Também não era preciso cobrar atenção, ainda que ela o tenha feito, porém quando já tinha mais intimidade. Era suficiente reclamar o pouco caso que lhe davam ou informar que soube por outros do que acontecia na vida do destinatário. Ainda mais prestigiosos eram os relatos em que falava com orgulho das conquistas dele, mostrando sempre como aquilo tudo fazia parte de uma longa estrada, que ela havia iniciado.

Em meio a essa longa trajetória permeada por muitas cartas, a professora de primeiras letras e o intelectual e político renomado constituíram uma narrativa que se estabelecia como uma espécie de mito de fundação da vida profissional de ambos. Esse mito, evidentemente, mudou com o tempo e ganhou os contornos que o tempo presente lhe conferia. O que importa perceber desse processo, sobretudo, é que a narrativa elaborada entre cartas ultrapassou, em muito, o espaço dos dois correspondentes, tomando lugares em suas vidas e no espaço público de maneira geral. Ele consolidaria, com esses relatos de vida, a posição de um *homem de letras*, legitimado pela imprensa e pelos pares; ela arranjaria para si uma ambiência própria em Areia, associada sempre ao nome dele e com um pé importante na história daquela cidade.

Referências

ALMEIDA, José Américo de. *Antes que me esqueça*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996[1986]. p.74-82.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKESMAN, Sergio. *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1984.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe siècle*. Paris: PUF, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1985[1959].

GOMES, Angela de Castro. O ministro e a sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: _____. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2000. p.13-47.

_____. (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004.

_____.; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016.

GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2004. p.163-193.

OFFERLÉ, Michel. *Los partidos políticos*. Traducción de Cristián Vila Riquelme. Santiago: LOM, 2004[1987].

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Unicamp, 2007[2000].

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: l'écas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de L'IHTP*, n.20, mars. 1992.

XAVIER, Wilson José Félix. *Razões e sensibilidades*: um estudo sobre a construção do imaginário da docência feminina (1865-1917). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

Recebido em 20/12/18 aceito para publicação em 05/07/19

Iremos, na República, desforrar o tempo perdido: trajetória intelectual de Afrânio Peixoto

Michelle de Paula Pupo¹

Resumo: Afrânio Peixoto (1876-1947), intelectual, cientista e literato, formou-se em medicina em 1897 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Chega ao Rio de Janeiro no início da República, neste período a cidade estava passando por amplas reformas que buscavam a modernização do Brasil, que era considerado uma nação atrasada. Os intelectuais tomam como sua missão a modernização do país, para isso era preciso eliminar as "classes perigosas", os "degenerados" e limpar o Brasil do seu passado escravocrata e dos efeitos da miscigenação, era preciso sanear e higienizar o país, para alcançar o progresso. Essas reflexões e debates que perpassam e influenciam as obras de Afrânio Peixoto, tanto as científicas quanto as literárias, que se consagra um intelectual, devido à variedade de campos onde atuou como a Academia Nacional de Medicina, Academia Brasileira de Letras, Liga de Higiene Mental e diversas outras.

Palavras-chave: Intelectuais, Trajetória, Afrânio Peixoto

Abstract: Afrânio Peixoto (1876-1947), intellectual, scientist and literate, graduated in medicine in 1897 by the Faculty of Medicine of Bahia. Arriving in Rio de Janeiro at the beginning of the Republic, in this period the city was undergoing extensive reforms that sought a modernization of Brazil, which was considered a backward nation. The intellectuals took as their mission a modernization of the country, in order to eliminate the "dangerous classes", the "degenerates" and to cleanse Brazil from its slave-owning world and the effects of miscegenation, it was necessary to cleanse and sanitize the country in order to achieve the progress. These reflections and debates that permeate and influence the works of Afrânio Peixoto, both as scientific and literary, which is consecrated intellectual for acting in a diversity of fields as National Academy of Medicine, Brazilian Academy of Letters, Liga de Higiene Mental and several others.

Keywords: Intellectuals, Trajectory, Afrânio Peixoto

¹ Possui graduação em ciências sociais pela Faculdade Sagrada Família (FASF), e mestranda em História, cultura e identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Financiamento CAPES. E-mail: michellepupo18@gmail.com

Sanear, higienizar e eugenizar, são palavras frequentes nas discussões intelectuais no início do século XX, com a instauração da República. Em busca da modernização do Brasil, que aos olhos europeus era um país atrasado. Com o fim do regime de trabalho escravocrata, se busca modernizar o país e a ciência se apresentava para cumprir essa missão. Estabelecendo novos valores e novas condutas para o espaço urbano.

Buscamos neste artigo, traçar a trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, médico, cientista e literato, presente neste contexto de inserção da cidade do Rio de Janeiro nos eixos da modernização. Buscamos focar no período de formação e atuação de Afrânio Peixoto, buscando analisar os campos que transitou, as suas redes de sociabilidade e as instituições que frequentou que o legitimaram enquanto intelectual deste período.

A trajetória intelectual de Afrânio Peixoto será analisada, tendo em vista sua participação em associações e instituições que vieram posteriormente influenciar seu pensamento e suas obras, visando perceber sua inserção no campo médico e disputas travadas nas instituições científicas. Sua trajetória será pensada a partir da história intelectual e pensando dentro dessa perspectiva a autora Helenice Rodrigues da Silva nos apresenta algumas possibilidades de análise:

[...] a história intelectual parece visar, essencialmente, a dois eixos de análise: por um lado, o funcionamento de uma sociedade intelectual (o conceito de ‘campo’ de Bourdieu), ou seja, suas práticas, suas estratégias, seus habitus; por outro, as características de um momento histórico e

conjuntural [...] que impõem visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais. Em outras palavras, a história intelectual deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos. (SILVA, 2002, p. 12)

Outra constatação que nos traz Silva (2002), é que uma análise por meio da história intelectual deve privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto, ou seja, considerar a obra em relação à formação social e cultural do autor dentro do seu campo de produção. Por isso, perceber o intelectual como fruto do seu tempo e das discussões presentes na época perceptível em suas obras. Por isso a importância de não separar o intelectual do seu contexto, e dos campos e instituições que participa, isso é fundamental para poder compreendê-lo. Pois, para Dosse (2007), a legitimidade de um intelectual não depende somente da sua obra, revista, colóquios, mas também da sua sociabilidade, no mundo universitário, editorial e midiático.

Para este artigo foi realizado uma revisão bibliográfica de trabalhos que já abordam a trajetória de Afrânio Peixoto como Santos (2017), Silva (2014). Complementamos o texto com publicações de jornais do período como o Jornal do Comércio e do Jornal Correio da Manhã. Utilizamos também as obras produzidas por Afrânio Peixoto, que demonstram o reflexo do pensamento dele e do pensamento médico do período para compreensão de como se formula alguns discursos como o de higienização, eugenia dentre outros no início da República.

Do sertão para a capital federal: Trajetória intelectual de Afrânio Peixoto

A bordo do *Magdalena* chegou hontem a esta capital o Dr. Júlio Afrânio Peixoto, nomeado Comissário de Hygiene desta Capital. O Dr. Afrânio Peixoto exercia o cargo de preparador de medicina legal e hygiene, na Faculdade de Medicina da Bahia, e o de professor de Medicina Legal da Faculdade Livre de Direito do mesmo Estado, sendo autor de várias obras scientificas e literárias. (Jornal do Commercio, 14/10/1902).

No dia 13 novembro 1902, chegou a cidade do Rio de Janeiro o jovem médico baiano Júlio Afrânio Peixoto. A cidade no período era a Capital Federal do Brasil e palco de grandes transformações que vieram com a Proclamação da República no país. A chegada da República significou para os brasileiros uma adequação a nova ordem e aos novos costumes estabelecidos, com a intenção de modernizar o país, que era considerado atrasado, em comparação aos países europeus. Segundo Sevckenko (1998), a cidade do Rio de Janeiro era o alvo dessas transformações, pois como capital federal era a vitrine do país.

A construção deste novo ideário moderno, se tornou uma tarefa dos chamados homens de ciência desde a reforma do espaço físico até as mudanças nos ideais e valores da sociedade.

Os chamados “homens da ciência”, segundo Herschmann (1996), durante a passagem do século XIX para o século XX, tinham em discussão a construção de um ideário moderno brasileiro, essa temática interessava e atingia vários campos intelectuais, como: a medicina, o direito, higienistas, sanitaristas, engenheiros e políticos brasileiros em geral, com o objetivo de “salvar” a nação e recuperar o

atraso brasileiro. Esses intelectuais não ficavam restritos apenas a sua especialidade, mas interferiam em vários campos ou esferas sociais.

Segundo Sevcenko (1998), uma das primeiras medidas das elites após a Proclamação da República, foi a abertura da economia aos capitais estrangeiros, permissão para bancos privados emitirem moeda. O objetivo era promover uma industrialização imediata e a modernização do país. A cidade do Rio de Janeiro, que no período era a capital federal brasileira, foi um grande alvo de modernização, pois como capital ela era a vitrine do país.

Após a abolição da escravidão em 1888, a capital tinha na sua maioria uma população negra e mestiça, remanescentes de escravos e ex-escravos. Esses indivíduos migraram das fazendas de café em busca de novas oportunidades nas funções ligadas às atividades portuárias da cidade. Se concentraram em antigos casarões no centro da cidade que com o tempo foram se degradando devido ao acúmulo de pessoas populacional naquele perímetro, vivendo em precárias condições sanitárias. A cidade do Rio de Janeiro apresentava uma série de endemias, foco de difteria, malária, tuberculose, febre amarela, sífilis dentre outras. (SEVCENKO, 1998).

No período colonial, segundo Costa (1999) a higienização das famílias era voltada apenas para elite, os escravos apareciam como problema para os médicos, pois o escravo não era livre, não possuíam nenhum direito e viam esses indivíduos como uma resistência a normalização, era, portanto, necessário incluí-los e transformá-los em agente dessa mudança sem mudar sua posição social.

Até o século XIX, a sexualidade interferia muito pouco na estabilidade familiar. A solidez de um casal não dependia do nível de sexualidade que permeasse a relação. O exercício sexual no casamento restringia-se à cópula com vistas à procriação. O sexo tinha um andamento conjugal oculto, isento de comentário público (COSTA, 1999, p.226).

Os cortiços já apareciam como problema desde o Império, segundo Chalhoub (1996), nos cortiços habitavam pessoas que na sua grande maioria eram escravos e recém-libertos, vistos pelas autoridades como “valhacouto de desordeiros”. A pobreza era suficiente para considerar um indivíduo malfeitor, também apareciam como perigo de contágio, era necessário a repressão aos maus hábitos e a educação dos menores. As habitações coletivas eram vistas como foco de doenças e propagação de vícios, por isso era necessária sua derrubada e afastamento dessa população “indesejada” do centro da cidade. Segundo Schwarcz (1993), a cidade passou a ser um palco de conflitos, personificado pelas “camadas perigosas”.

Visto essas dificuldades apresentadas, as autoridades conceberam um plano de três dimensões: a modernização do porto liderada pelo engenheiro Lauro Müller, o saneamento da cidade liderada pelo médico Oswaldo Cruz e a reforma urbana liderada pelo engenheiro e urbanista Pereira Passos. Tinham o objetivo de resolver os problemas apresentados. Houve a demolição das residências no entorno do porto, principalmente as mais pobres, sem nenhuma indenização.

Alguns movimentos surgiram como resistência a este projeto de modernização, a exemplo a Revolta da Vacina que ocorreu em 1904.

Os chamados “homens da ciência”, segundo Herschmann (1996), durante a passagem do século XIX para o século XX, tinham em discussão a construção de um ideário moderno brasileiro, essa temática interessava e atingia vários campos intelectuais, como: a medicina, o direito, higienistas, sanitaristas, engenheiros e políticos brasileiros em geral, com o objetivo de “salvar” a nação e recuperar o atraso brasileiro. Esses intelectuais não ficavam restritos apenas a sua especialidade, mas interferiam em vários campos ou esferas sociais.

Segundo Santos (2017), Afrânio Peixoto chegou ao Rio de Janeiro com uma carta de recomendação que pediu ao governador do Estado da Bahia, Severino Vieira, que proporcionou a ele chegar ao Rio “com o pé direito”. Os grupos com o qual Afrânio Peixoto, dialogou na sua chegada à capital, ajudaram a definir o rumo dos seus posicionamentos. Aproximou-se de Carlos Peixoto Filho¹⁵, que também havia acabado de chegar ao Rio de Janeiro para exercer o cargo de Deputado Federal por Minas Gerais, que proporcionou a Afrânio Peixoto um amplo debate sobre política assim como sua inserção em rodas de conversas e debates.

A consolidação e legitimação de um intelectual não se dá somente pela formação científica, mas pelas redes de sociabilidade em que este está inserido, como também associações e instituições que participa. Todo intelectual está inserido em um contexto e suas redes de

sociabilidades não podem ser ignoradas e essas redes mudam conforme o contexto.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade ou gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2014, p.248).

Esses intelectuais –cientistas, formularam modelos de condutas, conjunto de valores, como também a imagem do país, orientando os indivíduos na construção de uma sociedade civilizada.

Afrânio Peixoto chega à cidade do Rio de Janeiro com a ambição de se tornar professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e um intelectual reconhecido, com o objetivo de contribuir com a nação. E Compreender o campo médico é de extrema importância, para compreender como os agentes se confrontam nesses espaços.

[...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Durante o período analisado a ciência se organizava em campos, o campo médico, o campo das letras, campo político, dentre outros, a

grande maioria dos intelectuais transitavam em vários deles, mesmo essa não sendo a sua especialidade, dentro desses campos vai haver disputas e conflitos, esses campos não se dão de forma homogênea.

Afrânio Peixoto, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1897 com a tese *Epilepsia e Crime*, tese prefaciada por dois professores reconhecidos no campo médico Juliano Moreira e Nina Rodrigues. Em 1902 mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde recebeu o convite do médico Juliano Moreira para trabalhar como inspetor de saúde pública no Hospital de Alienados, onde em 1904 foi diretor. Afrânio também dirigiu o Instituto médico legal do Rio de Janeiro, e, em 1911, se tornou membro da Academia Brasileira de Letras, empossado dois anos depois como professor da cátedra de medicina pública da Faculdade de Direito. Em 1916, assumiu a cátedra de medicina pública da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro ocupando a cadeira de higiene. Em 1924 foi eleito deputado federal da Bahia.

Visto esse breve histórico dos cargos exercidos por Afrânio Peixoto, percebemos que sua atuação não ficou somente limitada ao campo médico, ele transitou também no campo das letras e no campo político, e também publicou diversas obras, na área da educação, história. Participou também da Liga de Higiene mental e Academia Nacional de Medicina, como também redator da Gazeta Médica da Bahia.

Segundo Leclerc (2004), o intelectual ultrapassa seu campo de competência profissional para falar das coisas onde ele não é

especialista, mas que ele se julga implicado e preocupado. Percebemos isso na figura de Afrânio Peixoto. A história de Afrânio se entrelaça com a de outros intelectuais do período como também da própria legitimação do campo científico. A atuação da medicina como caminho para construção de uma nação civilizada e moderna.

O cientista, o literato, o intelectual devem ser assim compreendidos na sua condição de atores sociais, cujo desempenho se dá num contexto específico e por intermédio de sua atuação em diferentes campos sociais. Desenvolvem estratégias interagindo, portanto, com diferentes atores, instituições e grupos. (STANCIK, 2005, p.47).

Segundo Herschmann (1996), os médicos foram os primeiros cientistas a assumirem o papel de modernização do país no contexto de início da República. Neste período o Estado passa a ser responsável pela organização social e interfere de forma mais direta na sociedade civil. A medicina vai atuar de forma preventiva, atuando na normatização da vida social, sendo responsável pela orientação da vida privada dos indivíduos, criando e se baseando no modelo de família burguesa, atuando sobre o corpo, sexo e higiene, tendo como objetivo fazer com que homens e mulheres desempenhassem seu papel de reprodutores de uma nação “sadia” e “pura”.

As Faculdades de medicina no Brasil, o campo e instituições médicas

Neste período no Brasil, haviam duas Faculdades de Medicina de maior relevância a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro², as duas possuíam perspectivas diferentes. Segundo Schwarcz (1993), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro buscava sua identidade e originalidade na descoberta de doenças tropicais (febre amarela, doença de Chagas), sanadas por programas higiênicos. A Faculdade de medicina da Bahia acreditava que o cruzamento racial era o grande problema, mas também a diferença, para os baianos o cruzamento racial explica a criminalidade, a loucura, a degeneração e para os cariocas o convívio das diferentes raças seria o maior responsável pelas doenças e obstáculo a perfectibilidade biológica.

Segundo Schwarcz (1993), em 1880, a Faculdade de Medicina da Bahia, dava ênfase em estudos sobre a população contaminadas por moléstias infectocontagiosas. Em 1890, surgiu a chamada medicina legal, com o surgimento da figura do perito, que juntamente com a polícia explicariam a criminalidade e a loucura. E em 1930, o surgimento dos estudos eugenistas, buscavam separar uma população “enferma” da sã, a partir desta perspectiva viam que através da

² Neste período também foram fundadas a Faculdade de Medicina de da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1898 e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo fundada em 1912, mas não tinham tanta relevância e influência como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia.

miscigenação, se poderia prevenir a loucura e compreender a criminalidade e a degeneração.

Essas características hereditárias eram abordadas pelos teóricos raciais e eugênicos que estavam em alta na Europa, influenciaram o saber médico no Brasil. Segundo Barbosa (2016), essas teorias tinham a ciência como base para analisar características raciais e na Europa o objetivo era promover uma raça como a melhor entre as demais, e que esta raça seria promovida para governar as demais. A eugenia buscava o aperfeiçoamento da espécie humana, selecionar os melhores seres humanos segundo seus critérios de classificação, para transmissão dessas características e melhorar os próximos descendentes, e no Brasil essa proposta se apresentou com a intenção de salvar a nação, buscando um branqueamento da população. Grandes intelectuais se apoiaram nessas ideias como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues, que foi uma das grandes referências de Afrânio Peixoto.

De acordo com Herschmann (1996), a medicina era um campo médico em construção e queria se colocar como uma ciência que resolveria os problemas do país. Mesmo possuindo um perfil inovador e com caráter científico, os discursos médicos eram perpassados pelo caráter moral e religioso, pois viam que a medicina teria também um papel moral.

Ainda de acordo com Herschmann (1996), Afrânio Peixoto foi um dos intelectuais de grande importância nesse período e o que mais atingiu outros campos do saber, e culpava os bacharéis pelo estado em que o Brasil se encontrava, para ele a retórica dos bacharéis deveria ser

substituída pela intervenção dos médicos e engenheiros. Para o médico a principal causa do mal brasileiro era a má formação e a falta de informação sendo necessário a construção de um projeto pedagógico. Apesar de muito influenciado pelas teorias lombrosianas também defendia a visão de uma educação pautada na higiene, uma medicina preventiva. A exemplo estão os dois volumes da obra *Higiene* (1922), escrita pelo médico.

Durante sua formação acadêmica, de acordo com Santos (2017), Afrânio Peixoto se inscreveu como assistente de laboratório de prática de medicina legal de Nina Rodrigues e o auxiliou em diversos trabalhos. Foi através de Nina Rodrigues, que Peixoto realizou suas primeiras pesquisas e intervenções no campo médico e embora tenha resinificado alguns ensinamentos, sua atuação médica sempre foi referenciada a Nina Rodrigues e à medicina legal. Primeiramente, porque os estudos realizados dentro da Faculdade de Medicina da Bahia, sobre clima tropical e possíveis doenças climáticas, se manifestaram como tentativa de conferir viabilidade para a nação.

Segundo Santos (2017) que analisa a autobiografia de Afrânio Peixoto, traz que a formação medicina foi um momento importante para Afrânio, e em algumas ocasiões o médico relata que teve uma educação diferenciada com os mestres baianos e que a Faculdade de medicina da Bahia, dispunha de uma educação melhor do que a ensinada na capital. Entretanto, o Rio de Janeiro tornou-se sua ambição, quando percebeu sua predileção à intelectualidade. Tinha como objetivo ministrar aulas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a capital do seu país. Isso

se deu devido ao pensamento que demonstrava que, para se pensar o Brasil era necessário estar presente no centro dos grandes debates, a capital federal, o Rio de Janeiro.

Percebemos aqui com a análise de Santos (2017), que Afrânio teve uma preocupação em fazer uma autobiografia, uma escrita de si. Segundo Bourdieu (1996, p.75), a narrativa autobiográfica se preocupa em “atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva [...] entre estados sucessivos constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário”.

As ciências de Afrânio Peixoto: Psiquiatria, higiene e medicina legal

Afrânio Peixoto chegou a capital federal com uma carta de recomendação que pediu ao governador do Estado da Bahia Severino Vieira, que para Afrânio Peixoto o permitiu chegar ao Rio “com o pé direito”. Os grupos com o qual Afrânio Peixoto, dialogou na sua chegada à capital, ajudaram a definir o rumo dos seus posicionamentos. Aproximou-se de Carlos Peixoto Filho³, que havia acabado de chegar

³Carlos Peixoto de Melo Filho nasceu na cidade de Ubá (MG) em 1871, filho de Carlos Peixoto de Melo. Seu pai foi deputado geral e senador por Minas Gerais. Formou-se em direito em 1890 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi prefeito de Ubá em 1896 e lutou para garantir a autonomia do município. Em 1903, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1903-1905. Reeleito para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, foi presidente da Câmara dos Deputados de 1907 a 1909. Partidário do civilismo, combateu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da república em 1910. Tornou a se eleger deputado federal em 1915, com mandato até 1917. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Faleceu na cidade de Ubá em 1917. (Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO%20FILHO,%20Carlos%20Peixoto%20de.pdf>, acessado em 14/05/2018).

ao Rio de Janeiro para exercer o cargo de Deputado Federal por Minas Gerais, proporcionou a Afrânio um amplo debate sobre política assim como sua inserção em rodas de conversas e debates.

Ainda segundo Santos (2017), morou alguns meses no Grande Hotel do Largo da Lapa, e depois junto com Miguel Calmon, Carlos Peixoto Filho, Primitivo Moacyr e Eloy de Souza, decidiram alugar uma casa que ficou conhecida por “casa das Laranjeiras”. Exceto Afrânio Peixoto, todos os outros colegas estavam envolvidos com carreiras parlamentares. A casa, estava sempre repleta de homens representativos do cenário político e cultural. Este primeiro grupo com quem Afrânio teve contato quando chega a capital federal e as relações que foram estabelecidas por eles foram significativas para a construção do pensamento médico sobre a realidade brasileira.

Em 1902, foi nomeado secretário da diretoria geral de saúde pública, e como diretor foi nomeado um médico também jovem e promissor da época Oswaldo Cruz, no governo de Rodrigues Alves⁴. Segundo Santos (2017), foi recusado por Oswaldo Cruz, que alegava não conhecer a figura de Afrânio e que já havia prometido o cargo a um amigo.

⁴O governo de Rodrigues Alves foi um marco no que diz respeito “à busca por um novo tempo”. Segundo Jeffrey Needell, esse governo caracterizou-se pela intensa preocupação com as transformações sociais e culturais que derrubariam a ideia de um passado colonial e dariam início a um tempo moderno e civilizado. Neste sentido, foram empreendidas diversas reformas, das quais destacaram-se duas: a reforma urbana e a reforma na saúde. Segundo Nara Britto, tratava-se de “um projeto inovador na época, de mudanças na saúde pública brasileira, que, entre outros objetivos, visava combater as doenças endêmicas”.(SANTOS, 2017, p.167).

Segundo Santos (2017), como forma de se desculpar, Oswaldo Cruz ofereceu a Afrânio Peixoto a direção do Hospital de Jururuba, mas ele recusou, alegando que era um lugar onde se recolhiam os “pestosos” e que não tinha capacidade clínica para exercer o cargo e também anunciou que estaria saindo do seu lugar de médico da saúde pública, que não queria exercer funções de dependência de Oswaldo Cruz, ficando sem nenhum emprego no Rio de Janeiro. Consegue então cargo no Hospital Nacional de Alienados, devido a sua aproximação com Juliano Moreira, que no momento era o atual diretor do Hospital.

Segundo Silva (2014), a reforma do Hospital Nacional de Alienados, fazia parte de um projeto de saneamento, pois a instituição estaria mergulhada em uma decadência moral e material e essa reforma era vista como obra de humanidade e civilização.

Em 1904, Afrânio Peixoto foi nomeado diretor do Hospital Nacional de Alienados, segundo Sales (2011), essa nomeação se deu devido ao adoecimento de Juliano Moreira. Dá então continuidade ao projeto de reforma de Moreira:

Na direção do Hospício dá continuidade à obra iniciado por Juliano, destacando-se, entre as novas instalações inauguradas durante a sua administração, uma usina geradora de eletricidade, uma cozinha à vapor, oficina de tipografia, laboratório de anatomia patológica, balneoterapia, massagens, laboratório de antropometria e psicologia, gabinete dentário, sala de cirurgia, laboratório fotográfico, escola para crianças débeis e curso de enfermagem, biblioteca para os médicos e outra para os doentes internados, além da publicação do primeiro volume dos *Arquivos* (de psiquiatria). (SALES, 2001, p. 10).

Neste período cresce as publicações de Afrânio Peixoto na área da psiquiatria, principalmente com a criação dos *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e ScienciasAffins*⁵, na companhia de Juliano Moreira.

Segundo Wanderley e Neto (2016), Afrânio Peixoto com a influência do médico Juliano Moreira se aproximou do campo psiquiátrico trabalhando dentro do Hospital de Alienados, recebendo o título de membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Afrânio Peixoto e Juliano Moreira vieram a criar os Arquivos brasileiros de psiquiatria, neurologia e ciências afins, como forma de legitimação dos discursos médicos e científicos, criando também a Sociedade brasileira de psiquiatria, neurologia e medicina legal em 1907.

A partir de sua tese, Afrânio Peixoto, ampliou seus debates no ambiente científico, voltando-se para as questões de nacionalidade. Segundo Santos (2017), foi a partir de ensinamentos referentes ao clima e as condições mesológicas que começou a pensar o Brasil e os

⁵ Surgido em 1905, o Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins foi o primeiro periódico brasileiro especializado na área. Com o nome de Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, tornou-se, em 1908, veículo de divulgação da Sociedade com o mesmo nome. A partir de 1919 foi publicado como Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. O periódico traz as propostas para a psiquiatria brasileira lideradas por Juliano Moreira, diretor do Hospício Nacional e da Assistência a Alienados do Distrito Federal. Por veicular trabalhos de profissionais do Hospício Nacional, é fonte fundamental para a investigação dos processos diagnósticos e das práticas clínicas e terapêuticas do período. Apresenta-se aqui uma seleção de artigos publicados na revista entre 1905 e 1930, ano da aposentadoria de Moreira. (FACCHINETTI, CUPELLO, EVANGELISTA, 2010, p. 1. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702010000600015&script=sci_abstract&tlng=pt, acessado em 14/05/2018).

brasileiros. Em 1916, assumiu a cátedra de medicina pública da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, ocupando a cadeira de higiene, realizando seu tão almejado sonho quando vem para o Rio de Janeiro. No período em questão estavam em alta debates em torno do higienismo, sanitarismo e ideias eugênicas, presentes nos discursos da intelectualidade do período.

As ideias dos teóricos raciais e eugênicos que estavam em alta na Europa, vem também a influenciar o Brasil. Segundo Barbosa (2016), essas teorias tinham a ciência como base para analisar características raciais e na Europa o objetivo era promover uma raça como a melhor entre as demais, e que esta raça seria promovida para governar as demais. A eugenia buscava o aperfeiçoamento da espécie humana, selecionar os melhores seres humanos segundo seus critérios de classificação, para transmissão dessas características e melhorar os próximos descendentes, e no Brasil essa proposta se apresentou com a intenção de salvar a nação, buscando um branqueamento da população. Grandes intelectuais se apoiaram nessas ideias como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues, que foi uma das grandes referências de Afrânio Peixoto.

Segundo Souza (2012), em 1910 a hora da eugenia parecia ter chegado ao Brasil, com a influência do médico e farmacêutico Renato Kehl, grande propagandista das teorias eugênicas no Brasil. O cenário brasileiro era marcado pela grande presença de negros recém-saídos do regime escravista, como também uma grande presença de mestiços e indígenas. Um país com clima tropical, marcado pela pobreza, visto

pelo mundo como uma país de incapazes e degenerados. Boa parte dos intelectuais buscava construir um discurso menos pessimista sobre o futuro da nação.

Ainda segundo Souza (2012), os discursos eugênicos eram confundidos com os discursos sanitaristas, visto que as primeiras obras de caráter eugênico estavam associadas pelo ideário do movimento.

O que possibilitava a união entre a eugenia e as idéias higiênico-sanitárias, quando não a sua inconfundível associação, foi o fundo neolamarckista e sua convicção na transmissão dos caracteres adquiridos. (SOUZA, 2012, p.8)

Alguns intelectuais viam a eugenia como a mesma coisa que o saneamento, como para Olegário de Moura que “sanear é eugenizar” e para Belisário da Penna que via o saneamento, a higiene e a medicina social como alicerces da eugenia.

O estilo neolamarckiano reformista da eugenia foi representado em sua forma mais pura, talvez, nas campanhas antialcoólicas da década de 1920. De há muito encarado como problema social e moral característico da população pobre e negra, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como ‘inimigo da raça’ porque o ‘vício’ provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à delinquência juvenil, à prostituição e às doenças mentais entre os pobres das zonas rurais e urbanas. O higienista e eugenista Afrânio Peixoto, por exemplo, afirmou que o álcool causava degeneração racial porque os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância a meningite, convulsões, deficiência mental, loucura e crime (PEIXOTO, 1936, apud, STEPAN, 2004, p. 350).

De acordo com Herschmann (1996), Afrânio Peixoto foi um dos intelectuais de grande importância nesse período e o que mais atingiu outros campos do saber, e culpava os bacharéis pelo estado em que o Brasil se encontrava, para ele a retórica dos bacharéis deveria ser substituída pela intervenção dos médicos e engenheiros. Para o médico a principal causa do mal brasileiro era a má formação e a falta de informação sendo necessário a construção de um projeto pedagógico. Apesar de muito influenciado pelas teorias lombrosianas também defendia a visão de uma educação pautada na higiene, uma medicina preventiva. A exemplo estão os dois volumes da obra Higiene (1922), escrita pelo médico.

A visão eugênica em Afrânio não era pessimista a respeito da miscigenação, mas abordou com uma perspectiva higienista, apostando na higiene como forma de compensar os “desfavoráveis” de características raciais, apoiava a vinda de imigrantes de preferência brancos e europeus com o objetivo de branquear a população brasileira.

Segundo Peixoto (1922), a higiene não se interessa somente pelo indivíduo, mas pelo sua ascendência e descendência, pela visão de Darwin os ascendentes transmitem aos seus descendentes seus caracteres gerais e individuais, mas nem sempre estes caracteres são felizes, vindo a surgir deformações e degenerações, sendo necessário um auto-saneamento da espécie, vindo a ser feito pela eugenia, que garantiria uma raça pura e saudável.

Segundo Stepan (2005), em 1918 foi fundada no Brasil a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira sociedade de eugenia

brasileira, poucos meses mais tarde vindo a nascer também na Argentina e somente seis anos após nasce na França e em dez anos na Inglaterra. Isto demonstrou que os médicos brasileiros estavam empenhados com essa discussão e que esses acontecimentos tinham uma relação maior com a América Latina do que com os Europeus. Um dos fatores seria a Primeira Guerra Mundial, a queda dos países europeus a barbárie, projetou o nascimento de um forte nacionalismo nos países latinos visto que os países europeus determinavam o que era “civilizado” como também apresentavam os países latinos como atrasados. Outro fator seria a necessidade de encontrar soluções próprias para os problemas da América Latina.

Na segunda década do século XX, a pobreza e a saúde dos mais pobres se tornam uma questão nacional, os negros e mulatos eram os grupos que mais inquietavam os médicos sanitaristas, que presumiam que doenças sociais se acumulavam pela hierarquia sócio-racial, a exemplo os pobres seriam pobres porque seriam indivíduos anti-higiênicos, sujos, ignorante e hierarquicamente inadequados. Nesta década a pobreza, a migração e imigração levaram o país a um período de radicalização política, com protestos e deflagração da primeira greve nacional em 1917. Neste mesmo período alguns médicos fizeram a primeira defesa nacional da eugenia como um caminho capaz de aliviar as tensões sociais.

Ainda segundo Stepan (2005), a greve demonstrou o potencial político dos trabalhadores, mas também sua fragilidade frente ao poder das autoridades e o uso da polícia para sufocar as manifestações. A elite

temia a violência e o perigo que os negros e mulatos representavam e os retratavam como preguiçosos, indisciplinados, doentes e em permanente vagabundagem.

Essas demonstrações nos levam ao conceito de “classes perigosas” Chalhoub (1996), pois o higienismo tinha como objetivo segregar e eliminar esta população dos centros urbanos, pois estes tornavam o ambiente insalubre e propagador de doenças. Os pobres seriam viciosos, a ociosidade do trabalho geraria malfeitores, portanto aqueles que viviam na pobreza carregavam vícios, os trabalhadores honestos escapariam a pobreza. A pobreza seria suficiente para considerar um indivíduo malfeitor, eles também apareciam como perigo de contágio, por isso seria necessário a repressão aos vícios e mau hábitos.

Em sua obra *Elementos de Higiene* (1913), Afrânio Peixoto demonstra preocupação sobre a procriação dos indivíduos, o desenvolvimento perfeito da criança bem como sua educação e sua saúde que convêm ao indivíduo e também a sua raça.

A escolha sexual de dois individuos aptos áprocreação, em que os interesses da atração reciproca dominem os subalternos das conveniencias sociais; a procreação, no momento propicio da maturidade genesica de ambos; a cultura adequada no seio materno do ser produzido, de sorte a lhe permitir o desenvolvimento perfeito, o nascimento; a criação; a educação; o exercicio; a vida, em suma, regrada para proteger, defender, permitir, facilitar entre as causas occorrentes variadas, nocivas e proficuas, as que convem ao individuo e a raça... é esse todo e máximo desiderato da hijiene, porque a saude, sua preocupação, será a consequencia preparada. (PEIXOTO, 1913, p. 355-356).

Na obra *Higiene* (1922), volume 1, de Afrânio Peixoto há uma parte dedicada a profilaxia de doenças transmissíveis, para impedir a transmissão dessas doenças na escola, o alvo seriam as crianças.

Para impedir o acesso as doenças transmissíveis na escola é preciso ter a garantia de saúde não só dos alunos em particular, mas de todo o pessoal que serve a educação (mestres, professores) como no entreterimento da casa escolar (guardiãs, serventes, bedéis). A tuberculose, a sífilis, a febre tífica, pelos portadores de bacilos, podem assim, desconhecidas e não afastadas por um diagnóstico oportuno, se propagar aos alunos, em contágio possível e provável. Principalmente as doenças e infecções frequentes na infância exigem reconhecimento pronto, para evitar contágio dos sãos pelos infectuosos e infestados: é o caso do sarampo, da varicela, da varíola, da escarlatina, da erisipela, da coqueluche, da cachumba ou trasorelho, da gripe, da difteria, da sarna da pitíriase, do impetigo, do eczema, da tinea favosa ou tricofílica... ou ainda da meningite cerebro-espinhal, da tuberculose, da sífilis, da febre tífica e outras muitas... (PEIXOTO, 1922, p. 329).

É na família que se concentravam todos os problemas da modernidade, que se apresentava ameaçada. Neste período mulheres e crianças eram os maiores alvos dessas políticas higiênicas, visto que a mulher era quem geraria os futuros filhos da nação e as crianças que deveriam ser educadas higienicamente para que se atingisse o progresso esperado.

Em íntima relação com estes temas estava a própria família, na qual, para muitos, se concentravam todos os problemas da modernidade, ameaçando-a de colapso. As classes médias latino-americanas, antiquadas e formalmente católicas, veneravam a família

tradicional como a instituição fundamental para uma boa sociedade. Nas primeiras décadas do século XX, essa família tradicional parecia cada vez mais ameaçada, seja pela crescente presença de mulheres nos locais de trabalho, seja pelos novos costumes sexuais trazidos pela modernidade e pela imigração, pela prostituição, a prole ilegítima, os abortos ilegais e o alcoolismo que acompanharam a crescente industrialização, as migrações internas, a urbanização e a pauperização. Uma das respostas possíveis ante os dilemas postos por um corpo político doente constituía-se em sanear, moralizar e “eugenizar” a família. (STEPAN, 2005, p. 52).

Segundo Stepan (2005), uma população saudável e apta era considerada essencial para uma riqueza material. As altas taxas de enfermidades eram vistas como abomináveis e um empecilho para o progresso. Na medida em que cresciam as expectativas quanto ao controle das enfermidades, as doenças associadas a pobreza como as infecções venéreas, tuberculose, alcoolismo, forçavam a expandir as fronteiras do conhecimento médico.

Segundo Herschmann (1996), os literatos também buscavam formas de captar a realidade através dos métodos científicos, como forma de contribuição para a construção da nacionalidade, com base no naturalismo estético, que tinha o compromisso de relatar a realidade como ela se apresentava. Assim como houve a aproximação dos literatos com o campo científico também houve a aproximação de cientistas com o campo literário, como forma de consolidar sua carreira de intelectuais.

Afrânio assim como esses intelectuais, transitou no campo das letras, entrou para a Academia Brasileira de Letras no ano de 1911, com a obra *Elementos de Medicina Legal* (1910) e após três meses da sua eleição lança a obra literária *A esfinge* (1911). Segundo Santos (2017), o médico baiano percebeu nesta atividade uma forma de ganhar visibilidade nacional. Para Afrânio, os intelectuais deveriam exercer o papel de guiar o povo e elaborar materiais para sua educação. Elaborou várias obras no estilo de manuais como os dois volumes de *Higiene* (1922) (1922), *Elementos de medicina legal* (1910), *Eunice ou a educação da mulher* (1936), *Noções de história da literatura geral* (1932), *Noções de História da educação* (1931)⁶.

Seus romances também refletem qual seria a percepção do médico, sobre o papel da atuação intelectual no país:

Os romances de Afrânio Peixoto são o exemplo maior daquilo que o médico entendia como atuação intelectual: cativar pela forma e instruir pelo conteúdo. O intelectual militante perpassa toda a sua escrita literária. Sua crença na possibilidade de transformação do homem a partir da educação, aliado a uma militância científica e nacionalista conduziram a construção de romances em que os leitores, muitas vezes, eram tratados como ouvintes de um conferencista. Assim, amplas palestras sobre higiene, criminologia, história, psicologia foram levadas a cabo por meio dos enredos literários. A geografia, o clima do sertão e a índole dos sertanejos foram vistas como objetos clínicos, analisados a partir de Lamarck, e dos neolamarckistas, de Darwin, Sigmund Freud, Gabriel Tarde, Maeterlinck, Du Bois, Cícero e Chateaubriand, conforme identificou um crítico contemporâneo de Peixoto.⁷⁷⁹ Em outras passagens das obras de Peixoto, é possível identificar a forte presença

⁶ Ano de referência é o ano de publicação das obras.

do naturalismo, conforme demonstrou Lilia Moritz Schwarcz ao afirmar que na obra *A Esfinge* os personagens cediam lugar “as leis naturais” que lhes estreitavam o horizonte, reduzindo-os a meras categorias da ciência. “Muitas vezes - afirmou a autora - longe do enredo, heróis e heroínas abriam espaço para reflexões estranhas àquele local, dando lugar as conclusões [que eram] dos cientistas da época. (SANTOS, 2017, p.247).

A literatura em Afrânio Peixoto, gira em torno de personagens femininas, mito da beleza feminina, geradora do mal. A perspectiva científica também sempre estava associada a valores da família e educação. Baseado no naturalismo e no positivismo a base para a consolidação do campo médico que serviria de base para “civilizar o país”. Os escritos literários de Afrânio não distinguiam do científico, eles possuíam o mesmo fio condutor de ideias.

A Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Medicina, Liga de Higiene Mental, assim como outras sociedades e instituições, se tornam o palco de disputas hegemônicas como também de conflitos e discordâncias entre os intelectuais, não sendo instituições que formam pensamentos homogêneos. Segundo Bourdieu(2010), o campo intelectual se relaciona com outros campos como o literário e o científico, pela circulação dos indivíduos entre eles, mas o que aproxima a todos é o capital simbólico que representa, o reconhecimento, a consagração.

Afrânio Peixoto e Carlos Chagas disputas e reafirmações

Pensando as instituições como espaços hegemônicos, que representam os interesses e conflitos da sociedade civil e política. As

disputas do campo médico também se faziam presente nestes espaços que foram palco dos conflitos e discordâncias médicas entre Afrânio Peixoto e de Carlos Chagas, considerado um dos médicos mais promissores e reconhecido do período pela sua recém descoberta doença que assolava o Brasil, o mal de Chagas.

Conhecida como a doença dos sertões, segundo Kropf (2009), o mal Chagas foi anunciado como descoberta em 1909, por Carlos Chagas, na época pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz. Segundo Lima e Hochman (1996), os pesquisadores do Instituto, realizavam expedições no interior brasileiro com a intenção de mostrar o “Brasil real”, realizando críticas as teorias do determinismo racial

Esses médicos higienistas classificavam o brasileiro como indolente, preguiçoso, improdutivo, porque o país estava abandonado pelas elites, a solução seria saneá-lo e higienizá-lo.

Segundo Kropf (2009), a doença era causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, popularmente conhecido como barbeiro, muito frequente nas casas feitas de pau-a-pique, das áreas rurais. Caracterizado como “doença do Brasil”, logo se tornou símbolo da identidade nacional, caracterizando o país como doente, onde as endemias prejudicavam a produtividade dos trabalhadores.

Segundo Edler (2010), um dos maiores debates do campo médico no início do século XX, foi em torno da chamada medicina tropical. No final do século XIX e início do XX, houve uma busca em tentar desconstruir a ideia de um país insalubre propagado pelos médicos

do período anterior e para combater essa ideia era necessário comprovar a viabilidade da nação.

Segundo Santos (2017), Afrânio considerava ofensivo dizer que haveriam doenças tropicais, ou típicas do clima brasileiro. De certa forma, Afrânio leva como uma ofensa pessoal, visto que sua origem era sertaneja, como também a descoberta da doença causou certo ressentimento nos médicos que não faziam parte das pesquisas do Instituto Oswaldo Cruz como era o caso de Afrânio Peixoto, que se declarou desde o primeiro momento um questionador dos dados e dos diagnósticos lançados Chagas.

Mas o episódio de maior repercussão aconteceu com o discurso de acolhimento de Figueiredo Vasconcelos na Academia Nacional de Medicina, proferido por Afrânio Peixoto em novembro de 1922.

Durante o vosso consulado, podereis ter feito mais, o que clama e o que reclama, mas não o quiseste. Poderíeis ter achado alguns mosquitos, inventado uma doença rara e desconhecida, doença de que se falasse muito, mas quase ninguém conhecesse os doentes, encantoada lá num viveiro sertanejo de vossa província, que magnanimamente distribuireis por alguns milhões de vossos patrícios, acusados de cretinos. Poderíeis ter feito uma reformauntuária gastando cinco vezes mais que Oswaldo Cruz para, para fazer cinquenta vezes menos, mas vos ficariam tempo e saldos para a crítica mercenária aos inimigos que houvésseis provocado. Poderíeis mais, e tudo o que a vaidade sem escrúpulo e a imprudência provocante podem fazer tentar. (PEIXOTO, Afrânio. **Boletim da Academia Nacional de Medicina**, n.20, 1922, p. 723, *apud*, SANTOS 2017, p. 197).

Segundo Kropf (2010), Chagas se sentiu pessoalmente ofendido e pediu ao presidente da Academia Miguel Couto que formasse uma comissão avaliar seus estudos sobre a caracterização clínica e epidemiológica da doença e que a sua permanência nessa associação dependeria dos resultados.

Para Bourdieu (1999), embora os homens cultivados de determinado período discordem a respeito de questões que discutem, ao mesmo estão de acordo em discutir essas determinadas questões e é a partir dessas problemáticas que um pensador reflete que ela passa a pertencer à sua época, nos permitindo situá-lo. O desacordo pressupõe um acordo no terreno dos desacordos.

Afrânio Peixoto atuou com mais engajamento em três áreas da medicina: a Higiene, a Psiquiatria e a Medicina Legal. Publicou diversas obras e escritos que contribuem para as três áreas, a que possui menos contribuição foi a psiquiatria, seus trabalhos nesta área se resumem ao seu trabalho junto com Juliano Moreira no Hospital Nacional de Alienados.

A higiene para Afrânio era vista como a salvação da população brasileira, que se via condenada a crer que o clima e a miscigenação eram o grande atraso da nação, para Afrânio isso não era determinante, o que faltava era uma boa educação higiênica.

Segundo Silva (2014), Afrânio não teve tantas produções de fôlego no campo psiquiátrico como teve no campo de higiene e medicina legal, embora estes campos se entrelacem nos escritos sobre alcoolismo e epilepsia a partir do crime. As publicações de Afrânio

neste campo se dão mais pelos escritos em periódicos tanto nacionais como estrangeiros, comunicações e apresentações em congressos como da Academia Nacional de Medicina. Tem um grande reconhecimento dos pares do campo psiquiátrico embora não tenha tanta produção bibliográfica dedicada a este campo.

A maior influência de Afrânio Peixoto no campo da Medicina Legal foi o seu mestre Raimundo Nina Rodrigues, que influenciou em seus escritos e influências teóricas, dentre elas o médico criminologista Cesare Lombroso, que contribuiu para sua conceituação de crime e aparece em diversas obras. Dentre elas a obra *Criminologia* (1933), segundo Moreira (2012), é daí que decorre seu projeto de eugenia de restituir saúde à Nação. Afrânio relaciona a criminalidade em geral, mas seu foco é principalmente nas mulheres, percebendo na maternidade e no aleitamento a solução para diversos problemas da prole.

Considerações Finais

Percebemos nesta pequena trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, a importância de se compreender um intelectual dentro do seu contexto e das suas redes de sociabilidade. Um livro ou uma obra escrita mesmo que individualmente é fruto das relações e transformações sociais de um período.

A vivência e contatos pessoais que um intelectual traça durante sua vida são essenciais para consagrá-lo como tal, assim como as instituições ao qual participa e os cargos que ocupa durante sua vida são definidores também.

Quando tentamos compreender uma trajetória intelectual, segundo Dosse (2015), buscamos entender de que modo o grupo do qual participam se apropriam dos valores de uma época e os transformam, pois através do itinerário individual se consegue compreender as influências do coletivo. Não se pensa o indivíduo fora do coletivo, pois quem cria o coletivo são os indivíduos, “comunidades não pensam, só indivíduos podem pensar” (DOSSE, 2015, p. 208).

Referências

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 2, n. 10, p.260-272, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2. ed. São Paulo: USP, 2015.

_____. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Universitat de València, 2007.

Revista Vernáculo n.º 44 – segundo semestre/2019

ISSN 2317-4021

EDLER, Flávio. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nacion possible. *Revista Biomédica*, vol. 23, no. 3, 2012.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: A construção do campo médico e do ideário moderno do Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-67.

KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagase os debates e controvérsias sobre adoença do Brasil (1909-1923). *História,Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009,p.205-227.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

LIMA, Nísia Trindade de; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.

MOREIRA, Rosemeri. Corpo e maternalismo nos saberes jurídicos e criminológico. *História e Cultura*, Caxias do Sul, v. 11, n. 21, p.229-244, Jan/Jul, 2012.

PEIXOTO, Afrânio. *Elementos de Medicina Legal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

_____. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

- _____. *Higiene*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. 1 v.
- _____. *Higiene*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. 2 v.
- _____. *Elementos de Higiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- _____. *Criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.
- _____. *A educação moral da mulher*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. *Medicina legal: psico-patologia forense*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. 2 v.
- _____. *Medicina legal: Medicina forense*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. 1 v.
- SALES, Fernando. *A Bahia de Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. *Do sertão para a nação: Trajetória intelectual e escrita literária em Afrânio Peixoto (1897-1930)*. 2017. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Renata Prudencio da. *As ciências de Afrânio Peixoto: Higiene, Psiquiatria e Medicina Legal (1892-1935)*. 2014. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17800/2/207.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 231-269.

STANCIK, Marco Antonio. *Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República*. *Publicatio Uepg*, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p.45-62, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/535>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 6, n. 11, p.1-23, Jan/Jun, 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. *A hora da eugenia: reça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga; OLIVEIRA NETO, Pedro Junqueira de. Afrânio Peixoto: uma biografia possível. *Revista Brasileira de Filosofia e História*, Pombal, v. 1, n. 5, p.1-7, Não é um mês valido!/Não é um mês valido! 2016. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/4984/4267>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

Recebido em 29/10/18 aceito para publicação em 14/08/19

Revista Vernáculo n.º 44,

2.º sem. 2019

Publicado em Outubro de 2019

ISSN 2317 - 4021

<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>